

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

LEVI ANTONIO NUNES DE FREITAS

Análise do uso do recurso PROAP/CAPES nos Programas de Pós-Graduação em Química e Física da UFES no período de 2010 a 2012

Vitória, 2016

LEVI ANTONIO NUNES DE FREITAS

**Análise do uso do recurso PROAP/CAPES nos Programas
de Pós-Graduação em Química e Física da UFES no
período de 2010 a 2012**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Margareth Vetis Zaganelli

Vitória, 2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

F866a Freitas, Levi Antonio Nunes de, 1979-
Análise do uso do recurso PROAP/CAPES nos Programas de Pós-Graduação em Química e Física da UFES no período de 2010 a 2012 / Levi Antonio Nunes de Freitas. – 2016.
121 f. : il.

Orientador: Margareth Vetis Zaganelli.
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Universidade Federal do Espírito Santo – Pós-graduação.
2. Administração pública. 3. Finanças públicas. 4. Educação – Financiamento. I. Zaganelli, Margareth Vetis. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35

**ANÁLISE DO USO DO RECURSO PROAP/CAPES NOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA E FÍSICA DA UFES NO PERÍODO DE 2010
A 2012**

Levi Antonio Nunes de Freitas

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 29 de setembro de 2016 por:


Margareth Vetis Zaganelli, DSc – UFES – Orientadora


Thalmu de Paiva Coelho Junior, DSc – IFES


Carlos Henrique Medeiros de Souza, DSc – UENF

AGRADECIMENTOS

A cada uma daquelas pessoas que colaboraram nesta tarefa. A minha eterna gratidão.

Certamente, não poderia de agradecer antes de tudo, a Deus. Que me fortaleceu, sustentou com Sua poderosa mão e me guiou durante toda a caminhada.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Margareth Vetis Zaganelli, por sempre estar presente e disponível a cada chamado meu. Pela orientação e incentivo constantes. Meu agradecimento eterno, ser professor, certamente, é muito mais que ministrar aulas.

Aos colegas que trabalham com o recurso PROAP que me receberam com muita receptividade e que contribuíram fortemente com seus conhecimentos para que o resultado fosse alcançado.

Aos professores Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza e Dr. Thalmo de Paiva Coelho Júnior pela decisiva contribuição no exame de qualificação.

E aos que conheço desde sempre.

Ao meu pai, minha mãe e irmã. É emocionante lembrar seus incentivos e encorajamentos a cada conversa que tivemos durante este período. Pelo sorriso franco em seus rostos por ter chegado ao final de mais uma etapa.

À minha amada e eterna esposa. Minha parceira, minha ajudadora, bênção do Nosso Deus. Em todos os momentos, estimulando, encorajando e mostrado que seria possível. Sei que nada disso ocorreria sem a sua presença e força. Meu eterno amor a você!

Ao nosso pequeno herói. Pela oportunidade ímpar de me tornar pai, por essa dádiva tão sublime que não consigo expressar em palavras. Você, filho, que promoveu em

mim a capacidade de amar de maneira incondicional. Amor que nos une cada dia mais.

A todos que conheci e tiveram participação nesta caminhada. Agora fazem parte da minha história de vida.

Meu apreço, carinho, amor e respeito a todos vocês!

RESUMO

Em uma época em que os recursos públicos se escasseiam, a gestão de recursos públicos ergue-se como uma ferramenta imprescindível para a gerar impactos positivos para a sociedade na qual a instituição está inserida. Dessa maneira, o presente estudo procurou investigar e analisar de que forma o recurso Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) é investido nos Programas de Pós-Graduação de Química e Física, no período de 2010 a 2012, promovendo uma análise da gestão dos Programas pesquisados. Especificamente, procurou-se desvelar as práticas usuais de gerenciamento e planejamento nesses programas, suas dificuldades na gestão e, ao final, as sugestões para melhoria desse processo. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados questionários semiestruturados a fim de colher as informações com aqueles que estão intimamente ligados às atividades relacionadas e fomentadas pelo recurso. A pesquisa constatou que apesar do crescente volume de recurso destinado aos Programas, os resultados apontam um descontrole e até mesmo desconhecimento do recurso, o que comprometem seu uso eficiente. Com os resultados da pesquisa, mudanças com intuito de otimizar o uso do recurso podem ser implementadas, cooperando para que boas práticas gerenciais sejam observadas.

Palavras-chave: Gestão de recursos públicos. Recurso PROAP/CAPES. Pós-Graduação.

ABSTRACT

It is known that public resources have been scarce, the management of public resources is an essential tool which cause a positive impact on the society where the institution is located. According to this, the present study aimed on investigating and analyzing how PROAP/CAPES resource is invested in the program of Postgraduation studies of Chemistry and Physics between 2010 and 2012, promoting an analysis of the management of the programs surveyed. Specifically, the research sought to reveal the usual practice management planning these programs, difficulties in management and in the end the suggestions for improvement of this process. As an instrument of data collection, semi-structured questionnaires were used to gather information from those who are closely linked to related activities and encouraged by the resource. The survey found that despite the increasing volume of action for the programs, the results point to a lack and even ignorance of the resource, which compromise their efficient use. With the survey results, changes in order to optimize resource usage can be implemented by cooperating to that good management practices are observed.

Keywords: Public Resource Management. PROAP / CAPES Resource. Postgraduate studies.

LISTA DE SIGLAS

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação

CES - Câmara de Ensino Superior

CFE - Conselho Federal de Educação

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal

DAU - Departamento de Assuntos Universitários

FAFABES - Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Espírito Santo

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

SNPG - Sistema Nacional de Pós-Graduação

IES - Instituições de Ensino Superior

IFES - Instituto Federal de Ensino Superior

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

PRPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

PFIS – Programa de Pós-Graduação em Física

PQUI – Programa de Pós-Graduação em Química

MEC – Ministério da Educação

CTC-ES - Conselho Técnico e Científico da Educação Superior

ONU - Organização das Nações Unidas

LDB - Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional

PAPETEC - Programa de Apoio à Participação em Eventos Técnicos e Científicos

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados

SIAFI - Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE - Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução do número de teses e dissertações concluídas nas últimas avaliações CAPES	32
Figura 2: Evolução da relação de tese/dissertação nas três últimas avaliações	33
Figura 3: Quantitativo de mestres e doutores no triênio 2013	34
Figura 4: Atual fluxo de emissão de bilhetes	59
Figura 5: Novo fluxo de emissão de bilhetes (ainda não adotada pela UFES)	60
Figura 6: Modelo de Gestão de Mintzberg (2010)	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Expansão dos cursos de Pós-Graduação na UFES	51
Gráfico 2: Correlação entre a quantidade de cursos de pós-graduação e valor concedido pela CAPES	51
Gráfico 3: Quantitativo de estudantes matriculados em mestrado e/ou doutorado	74
Gráfico 4: Detalhamento do uso verba PROAP/CAPES pelo Programa de Química.....	84
Gráfico 5: Detalhamento do uso verba PROAP/CAPES pelo Programa de Física	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ficha de avaliação dos Programas de Física	29
Quadro 2: Evolução das notas CAPES da UFES	63
Quadro 3: Classificação dos artigos publicados do PQUI	81
Quadro 4: Classificação dos artigos publicados pelo PFIS	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Valores disponibilizados, pagos e devolvidos à CAPES	50
Tabela 2: Valores gastos com passagens aéreas no PQUI	56
Tabela 3: Valores gastos com passagens aéreas no PFIS	57
Tabela 4: Tipos de produção bibliográfica dos docentes do PQUI	76
Tabela 5: Tipos de produção bibliográfica dos docentes do PFIS	76
Tabela 6: Disposição anual dos artigos científicos publicados pelos docentes do PQUI e PFIS	77
Tabela 7: Distribuição de artigos científicos por autores (docentes) no PQUI no período estudado	78
Tabela 8: Distribuição de artigos científicos por autores (docentes) no PFIS no período estudado	79
Tabela 9: Relação quantidade de dissertações e de teses concluídas	80
Tabela 10: Uso do recurso PROAP/CAPES no triênio 2013 do PQUI	85
Tabela 11: Uso do recurso PROAP/CAPES no triênio 2013 do PFIS	87
Tabela 12: Íterim entre o encaminhamento da solicitação e o início do evento (PQUI)	92
Tabela 13: Íterim entre o encaminhamento da solicitação e o início do evento (PFIS)	93

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 JUSTIFICATIVA.....	21
1.2 – OBJETIVOS.....	22
1.3 – PROBLEMA DE PESQUISA	23
1.4 – METODOLOGIA	23
1.5 – DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	25
2 . SISTEMA EDUCACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL.....	26
2.1 - ESPECIFICAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA E FÍSICA.....	28
2.2 – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	35
2.3 MUDANÇAS DE PARADIGMAS NA GESTÃO EDUCACIONAL.....	41
3 . ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO CONCEITO DE DESCENTRALIZAÇÃO.....	44
3.1 IMPORTÂNCIA DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E SEU APOIO FINANCEIRO	47
3.1.1 A RUBRICA PROGRAMA DE APOIO À PÓS-GRADUAÇÃO – PROAP.....	49
4. GESTÃO DEMOCRÁTICA EFICIENTE DO RECURSO PROAP.....	53
4.1 SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS.....	55
4.2 A PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.....	62
4.3 A PÓS-GRADUAÇÃO NAS ÁREAS DE QUÍMICA E FÍSICA NA UFES.....	67
4.4 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR <i>STRICTO SENSU</i>	70
4.4.1 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS PROGRAMAS DE QUÍMICA E FÍSICA DA UFES.....	75
4.5 A UTILIZAÇÃO DO RECURSO PROAP/CAPES NOS PROGRAMAS.....	83
5. PROPOSTA DE GESTÃO EFICIENTE DO RECURSO POR MEIO DO MODELO DE GESTÃO ELABORADO POR MINTZBERG.....	89
5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	99
6 . CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
7 . REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), desde sua constituição, tem se firmado como a principal instituição de ensino do Estado do Espírito Santo, responsável por exercer um papel imprescindível em seu desenvolvimento. Possui quatro *campi*, dois deles sediados em Vitória, um em Alegre e um em São Mateus. Até o início de 2012, que é o limite do recorte do período a ser estudado pela pesquisa, oferecia 87 cursos de graduação, 47 de Mestrado e 16 de Doutorado. Um total de 17.600 alunos de graduação, 2.300 de pós-graduação *stricto sensu*, 2.700 de pós-graduação *lato sensu*. Seu quadro de docentes efetivos é de 1.552 professores, sendo 1.033 doutores, 417 mestres, e 102 com especialização, aperfeiçoamento, ou graduação e possui 2.150 servidores técnico-administrativos. A análise que se inicia tem como motivação a minha função exercida na Universidade como Administrador da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

O exercício da função na Pró-Reitoria facilitou a obtenção dos dados históricos e atuais dos programas de pós-graduação, assim como o acesso aos valores monetários autorizados para atender a determinada programação orçamentária. Dessa maneira, possibilitando a verificação da expansão da Universidade, em especial, dos Programas de Pós-Graduação de Física (PFIS) e Química (PQUI), e assim debater a efetividade do uso dos recursos quanto à manutenção e crescimento dos programas citados.

Os programas de pós-graduação da UFES recebem verbas para apoio e funcionamento dos cursos, porém, nesta pesquisa, serão abordadas as cessões financeiras de origem da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mediante a rubrica Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP).

A demanda por cursos de pós-graduação no Brasil tem aumentado significativamente nos últimos 20 anos, como consequência da melhora das condições econômicas, financeiras e sociais do país e de uma exigência do mercado por capacitação de alto nível. O número de mestres e doutores formados pelas universidades brasileiras passou de 13.219 em 1996 para 55.047 em 2011, aumento de 312%, segundo dados divulgados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Quando se versa sobre educação, principalmente no que diz respeito a mestrado e doutorado, não há como desvincular a expansão econômico-social dela. Ter uma economia forte e estável perpassa pela qualidade do sistema de educação. Por sua vez, oferecer uma educação de qualidade não assegura a competitividade de uma nação. A gestão eficaz e consciente da educação supõe um planejamento que leve em consideração a complexidade específica das instituições públicas de ensino superior.

Alguns fatores contribuíram para a formação da pós-graduação no Brasil, a mais importante foi a criação da CAPES, em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, agência de fomento voltada para a formação do magistério de nível superior, desempenhando papel fundamental na expansão e na consolidação das atividades da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

Era o início do segundo governo Vargas, e a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente era palavra de ordem. A industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais. Em 1970, são instituídos os Centros Regionais de Pós-Graduação. Em julho de 1974, a estrutura da CAPES é alterada pelo Decreto 74.299 e seu estatuto passa a ser "órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira".

O novo Regimento Interno incentiva a colaboração com a direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na política nacional de pós-graduação, a promoção de atividades de capacitação de pessoal de nível superior, a gestão da aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, a análise e compatibilidade das normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação.

A CAPES é reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em 1981, pelo Decreto nº 86.791. É também reconhecida como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior.

O artigo 2 do § 1º do estatuto da CAPES evoca a responsabilidade de subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a pós-graduação, coordenar o sistema de pós-graduação, avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado (BRASIL, 2007). A CAPES se utiliza de um sistema de avaliação de programas de pós-graduação, com intuito de alcançar os seguintes objetivos:

a) Estabelecer o padrão de qualidade para os cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão; b) Fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros – exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); c) Impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo; d) Contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra; e) Contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível; f) Dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação; g) Oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação. A avaliação é indispensável para que se tenha um mecanismo que estabeleça a evolução e a promoção das instituições como um padrão para a cessão de recursos pela agência de fomento.

Portanto, urge a necessidade de que a avaliação seja cristalina e justa. Gassola (2008) corrobora com isso, quando assevera que não há um sistema

comparável ao sistema da CAPES utilizada no Brasil, no que diz respeito à qualidade da avaliação.

O Sistema Nacional de Pós-Graduação teve crescimento de aproximadamente 23% na avaliação trienal da CAPES, na verdade, o desenvolvimento do sistema ocorreu em todas as regiões do país. A região Norte teve 40% de crescimento, seguida pelo Centro-Oeste com 37% e Nordeste com 33%. Sul e Sudeste, regiões com maior número de programas de pós-graduação, tiveram crescimento de 25% e 14%, respectivamente, esses dados se referem ao período de 2010 a 2012, conforme dados do relatório trienal 2013 da agência (CAPES, 2013).

A quantidade de cursos vem aumentando de maneira considerável, conforme dados disponibilizados no sítio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFES (PRPPG), especialmente no recorte de tempo estudado, paralelo ao crescimento, se associa à política de cessão financeira da CAPES/Ministério da Educação e Cultura por meio da rubrica PROAP.

Os objetivos da pós-graduação constituem elementos-chave para o avanço científico, tecnológico e acadêmico, que têm grande relevância no desenvolvimento do país. Portanto, a pós-graduação tem constituído a base para o desenvolvimento. A competição no mercado de trabalho demanda aos futuros profissionais que se aprofundem, se especializarem e se aprimorem cada vez mais, em decorrência, ocasiona a expansão de cursos de pós-graduação por todo Brasil. A partir dessa expansão, as instituições governamentais passam a se voltar com mais afinco para mecanismos de avaliação de desempenhos desses cursos.

Assim, a CAPES vem, gradualmente, injetando e aumentando os recursos gradativamente, a fim de proporcionar melhores condições na oferta dos cursos e, conseqüentemente, a sua nota. A CAPES oferece às universidades públicas algumas modalidades de financiamento, o estudo enfatizará o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP).

Passados 57 anos desde a criação da CAPES, o Congresso Nacional aprova por unanimidade a Lei nº 11.502/2007, homologada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cria-se assim a Nova CAPES, que além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro também passa a induzir e

fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Tal atribuição é consolidada pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

O Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) destina-se a proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior Públicas (IES). Mais especificamente, o PROAP tem por objetivo fornecer apoio às atividades inovadoras dos programas de pós-graduação, voltadas para o seu desenvolvimento acadêmico, de modo a oferecer formação cada vez mais qualificada e diversificada aos estudantes de pós-graduação (CAPES, 2002a).

A CAPES define as diretrizes de abertura, funcionamento e avaliação dos cursos de Pós-Graduação, cujo objetivo é financiar as atividades dos cursos de pós-graduação, proporcionando melhores condições para a formação de recursos humanos.

Para o ingresso de uma a instituição no referido programa, ela deverá possuir personalidade jurídica de direito público e ensino gratuito, manter programas de pós-graduação *stricto sensu* avaliados pela CAPES e com conceito igual ou superior a 3, além de possuir quota de bolsa concedida pelo programa de Demanda Social (DS). Deverá também manter infraestrutura administrativa responsável pela gerência do PROAP (CAPES, 2002a).

Quanto ao gerenciamento do programa,

“é feito por meio da sistemática de cogestão com as instituições participantes, através de apoio ao órgão de administração superior responsável pela pós-graduação *stricto sensu*, doravante denominado Pró-Reitoria” (CAPES, 2002a, p. 2).

A CAPES efetua o repasse do PROAP e define os valores de referência que cada programa receberá, assim como para a Pró-Reitoria. O valor que cabe a cada

programa e à Pró-Reitoria é estabelecido, principalmente, em função das bolsas CAPES/Demanda Social.

A Unidade Gestora deverá encaminhar à CAPES o Termo de Cooperação que será firmado entre a CAPES e a UFES, a fim de que a descentralização do recurso PROAP seja descentralizada.

A partir do apoio da CAPES aos programas de pós-graduação, originou-se um ambiente propício para os pesquisadores, assim, o resultado positivo de cada universidade tornou-se fato preponderante de classificação das universidades brasileiras.

Os recursos repassados pela CAPES são fundamentais para a manutenção dos Programas de Pós-Graduação e sua expansão. Assim, faz-se necessário um planejamento e controle do recurso recebido de maneira que seja utilizado para a evolução do Programa e de maneira consciente e racional, a fim de que ao final do ano de exercício os planos sejam alcançados e o recurso seja utilizado em sua totalidade, não permitindo que, em decorrência da falta de controle, o valor não utilizado seja devolvido à CAPES por falta de destinação, resultado que pode ser refletido na nota CAPES. O planejamento e o controle devem estar sempre juntos, não pode existir controle sem seu respectivo planejamento, e aquilo que foi idealizado perdem sua atuação sem um controle de planejamento.

A verba PROAP/CAPES é comum a todas as Instituições Públicas de Ensino Superior, porém, os valores são diferenciados em razão da estrutura organizacional e do conceito que a própria CAPES afere.

A falta de gerenciamento nos valores é flagrante em alguns programas, pois, com frequência, os coordenadores procuram ter suas demandas atendidas por outros recursos da Universidade, a fim de dar continuidade ao curso. Por outro lado, outros programas recebem valores vultosos para utilização conforme lhe convier, porém, por falta de organização ou mesmo por desconhecimento do recurso, deixam de utilizar o recurso disponível, com conseqüente perda da qualidade no curso, pois impossibilita a mobilidade de pesquisadores, a publicação científica e outras demandas dos programas de Pós-Graduação. O estudo procura apontar as causas para a ineficiência na utilização do recurso supracitado, assim como discussões sobre descentralização na gestão pública.

A CAPES, periodicamente, avalia os cursos de Pós-Graduação com intuito de comparar o nível das atividades de pesquisa que são realizados no Brasil com os que são realizados no exterior.

Destarte, o objetivo do trabalho é entender e propor uma maneira mais eficiente de executar o planejamento com recurso proveniente da CAPES, e ainda, verificar quais os procedimentos poderiam ser adotados para melhor alocação dos recursos recebidos, e assim, contribuir com a UFES na melhoria dos Programas de Pós-Graduação. E para que se tenha um desenvolvimento robusto e importante na pós-graduação, os programas devem procurar sempre a internacionalização, intercâmbio de conhecimento, publicações impactantes em periódicos reconhecidamente importantes e contribuição para a sociedade como um todo.

1.1 JUSTIFICATIVA

É necessário analisar a atuação dos Gestores Públicos sobre a ótica da eficiência, ou seja, se os recursos estão sendo bem gastos e se as tarefas administrativas estão sendo executadas em um prazo adequado.

Para que tais práticas possam vir a ocorrer, é importante analisarmos as boas práticas administrativas executadas pelos programas de pós-graduação que utilizam seu recurso de maneira integral e com eficiência.

De acordo com Cruz (2006), em decorrência do pouco investimento na área pública, os gestores públicos se valem da insuficiência de recursos para justificar a incapacidade de obter bons resultados nos serviços públicos. Entretanto, não há esforço para se realizar um planejamento para lidar com as dificuldades como a falta de recursos financeiros. O simples fato de se organizar e estabelecer ações para consecução de determinada meta, já seria suficiente para melhorar indicadores.

Indicadores, medidas de resultado ajudam muito. O Brasil tem pouca cultura nessa área; mede-se pouco[...] Nesse aspecto vejo grande diferença em relação a alguns setores da iniciativa privada, nos quais se mede cada detalhe; [...] Com a ajuda de indicadores às pessoas passam a compreender melhor seu papel.[...] De certa forma, começam a atuar em função de metas, buscam superá-las, trazem ideias. (CRUZ, 2006, p. 1).

A pesquisa foi executada no plano dos cursos de PFIS e PQUI, com objetivo de criar soluções para os problemas da realidade organizacional, em conformidade com alguns elementos de autorreflexão coletiva (pesquisa-ação) empreendida pelos participantes de cada programa. Assim, o autor é servidor na instituição estudada e exatamente da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG - possui uma maior proximidade com as pessoas envolvidas na aplicação do conhecimento e do recurso proveniente da CAPES, aumentando a possibilidade de sucesso da pesquisa.

O estudo desse trabalho será um objeto de reflexão para entender a realidade, propor melhorias de desempenho na execução do orçamento do PROAP nos programas estudados e buscar aprimorar suas atividades como foco no planejamento e, por conseguinte, crescimento qualitativo da pós-graduação. Contribuindo, dessa forma, para as tomadas de decisões dos programas analisados.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do presente trabalho é promover uma análise da gestão do recurso PROAP/CAPES pelos Programas de Pós-Graduação em Química (utilização além do limite disponível) e Física (utilização parcial) e seus reflexos nas atividades desenvolvidas pelos programas, indicando as causas dos problemas. Ademais, apresentar as causas que levam a utilização integral do recurso disponibilizado pelo Programa de Química que, historicamente, sempre excede sua cota, e tem a necessidade de complementação de outros recursos, quando não obtém essa suplementação, oneram financeiramente orientadores e pós-graduandos.

Os objetivos específicos são:

Avaliar o desempenho com a forma de gestão dos programas;

Apresentar o desempenho dos programas envolvidos no período de 2010 a 2012 (trienal 2013 dos dados disponibilizados pela CAPES) em itens como:

a) Valores gastos x valores devolvidos (não utilizados). Critérios e políticas desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação na percepção dos programas de pós-graduação. Postura e atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação no auxílio do uso do recurso PROAP/CAPES;

- b) Uso do recurso sem critérios definidos, principalmente com a aproximação do final do ano corrente (a fim de que todo recurso seja utilizado);
- c) Apontar os principais desdobramentos ocorridos no uso do recurso PROAP/CAPES pelos Programas de Pós-Graduação em Química e Física, assim como as principais dificuldades e vantagens, levando em consideração sua estrutura financeira.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa se guiará pela seguinte questão:

Quais os obstáculos enfrentados pelos programas de pós-graduação de Química e Física para utilização eficiente do recurso PROAP/CAPES, uma vez que o Programa de Química, historicamente, excede a cota que detém, e o de Física, por sua vez, não utiliza o valor em sua totalidade?

1.4 METODOLOGIA

A metodologia científica propõe o estudo dos princípios e metodologias estabelecidos para realizar a pesquisa, ou seja, o estudo ordenado e coerente dos procedimentos utilizados nas ciências e sua ligação com as teorias científicas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). É o conjunto de regras e mecanismos estabelecidos para elaborar uma pesquisa. Trata-se, portanto, do caminho para alcançar um fim.

Dessa forma, utilizaram-se como principal fonte de dados as planilhas disponíveis na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG), acerca de números referentes aos programas pesquisados, assim como dados do sítio da agência de fomento da CAPES. Com o conjunto de indicadores dessas planilhas (conceitos da CAPES, dados históricos dos programas, destaques orçamentários a cada programa, empenhos destacados para cada rubrica, etc.). A forma a ser utilizada na pesquisa com intuito de atingir seu objetivo será a combinação de pesquisa exploratório-descritiva, tendo em vista a carência de trabalhos que tratam o tema, com caráter empírico e ênfase em análise estatística.

A pesquisa descritiva tem como propósito descrever o comportamento dos fenômenos, sendo utilizada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Seguirá ainda técnicas metodológicas como pesquisa documental, pois serão examinados dados a partir de documentos autênticos e documentos informativos arquivados em repartição pública; bibliográfica, abordando material já publicado; informações dos programas e dados secundários; entrevistas com coordenadores e secretários; análise e compreensão de dados. As entrevistas foram realizadas individualmente e executadas pelo próprio pesquisador, com os atuais coordenadores dos programas estudados e três discentes que participaram ou ainda participam dos programas de pós-graduação.

A pesquisa documental, que se distingue da bibliográfica, pois essa última utiliza materiais já existentes, como artigos científicos, quanto que a documental utiliza fontes mais variadas como tabelas estatísticas, relatórios e documentos oficiais (FONSECA, 2002).

E por fim, análise e interpretação dos dados. A pesquisa se caracteriza por apresentar uma abordagem quali-quantitativa. A pesquisa qualitativa não se importa com dados numéricos, senão com o conhecimento e a compreensão detalhado do problema em questão, ou seja, com essa abordagem, busca-se entender e explicar o porquê das coisas, não quantificando dessa forma, por outro lado a quantitativa recorre à linguagem numérica para descrever as causas dos fenômenos. A combinação dessas abordagens poderá produzir mais informações que o uso individualizado.

Será realizada análise de alocação, utilização e saldo da rubrica PROAP/CAPES entre o período 2010 e 2012 (triênio 2013 da CAPES).

A escolha desses cursos também foi realizada com base nos critérios definidos pelas características de maior e menor utilização dos recursos ao longo de cada ano de exercício.

O mecanismo de coleta de dados foi efetivado com base nos indicadores do sistema de avaliação CAPES e especificidade de cada programa. Foi aplicado um questionário semiestruturado, ou seja, questionário de pesquisa de opinião do tipo qualitativa aos coordenadores dos programas de pós-graduação, aos secretários e

a(os) representante(s) dos discentes do PQUI e PFIS (Anexo I), composto por questões abertas e fechadas, sendo que nas questões abertas, há espaço para os entrevistados expressarem sua avaliação particular.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Para delimitar o estudo, será necessário analisar o recurso proveniente da CAPES e sua utilização para melhoria da qualidade na pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, para tanto, o período pesquisado será circunscrito entre o período de 2010 e 2012, período que se refere à avaliação CAPES do triênio 2013. Os dados a serem analisados, serão:

- Valores recebidos;
- Valores gastos X Valores devolvidos (não utilizados);
- Planejamento para o direcionamento dos recursos que couber aos Programas observados na pesquisa;

Dessa maneira, o estudo passará por entender e apresentar as ineficiências na execução desse recurso proveniente da CAPES, assim como comparar os dados entre os Programas de Pós-Graduação de Química e Física.

Com base em tais dados, o estudo focará nos melhores dados indicados por tais indicadores coletados a fim de identificar o mais eficiente.

Logo, o estudo irá se basear em entender como está a situação dos programas supracitados da UFES e, em paralelo, procurará estudar as práticas de cada programa a fim de sugerir-lhes uma proposta de qualidade, eficiente e eficaz de utilização da verba PROAP/CAPES.

2 . SISTEMA EDUCACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

A política do Sistema Educacional de pós-graduação no Brasil, historicamente, é classificada como excludente. Reflete a imensa diferença e injustiça social e econômica do Brasil que vêm desde seu descobrimento, perpassando pela escravidão e preconceito racial e esse legado foi garantida e mantida pelas gerações vindouras. Para que a educação possa colaborar efetivamente na redução das desigualdades sociais, urge necessárias políticas ativas de financiamento que favoreçam o rompimento do círculo vicioso entre educação e renda, tão significativo na sociedade brasileira.

O período de 1968 e 1973 marca o “milagre econômico” no Brasil, o país experimentou grande crescimento econômico e aumento do PIB, por outro lado, verificou-se grande concentração de riqueza e aumento da pobreza. No final daquela década, em decorrência da crise do petróleo em 1979, houve uma explosão da taxa de inflação e com objetivo de diminuir os gastos públicos, houve grande corte nas importações, fato que contribui para prejudicar o Brasil com a perda do mercado externo. Com isso, já no início da década de 1980, a situação econômica enfraqueceu as finanças do país e aniquilou sua capacidade de investimentos do Estado em todas as áreas onde atuava, de maneira especial, na educação superior. Após a redemocratização do Brasil, teve início o processo de Reforma do Estado, baseado nas ideias liberais (Peroni, 2003).

Em consonância com o discurso de modernização e abertura da economia brasileira, caberia às instituições de ensino superior a constituição de formar pessoas capacitadas para um mercado cada dia mais competitivo. A expansão e modernização da educação superior ocorrem especificamente na rede privada de ensino (Sguissardi, 2011), já a rede pública de ensino fica estagnada, sucumbe à terceirização de serviços e alvo de ensaios para privatização. Ao mesmo tempo, as transformações no mundo do trabalho e os avanços tecnológicos são as justificativas usadas para promover reformas educacionais profundas, quase sempre financiadas por organismos financeiros internacionais.

A inabilidade do poder público federal de expandir os investimentos em educação, em grande medida devida ao processo de ajuste fiscal dos anos de 1990,

conforme afirma Castro (2002), fez com que não se conseguisse atender a contento à crescente demanda pela educação superior. Essa ação de enfraquecimento do setor público federal foi uma das principais causas para a forte expansão na oferta de vagas e o aumento das matrículas no setor privado.

No início da década de 2000, o Estado passa a ter uma postura mais progressista no campo da educação. Houve um crescimento sem precedentes da demanda e da oferta de cursos de educação superior, ligadas tanto à valorização do conhecimento acadêmico pelo mercado de trabalho, quanto à exaltação da importância da pesquisa. O atendimento às necessidades dos estudantes de educação superior perpassa pela diversificação da oferta, de maneira a atender à demanda social progressiva pela variedade de mão de obra. Assim, além de implantar novas unidades de ensino superior, a Lei 11.892/08 institui, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, inclusive passa a concorrer com as universidades federais de ensino na oferta de ensino superior.

A CAPES é o órgão do Ministério da Educação (MEC) encarregado da avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (Doutorado e Mestrado) no país. A avaliação sobre a performance dos Programas. A CAPES divulgou a avaliação trienal 2013 com referência ao triênio 2010, 2011 e 2012. De acordo com o relatório trienal, para que o programa mantenha sua recomendação de qualidade pela agência, precisa ter desempenho classificado com nota mínima de 3. A nota 4 é conferida aos programas que alcançaram no triênio, pelo menos, o conceito “bom” no mínimo em três quesitos, sendo que nesses quesitos deverão ter esse conceito, obrigatoriamente, em “Corpo Docente e Trabalhos de Conclusão e Produção Intelectual”.

Entretanto, esse processo estabelecido pela CAPES, muitas vezes se revela mais classificatório do que avaliativo, tornou-se uma competição, em que cada programa vislumbra um posicionamento melhor em um ranking de qualidade da agência. Em especial, nas instituições públicas, esse ranqueamento se transformando em critério para a atribuição das bolsas por parte da CAPES e de outras agências de fomento.

É fato, como dito anteriormente, que nos últimos anos o Brasil foi marcado pela forte expansão da educação na pós-graduação, em que pese a distribuição dos programas pelo país permanecer extremamente desequilibrado, com grande concentração na Região Sudeste. Há de se tomar cuidado para esse processo não ser estabelecido apenas como meramente quantitativa. Somente com a devida qualidade, a pós-graduação brasileira cumprirá seu papel no seio da sociedade.

Prover uma pós-graduação de qualidade, não é responsabilidade apenas da política educacional de um país, senão, espera-se também dedicação de todos os envolvidos por ela.

Para que se oferte um sistema de pós-graduação com alguma qualidade, é imprescindível que seja estabelecido um compromisso para que seja produzido um conhecimento novo e frutífero para a sociedade e seja formando novos produtores de conhecimento. Por isso, a importância de se exigir do governo uma política pública que favoreça a produção científica, conhecimento tecnológico.

2.1 ESPECIFICAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FÍSICA E QUÍMICA

Será apresentada uma síntese dos principais avanços obtidos pela pelos programas estudados em face dos desafios encontrados no período 2010 a 2012 ao buscar atingir a expansão, qualidade e democratização da educação superior.

Física – Considerações gerais

De acordo com o Relatório de Avaliação 2010-2012 da CAPES, a área de Física no Brasil, é constituída atualmente por 58 programas, sendo que 57 programas são acadêmicos.

A área de Física tem, historicamente, desde sua concepção no sistema nacional de pós-graduação, um elevado nível de internacionalização, com um expressivo percentual de pesquisadores formados fora do país, passando pelo grande contingente de intercâmbio de pesquisadores e estudantes, participação em projetos internacionais de grande relevância, atração de grandes conferências para o país, reconhecimento dos físicos brasileiros com prêmios internacionais, até um aumento de físicos brasileiros figurando em revistas internacionais renomadas.

A área é caracterizada como uma área muito consolidada na qual integra um grande número de programas de excelência. Um ponto a ser frisado é o crescente grau de internacionalização tanto do corpo docente, quanto discente. Os primeiros doutores foram formados fora do país e 100% das revistas que são veículos de publicação da área são internacionais com artigos escritos na língua inglesa.

A área publicou, no triênio passado, artigos científicos em um total de 562 periódicos classificados no Qualis, que se constitui em um sistema de avaliação de periódicos. Segundo conceito da CAPES, Qualis é:

o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para diferenciação da qualidade da produção bibliográfica dos programas de pós-graduação. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta, pela classificação dos veículos utilizados na sua divulgação. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos periódicos científicos, jornais, eventos, livros etc. (CAPES, 2007a, p. 01)

No triênio estudado, a quantidade de periódicos chegou a 1.138, o que significa um acréscimo de 102,5% em relação ao triênio anterior ao estudado. A área de física foi avaliada de acordo com os quesitos relacionados no Quadro1.

Quadro 1: Ficha de avaliação dos Programas de Física

Quesito	Peso	Avaliação
Corpo docente	20%	São observadas as titulações e formações dos docentes, verificação da dependência do programa com professores não permanentes, e participação de docentes em projetos vinculados às áreas do programa
Corpo Discente, Teses e Dissertações	35% (sendo que a qualidade das Teses e Dissertações significam 60% do peso)	É analisada a relação número de mestres titulados/ nº de mestrandos e o nº de doutores titulados /nº de doutorandos. Analisado as produções de artigos científicos e a distribuição de teses

		e dissertações entre docentes pertencentes ao programa e, por fim, a qualidade das dissertações e teses.
Produção Intelectual	35%	Número de publicações
Inserção Social	10%	Verificação do impacto regional e nacional do programa

Fonte: Relatório de avaliação 2010-2012 da CAPES adequado pelo autor

Nota-se, observando a Quadro 1, que o maior peso se refere às teses/dissertações apresentadas e a produção do programa. Na área existe uma peculiaridade que grande parte dos docentes trabalha em regime de dedicação exclusiva. O intercâmbio de professores e a pesquisa de ponta realizada com instituições estrangeiras seriam outros diferenciais que tornam nossos cursos comparáveis a grandes cursos no exterior. Vale ressaltar ainda o quão importante se torna esse intercâmbio e a produção científica, pois são de grande impacto na nota CAPES.

Segundo a CAPES, para um bom programa, espera-se que por volta de 70% a 80% do corpo docente tenha publicação e experiência de orientação de mestrado e que o programa não mostre dependência com professores externos ao corpo permanente. Um programa considerado nota “3”, deve ter prioridade na consolidação de seu mestrado, o que levaria à nota “4”.

Em consonância com o regulamento aprovado pelo CTC-ES (Conselho Técnico e Científico da Educação Superior), foram atendidos os seguintes critérios:

a) Condições para nota 4:

A nota 4 concedida aos programas que obtenham, no mínimo, conceito “bom” em pelo menos três requisitos, incluindo, obrigatoriamente, corpo docente e trabalhos de conclusão e produção intelectual (questos 3 e 4)

b) Condições para nota 5:

Para alcançar a nota final 5, o programa deverá atingir o conceito “muito bom” em pelo menos quatro dos cinco questos existentes, entre os quais terão que figurar necessariamente os questos 3 e 4. A nota 5 é a nota máxima para programas que disponibilizam apenas mestrado;

c) Condições para as notas 6 e 7:

As notas 6 e 7 são destinadas unicamente aos programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “muito bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, as seguintes condições:

Nota 6: Predominância do conceito “muito bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, ainda que haja eventual conceito “bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos outros programas da área; e desempenho similar ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).

Nota 7: Conceito “muito bom” em todos os itens dos quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) extremamente diferenciado em relação aos outros programas; e desempenho similar aos dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).

Ademais, os cursos também têm que atender aos seguintes critérios:

Nível de qualificação, de produção e de desempenho compatível aos dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos; consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para pesquisa e pós-graduação.

Na avaliação da internacionalização dos programas de pós-graduação são verificados alguns indicadores de internacionalização dentro os quais:

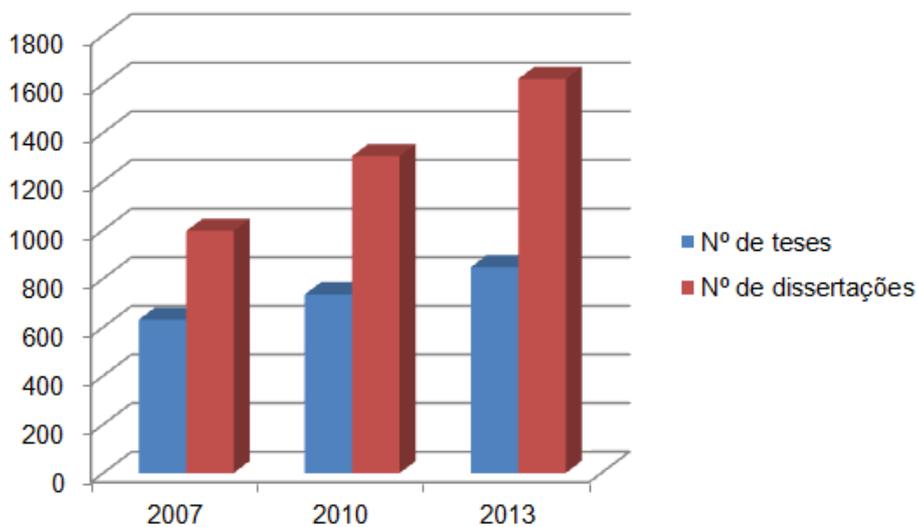
- a) Desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa envolvendo grupos ou pesquisadores brasileiros e grupos ou pesquisadores estrangeiros;
- b) Projetos de grande porte com equipes internacionais;
- c) Realização de grandes e tradicionais conferências internacionais da área no Brasil;
- d) Atração de estudantes de pós-graduação, incluindo países com pós-graduação já bem estabelecida;
- e) Atração de estudantes estrangeiros para estágios sanduíches no Brasil;

f) Atração de recém-doutores estrangeiros, para estágios de pós-doutorado no Brasil;

g) Visitas de média e longa duração de professores estrangeiros, incluindo visitas sabáticas;

A figura 1 demonstra o progresso das dissertações e teses defendidas nos últimos três triênios no Programa de Pós-Graduação em Física no Brasil. No período de 2010 a 2012, a área concluiu 847 teses e 1621 dissertações. A taxa de crescimento de conclusão de teses de doutorado ter sido superior a 15%, enquanto a de dissertações de mestrado superior a 24%.

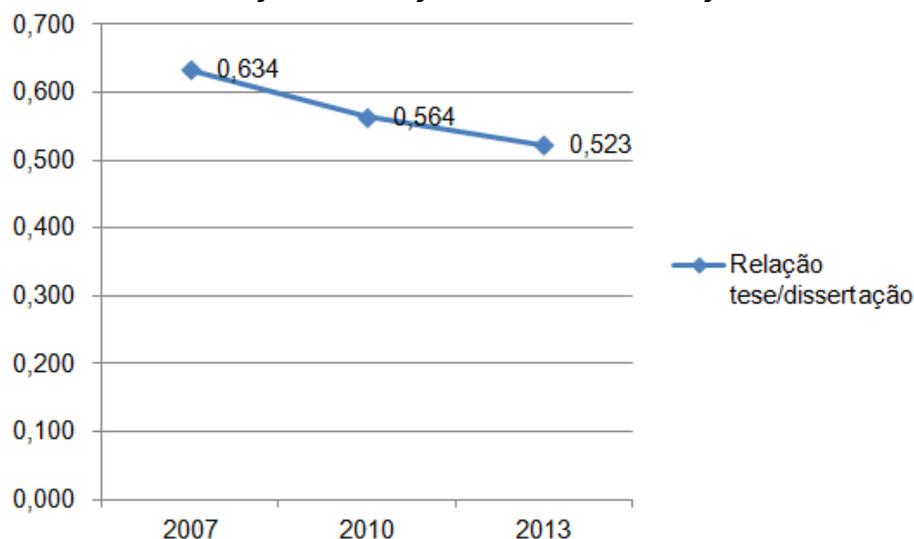
FIGURA 01: Evolução do número de teses e dissertações concluídas nas últimas avaliações CAPES



Fonte: Relatório de avaliação 2010-2012 CAPES

Na figura 2 é observada a relação existente entre o número de teses e dissertações. Nota-se um pequeno decréscimo na relação, porém, há uma tendência de estabilização.

FIGURA 2: Evolução da relação de tese/dissertação nas três últimas avaliações



Fonte: Relatório de avaliação 2010-2012 CAPES

No triênio estudado (2013), a área produziu 11.868 artigos científicos em revistas indexadas (ou seja, uma revista científica cujos artigos são cadastrados em uma fonte de informação, em um banco de dados, como Scopus, *Web of Science*, Scielo, Cinahl, dentre outros).

A seguir, as reflexões gerais acerca do desempenho trienal 2013 dos Programas de Química no Brasil. Diferentemente da avaliação dos cursos de Física, a ficha de avaliação dos cursos de Química concede o peso de 15% para o corpo docente e 15% para a inserção social.

No processo de avaliação dos Programas da área de Química foram considerados indicadores relacionados ao desempenho discente que evidenciaram a formação abrangente do pós-graduando. A proposta do curso foi analisada quanto à consistência entre a estrutura curricular, as linhas de pesquisas e a experiência e produção científica do corpo docente. A comissão averiguou o incentivo ao credenciamento dos docentes jovens recém-contratados, com apoio institucional, de espaço físico e apoio financeiro por parte da instituição.

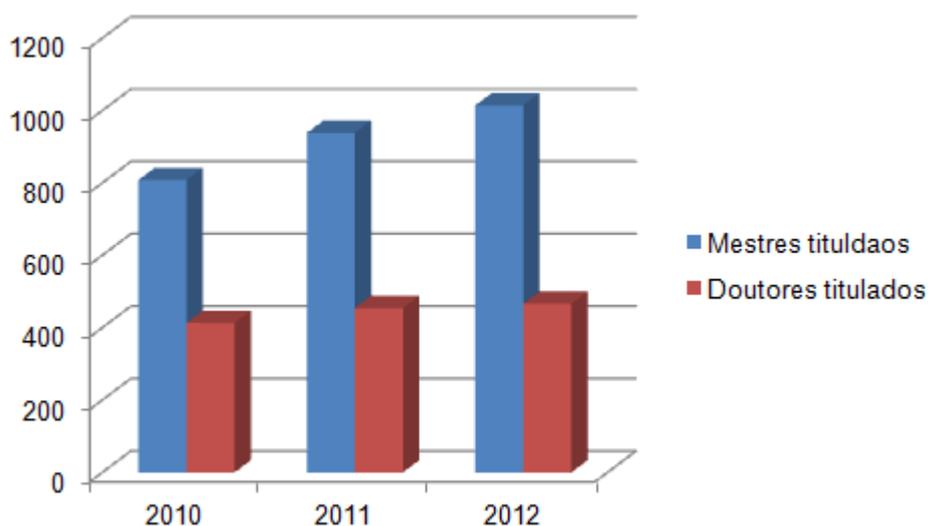
Foi analisado ainda o número de alunos enviados ao exterior para sanduíche; recebimento de alunos das melhores instituições do exterior para estágios e sanduíches e programa de cooperação internacional.

No que diz respeito à infraestrutura (espaço físico), segundo assevera o Relatório de Avaliação 2010-2012 da CAPES, muitos programas descrevem que ainda precisa ser reestruturada. Em muitos cursos, a infraestrutura não atende aos interesses dos docentes e não há um planejamento para modernização e ampliação. Muitos coordenadores de diferentes regiões do país denunciam sérios problemas de fornecimento contínuo de energia elétrica, com a ocorrência de interrupções ocasionais, o que pode ocasionar interrupção e até mesmo perda de pesquisas em curso. Esses problemas se intensificam pela falta de apoio institucional, inclusive das Pró-Reitorias de Pós-Graduação de algumas instituições.

Uma oportunidade de melhoramento foi detectada na comunicação entre os cursos de graduação e de pós-graduação da área. Outro ponto verificado na avaliação do triênio de 2013 é a dificuldade que alguns coordenadores têm para obter informações dos orientadores, tanto para o relatório Coleta, quanto para o Seminário de Acompanhamento. E essas dificuldades interferem no processo de seleção de novos docentes, o que inevitavelmente afeta a evolução saudável dos programas de pós-graduação e pode comprometer o ritmo de desenvolvimento futuro.

A figura 3 mostra a evolução do número de mestres e doutores titulados entre 2010 e 2012 (triênio 2013).

FIGURA 3: Quantitativo de mestres e doutores no triênio 2013



Fonte: Relatório de Avaliação 2010-2012 da CAPES

A quantidade de mestres titulados passou de 808 em 2010, para 938 em 2011, atingindo 1.014 em 2012, o que corresponde a um acréscimo de 13,5% em relação ao triênio anterior. Já o número de doutores titulados passou de 413 em 2010 para 454 em 2011, atingindo 466 em 2012, com a média de 442 doutores titulados por ano, inferior à média de 457 doutores/ano titulados no triênio anterior.

Segundo o relatório, um aspecto bastante positivo é velocidade e dinamismo com que os programas estão no credenciamento de novos docentes e esse é um aspecto importante e desejável, tanto para a renovação do Programa de Pós-Graduação em Química (PQUI), quanto para a ascensão profissional de novo contratado. A coordenação de área de Química decidiu flexibilizar as regras de pontuação de modo a facilitar o credenciamento rápido de jovens docentes recém-contratados.

2.2 APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Constituição da República do Brasil de 1988 inova quando inclui a educação no rol “dos direitos e garantias fundamentais” e a reconhece como um dos direitos sociais. Precedendo a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1990, a Constituição Brasileira de 1988 elevou a educação de qualidade como direito de todo cidadão brasileiro, uma vez que a educação é obrigação do Estado (e da família) conforme prevê os artigos 205 e 206. Já o artigo 211, §1º, assevera que incumbe à União o financiamento das instituições de ensino públicas federais e o papel redistributivo, supletivo e equalizador com assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de forma a garantir um padrão mínimo de qualidade de ensino.

Além da Constituição Federal, que impõe o princípio da garantia de padrão de qualidade no ensino, ainda no nível normativo existe a nova Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9.394/96, que exige a autorização e o reconhecimento de cursos, o credenciamento de instituições de educação superior, com prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. As diretrizes e bases da educação nacional estabelecidas na referida lei

assinalam os princípios constitucionais da educação. O artigo 3º da lei assevera “a garantia de padrão de qualidade”.

Para desenvolver suas atividades no mundo globalizado, por ser historicamente burocrática e não acompanhar o dinamismo dos países mais desenvolvidos, o país enfrenta grandes reformas em suas estruturas visando oferecer um ensino de qualidade. As rápidas transformações produzem aumento das atividades do Estado, tornando-o pesado e lento difícil de ser gerido. Procurando tornar-se mais ágil e eficiente, o Estado passa então a diminuir seu tamanho, aproximando-se das ideias neoliberais, caracterizando-se um modelo de Estado mínimo, quando desencadeia o processo de privatizações, comumente associadas às dificuldades do Estado em prestar serviços adequados. Nesse sentido, um dos passos importantes deste processo de mudança é o advento da Emenda Constitucional 19/98, que, dentre outras mudanças, acrescentou o princípio da eficiência, que, em resumo, é a necessidade da Administração Pública e para aqueles que prestam algum serviço público, desempenharem sua função ou atividade com primazia e presteza com o menor custo possível. Existe uma discussão se esse princípio é novo (a partir da EC de 1998) ou antigo. Se já era previsto e exigido pelo Estado de Direito Social ou se foi introduzido pela EC nº 19/98, corolário de uma ideologia neoliberal no Brasil.

Na própria constituição já era previsto o princípio na CF/88 em seu artigo 74, inciso II, quando estabelece a exigência de controle interno nas esferas dos três Poderes em uma tentativa de “comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal...”. Ademais, comprovada qualquer irregularidade, devem os responsáveis comunicá-la de imediato ao Tribunal de Contas da União, “sob pena de responsabilidade solidária” (art. 74, § 1º).

Hely Lopes Meirelles (1995: 90), bem antes da EC nº 19, já ressaltava entre os “poderes e deveres do administrador público” o chamado “dever de eficiência”, a que chamava de “o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”. De acordo com ele, o princípio determina que

todo agente público execute suas funções com presteza, perfeição e rendimento funcional. O dever de eficiência equivale ao “dever de boa administração” da doutrina italiana.

Sztajn (2005) define eficiência como a aptidão para obter o máximo ou o melhor resultado ou rendimento, com a menor perda ou o menor dispêndio de esforços; associa-se à noção de rendimento, de produtividade; de adequação à função. Vale diferenciar ainda a diferença entre eficácia e eficiência. A primeira faz referência à capacidade de gerar de resultados, de se chegar a um objetivo previamente traçado, enquanto a segunda, entende-se pela busca do melhor resultado possível aliada ao menor gasto de forças possível.

Segundo Blaug (1969), economista britânico, a eficiência se refere a um arranjo de recursos para produzir determinado produto, isto é, confeccioná-lo ao menor custo. Um exemplo desse indicador é o custo de se produzir uma tese de doutorado e o de se publicar um artigo, ou seja, para alcançar uma publicação o quanto foi eficiente o programa para fazê-lo? O que foi disponibilizado para o pesquisador para alcançar? A passagem para o pesquisador foi comprada com rapidez, de maneira a reduzir o desperdício? A ajuda de custo foi mensurada adequadamente para que se fizesse uma pesquisa de qualidade? Isso deve ser levado em consideração, pois tudo envolve recurso público.

Compartilha da mesma visão GROTTI (2003):

É um conceito econômico, que introduz, no mundo jurídico, parâmetros relativos de aproveitamento ótimo de recursos escassos disponíveis para a realização máxima de resultados desejados. (...) A eficiência diz respeito ao cumprimento das finalidades do serviço público, de molde a satisfazer necessidades dos usuários, do modo menos oneroso possível, extraindo-se dos recursos empregados a maior qualidade na sua prestação.

O resultado desse advento foi a migração de um sistema burocrático para o gerencial, mais eficiente e fundamentado no modelo da iniciativa privada, que sempre busca chegar aos resultados esperados, diminuindo e controlando os custos. O que se espera com esse novo sistema é o controle finalístico, também

conhecido como controle de resultado ou ainda, controle para a verificação do cumprimento do programa geral do Governo determinado em lei.

Cumpra ressaltar que a eficiência deverá ser mais que um princípio constitucional, deverá ser sempre o propósito da Administração Pública. Entretanto para alguns doutrinadores, a EC 19 não se traduz como princípio. Nada é eficiente por princípio, senão por consequência, e não será razoável imaginar que a Administração, simplesmente para atender a lei,

será doravante eficiente, se persistir a miserável remuneração de grande contingente de seus membros, se as injunções políticas, o nepotismo desavergonhado e a entrega de funções do alto escalão a pessoas inescrupulosas ou de manifesta incompetência não tiver um paradeiro. (LOPES, 1998)

Seu conceito é muito mais econômico que jurídico, porque a partir da eficiência toda a atividade administrativa é destinada a alcançar resultados positivos a um custo cada vez menor. Nesse diapasão, corrobora Gasparini (2006)

A eficiência exige que o responsável pelo serviço público se preocupe sobremaneira com o bom resultado prático da prestação que cabe oferecer aos usuários. Ademais, os serviços, por força dessa exigência, devem ser prestados sem desperdícios de qualquer natureza, evitando-se, assim, onerar os usuários por falta de método ou racionalização no seu desempenho. Deve-se, ainda, buscar o máximo de resultado com um mínimo de investimento, barateando a sua prestação e, por conseguinte, o custo para os usuários.

No Brasil, o estudo da eficiência das universidades federais de ensino superior vem aumentando gradativamente nos últimos anos. Bertolin (2009) ressalta que existem três tendências que marcam a qualidade da educação superior. A primeira é a visão economicista: a educação superior teria como missão principal contribuir para o crescimento da economia e preparar as pessoas para o mercado de trabalho cada vez mais hostil, enfatizando a educação superior como instrumento preponderante para o desenvolvimento da economia e da empregabilidade; A segunda visão é a pluralista: além de destacar o papel significativo da educação superior no processo de desenvolvimento econômico, ainda incrementa seu papel no desenvolvimento sociocultural. E, por fim, a terceira visão é a de equidade, no

sentido de busca pela similitude e conformidade da educação que é conferida pelas universidades.

Para que a qualidade seja alcançada, apesar de a Constituição Federal não retratar claramente o que seria qualidade de educação, os recursos financeiros se apresentam como elementos preponderantes a um padrão de qualidade digno. A importância dos recursos financeiros para o sucesso das políticas públicas educacionais está relacionada diretamente às ações sociais.

Assim, o art. 218 da Constituição Federal destaca que o “Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas”.

O alicerce dessa asseveração é compreendido na designação do financiamento da educação em orçamentos públicos. A relevância dos recursos financeiros para que haja sucesso nas políticas públicas educacionais está relacionada às ações sociais, de acordo com Castro (2001):

Isso porque a educação, como as demais políticas públicas, tem em sua estrutura de financiamento um importante instrumento que limita ou amplia as possibilidades de formulação e implementação de ações e programas estatais.

Dessa forma, faz-se necessário o ajustamento das fontes de recursos à natureza dos serviços ofertados. Deve-se estabelecer de maneira clara a definição de qual é a melhor maneira de financiamento para se atingir os propósitos por meio dos serviços que se planeja ofertar.

Nessa estrutura, as características jurídico-institucionais e técnico-financeiras das fontes de recursos, que indicam as possibilidades de recolhimento e geração de recursos, determinam em grandes medidas a direção e força da política educacional.

Com base nos dados a serem analisados, será observado o porquê da não utilização do recurso em sua plenitude, por outro lado, outro programa que o utiliza em sua totalidade e ainda solicitada novo aporte de recurso para a manutenção do programa. Os saldos do recurso demasiadamente superavitários, quanto deficitários, têm origem na falha de processos de gerenciamento acerca dos procedimentos que envolvem a cessão, gestão e utilização dos valores.

As atividades de pesquisa científica e inovação são elementos fundamentais para que se tenha um país mais independente e de presença mundial marcante, com reflexo na possibilidade de maior inserção competitiva no mercado globalizado.

O apoio às pesquisas científicas e à pós-graduação brasileira pode ajudar um país a sair de crise econômica, pois aumenta a competitividade de empresas brasileiras, gerando aumento na arrecadação de impostos. O desenvolvimento científico e tecnológico tornou-se, com isso, um fator determinante na geração de renda e na promoção de bem-estar social. A velocidade do desenvolvimento tecnológico e a crescente competitividade o mercado brasileiro e mundial tem ocorrido sem a participação de grande parte da massa de trabalhadores, daí urge a necessidade das Universidades e as Pós-Graduações como uma tentativa de minimizar essa distância.

Acerca das ações e posicionamentos dos gestores nos diferentes ambientes organizacionais, é importante ressaltar sua atuação na liderança da condução deste processo administrativo e na gestão o recurso.

Capanema (2001) expõe a conveniência de gestão por meio da competência dos agentes gestores educacionais. Destaca ainda que os profissionais envolvidos na gestão educacional devam se posicionar diante de recursos cada vez mais exíguo, concomitantemente, assegurar à sociedade uma educação de qualidade. Para que exista eficiência na gestão dos recursos destinados à educação na pós-graduação, aqueles que estão envolvidos precisam ter os conhecimentos acerca de todo universo do financiamento do recurso, sua origem, de que maneira podem ser aplicados e se há fundamentação legal para a utilização do recurso.

A partir de então o recurso passa ser mais bem gerenciado, utilizado de maneira a trazer benefício não apenas para os envolvidos no evento, mas também para melhoria da qualidade, estrutura e, conseqüentemente, nota CAPES. "(...) os recursos são públicos, mas a sua aplicação deverá ser feita sem malversações, porque o destinatário sempre é o aluno em conjunto com a qualidade do ensino". (BACELAR,1999)

Pascoalino e Gomes (2001) ratificam essa metodização, quando versam sobre o papel da gestão na organização e planejamento dos recursos recebidos:

A expectativa é que, aumentando o volume de verbas, o desempenho da escolaridade obrigatória melhore. No entanto, essa relação depende de condições essenciais, como a adequada gestão.

Portanto, faz-se necessário que se tenha bem claro sobre qual a melhor e mais eficiente maneira de gerir os recursos destinados à Pós-Graduação para que se alcancem os objetivos propostos. Pois pouco vale se houver recursos para garantir um ensino de qualidade e que tenha bons frutos à frente, se não existir uma gestão que enxergue a maneira mais eficiente de investir os recursos.

2.3 MUDANÇAS DE PARADIGMAS NA GESTÃO EDUCACIONAL

A gestão educacional vem ocorrendo como parte de um esforço relevante para a organização e mobilização do desempenho humano. Os proponentes do paradigma da nova gestão pública enfatizam a capacidade de sua estratégia de produzir resultados. A universidade precisa reconsiderar seu papel a fim de atingir seu real objetivo que é instruir, democratizando os conhecimentos, não é mais possível atuar de maneira dividida e hierarquizada, é preciso que os membros da comunidade acadêmica se apropriem da nova concepção de se trabalhar em equipe e de fato apliquem essa teoria na prática acadêmica.

O que é sugerido é uma maneira de diferente prisma de direção, direcionada para a transformação das instituições de ensino e de seus processos, como atalho para a melhoria das condições de funcionamento de um sistema de ensino. Mecanismos de democracia implementados a partir da Constituição Federal de 88 acompanhou a nova ordem social e econômica prevista nela. O orçamento participativo, o voto, os conselhos municipais são alguns exemplos desse mecanismo que ajudam a construir a democracia no país. No âmbito da educação, iniciam-se o desenvolvimento de ideias vinculadas a um ensino significativo, interdisciplinar e que preze pela qualidade, objetivando a estruturação crítica e mais participativa das pessoas.

A concepção de gestão no âmbito educacional é recente, porém, de grande importância, na proporção em que se almeja uma universidade que promova a formação humana e profissional para uma atuação de uma sociedade mais digna, que impulse o desenvolvimento, a produção científica e fomente a geração de conhecimentos.

O processo de organizar e desenvolver o ensino dispõe de quatro funções administrativas, quais sejam: planejamento, direção, controle e organização. O planejamento se baseia em ações para a tomada de decisões, é um processo de análise da realidade situacional, tendo como objetivo a elaboração de um plano para aquela instituição ou departamento. O planejamento é uma ferramenta que consente entender a realidade, analisa as condições de sua viabilidade e constrói uma possibilidade de futuro (RIBEIRO, 1986).

Cumprir ressaltar que o instituto de ensino deverá propiciar condições para a materialização do planejamento. A partir do planejamento, segue-se o projeto pedagógico, que por sua vez, apresenta uma direção para o trabalho a ser desenvolvido, demonstra suas metas e antecipa as ações de possível correção. Segundo PARO (2003), planejar é estabelecer objetivo, é uma peculiaridade do ser humano, que se diferencia no animal, pois o homem pela sua liberdade de ser busca realizar e administrar aquilo a que se propõe.

O controle e a avaliação dependem de informações concretas e objetivas sobre o andamento dos trabalhos, tendo como base o projeto pedagógico-curricular e ações efetivas praticadas pelos vários elementos da equipe acadêmica. Para a coleta de informações, o diretor pode subsidiar-se da observação dos resultados de projetos executados na escola, do acompanhamento das atividades em salas de aula e no recreio, de entrevistas pessoais com professores e com outros servidores, de reuniões sistemáticas ou extraordinárias, de encontros informais com o pessoal docente, técnicos e administrativos.

Portanto, o acompanhamento e o controle comprovam os resultados do trabalho, evidenciam os erros, as dificuldades, os êxitos e os fracassos relativos ao que foi planejado. A avaliação das atividades implica análise coletiva dos resultados alcançados e a tomada de decisões sobre as medidas necessárias para solucionar as deficiências encontradas (LIBÂNEO, 2005).

Dirigir e coordenar significa, no entanto, assumir, no grupo, a responsabilidade por fazer a escola funcionar mediante o trabalho conjunto. Para isso, compete a quem dirige assegurar a execução coordenada e integral de atividades dos setores e dos indivíduos da escola, o processo participativo de tomada de decisões e a articulação das relações interpessoais na escola (LIBÂNEO,

2005). Dirigir visa incentivar os envolvidos no processo da gestão para a melhor performance de suas atividades.

A organização geral do trabalho refere-se à racionalização do uso de recursos humanos, materiais, físicos e financeiros e à eficiência na utilização desses recursos e dos meios de trabalho. A gestão eficiente, entretanto, somente surtirá efeito quando essas quatro funções administrativas forem bem utilizadas concomitantemente com a valorização das relações humanas que ocorrem nesse contexto. O alicerce das relações humanas na gestão educacional compreende “a colaboração consentida e não fundada na autoridade com força para se fazer obedecer ou se fazer crer” (RIBEIRO, 1986, p. 137).

Sendo assim, para que ocorra o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, faz-se necessário uma visão mais ampla dos gestores, que tenham um entendimento geral nas relações entre os componentes que participam das articulações acadêmicas, para que consigam orientar-se pelo novo paradigma da educação e suas transformações tecnológicas, os quais enfocam e valorizam a construção do conhecimento. Esse paradigma se encontra fundamentado no trabalho democrático e participativo entre os membros das instituições. A partir dessas características intelectuais absorvidas pelos gestores, é que estes construirão com a universidade traços culturais próprios sobre as funções gerais constitutivas do sistema, como planejamento, organização, direção e avaliação. Para que de fato o programa de pós-graduação organize suas ações é imperioso que os coordenadores trabalhem em parceria com os envolvidos na gestão, informando as metas e os objetivos a serem alcançados na instituição educacional, de modo que todos trabalhem com o mesmo intuito.

Portanto, diante da conscientização do trabalho em conjunto de toda a equipe envolvida na gestão, é que resultará em uma melhor comunicação da própria instituição com a comunidade. Contudo, é preciso que a própria universidade seja um exemplo de organização democrática para a sociedade.

A melhoria da qualidade da educação favorecida por uma gestão democrática e o modelo de gestão perpassam pelo método, o conteúdo e a convivência humana de maneira indissociável.

3 . ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO CONCEITO DE DESCENTRALIZAÇÃO

Os modelos que centralizavam a gestão pública em meados do século passado, como por exemplo, o sistema socialista e mesmo o capitalismo autoritário experimentado pelo Brasil, tornaram-se inócuas as estratégias das políticas públicas, pois rejeitavam o princípio do controle e aplicação dos recursos públicos. Um clima de crise econômica, a insatisfação dos trabalhadores com os baixos salários e o alto custo de vida possibilitaram o ressurgimento do movimento sindical, bastante fragilizado desde 1968. Os trabalhadores começam a reivindicar e protestar contra a política de arrocho salarial, o que favoreceu a várias greves no final da década de 1970 por melhores condições de vida.

Naquele período, era extremamente difícil conceber a sociedade civil organizada intervindo para o controle de gastos ou mesmo promover denúncias de corrupção. A descentralização está introduzida no contexto da redemocratização recente do país, é um novo formato executado a partir da década de 90, validado pela Constituição Federal de 1988, quando conferiu autonomia político-administrativa aos municípios e que teve como proposição a restauração do país por meio da conscientização, inclusão social e exercício da cidadania das comunidades locais no processo decisório das políticas públicas, ou seja, uma forma de estreitar o poder político do cidadão, interrompendo a tradição hierárquica do Estado.

De acordo com Farah (2001), existem dois sentidos na descentralização. O primeiro é a compreensão neoliberal de Estado mínimo, na qual o Estado pouco se intromete nas atividades econômicas, as quais devem ser executadas pela iniciativa privada e o governo descentralizar os serviços para garantir maior eficiência. O segundo conceito prevê tem a missão de promover a redistribuição de poder, favorecendo a democratização das relações entre Estado e sociedade, contrapondo-se à onda neoliberal do contexto mundial na década de 1980.

Na década de 1990, assiste-se a um processo de regulamentação da gestão descentralizada das políticas públicas em diversas áreas sociais (saúde, educação, assistência social, etc.), com a inserção da participação da sociedade civil, via Conselhos Gestores, na sua formulação e controle. Nesse sentido, tais Conselhos passam a ser considerados canais de participação mais expressivos da emergência

de um outro regime de ação pública na esfera local, caracterizados pela abertura de novos padrões de interação entre governo e sociedade na gestão de políticas públicas (SANTOS JÚNIOR, 2001).

A descentralização passa então a ser considerada como um meio do Estado retirar parte de sua responsabilidade e transferir parte da responsabilidade, reduzindo assim o seu tamanho e a diminuição dos gastos públicos. Assim, o que caracteriza a descentralização é a transmissão de gerenciamento, execução ou financiamento de políticas do nível central para o nível local. Isso garante eficiência administrativa e mudança na relação de poder, valoriza a participação de todos aqueles que estão envolvidos no processo de tomada de decisão.

A sinergia coletiva, o planejamento e maneira da gestão privilegiar a participação dos sujeitos envolvidos no processo são fundamentais para uso eficiente dos recursos. Respalda pelo artigo 206 da Constituição Federal de 88, que estipula o pluralismo de ideias e a gestão democrática do ensino, determinando assim as tomadas de decisão e implementação de ações não hierarquizadas. O artigo seguinte, 207, assegura que “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Com o artigo, a CF/88 reconhece que a universidade pública não é um órgão como os outros. Fixou uma singularidade dando-lhe autonomia, ou seja, capacidade legislativa em matéria didática, financeira e patrimonial. Essa autonomia confere, dentro dos limites, o prevailecimento de normas próprias.

As universidades são classificadas como autarquias, que são uma forma de descentralização administrativa, através da personificação de um serviço deslocado da administração centralizada, são tidas como autônomas, pois, a pesquisa e ensino pressupõem soberania, independência e liberdade. Não significa que são autônomas em relação ao Estado, sem nenhum tipo de controle, senão uma autonomia que se refere aos limites fixados pelo ordenamento constitucional.

A percepção de descentralização empregada nesta pesquisa abarca os estudos do tema pela gestão pública e considera que a participação dos atores envolvidos no processo decisório auxilia as relações de poder dentro das instituições e as afeta diretamente. Almeida (2005) e Abrúcio (2005) asseveram que a

descentralização favorece a democracia, estimula a participação mais efetiva daqueles que estão compreendidos no processo decisório.

Na perspectiva gerencial, a descentralização tem como escopo atingir os objetivos preestabelecidos por meio de eficiência, em um esforço de alterar os antigos comportamentos da cultura burocrática e do excesso de formalismo por uma cultural focada em resultados. De acordo com a estrutura organizacional da instituição, a autoridade burocrática pode conotar uma força de decisão mais firme ou mais dispersiva. Em estruturas simplificadas, onde o poder de decisão é mais direto, os princípios de autoridade nos processos decisórios passam a ser executados em menor grau de burocracia, por conseguinte, mais agilidade e eficiente. Por outro lado, em instituições de estruturas complexas, há perda da eficiência, uma vez que as decisões sejam pessoais ou determinadas por um grupo caminham rumo à hierarquização burocrática, conjuntura que predomina nas universidades públicas federais, o que compromete a qualidade dos procedimentos.

Nos programas estudados, a descentralização ocorre, principalmente, em torno dos coordenadores, corpo docente e técnico-administrativos. O fluxo de autoridade segue de cima para baixo, ou seja, origina-se nos coordenadores dos programas e se encaminha para os professores e alunos vinculados aos programas.

A tomada de decisão segue o fluxo de superioridade hierárquica, ou seja, de cima para baixo. Porém, ainda existe certo grau de autonomia de docentes e discentes e algumas decisões são tomadas por esses componentes e, posteriormente, ratificado com os coordenadores. A ferramenta destacada para o levantamento de dados foi o questionário respondido pelos coordenadores, técnicos e alunos.

Para Casassus (2001), a descentralização se baseia na teoria gerencial. O Estado passa a se preocupar na tarefa de estabelecimento de políticas e avaliação do ensino. Algumas atividades devem ser delegadas, o que deve facilitar a percepção de possíveis erros, já que outras pessoas passam a se envolver no processo, contribuindo assim para uma melhor racionalização dos recursos e para a diminuição da burocracia. A descentralização financeira tem como objetivo criar condições para os programas terem autonomia para investir os recursos recebidos, promover a equidade social e transparência na utilização e repasse do recurso.

A descentralização é associada à autonomia. Na área acadêmica, é observada apenas como apoio financeiro às estruturas de ensino para desempenharem melhor suas atividades de ensino. Segundo Beltrão (1984), a descentralização constitui a melhor maneira de assegurar a eficiência e a redução do custo dos programas federais. De acordo com o autor, nenhuma política pública será eficaz se a execução não for amplamente descentralizada e se a participação daqueles envolvidos e engajados no processo de ensino não participarem desde a fase inicial da sua elaboração.

A descentralização da execução de programas federais é o componente fundamental para fazer com que as políticas públicas se efetivem e alcancem os resultados sociais esperados pela sociedade. O processo de descentralização ocorre mediante interesse recíproco, neste caso, entre a CAPES e a UFES, por meio de celebração de um Termo de Execução Descentralizada firmado entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES e a Universidade. É uma das atribuições da CAPES delimitar, divulgar e encaminhar os recursos orçamentários e financeiros reservados às instituições.

A gestão descentralizada de recursos financeiros vem sendo aplicado como estratégia para o financiamento de ações pulverizadas, isso aumenta os desafios da instituição, pois produz efeitos em sua concepção de autonomia e em seus diferenciados modelos de gestão. Uma universidade comprometida em superar o caráter burocrático da descentralização de recursos financeiros acredita na Gestão Democrática e no projeto político-pedagógico, quando são indicadas as ações concretas para serem executadas e atividades necessárias ao processo para que o ensino e aprendizagem sejam realizados com primazia.

3.1 IMPORTÂNCIA DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E SEU APOIO FINANCEIRO

A PRPPG da Universidade Federal do Espírito Santo organiza as políticas e programas institucionais voltados ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e à oferta de Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). A Pró-Reitoria coordenará e fiscalizará a execução do PROAP, incumbido de estabelecer contato entre a instituição e a CAPES. Na pós-graduação, as ações da PRPPG

estão relacionadas à expansão, qualificação, acompanhamento e financiamento do sistema por meio de recurso PROAP, oriundo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse recurso é comum às Instituições Públicas de Ensino Superior, entretanto, assume valores e aspectos distintos de acordo com o conceito avaliados pela CAPES.

Existe ainda o Programa de Apoio à Participação em Eventos Técnicos e Científicos (PAPETEC), criado pela Resolução nº 03/2008, o Programa está vinculado à PRPPG e tem como objetivo prover o auxílio financeiro para a participação de pesquisadores da UFES (docentes, servidores técnico-administrativos e discentes) em eventos nacionais de grande relevância científica, fomentando o desenvolvimento em várias áreas, promovendo visibilidade na produção científica e, por conseguinte, melhorando a produção científica da Universidade. O PAPETEC é ofertado diretamente pela instituição, ou seja, a origem dos recursos é da própria instituição, por outro lado, o PROAP/CAPES, tem como fonte a CAPES, criado pela Portaria nº 10 de 27 de março de 2002 e posteriormente reestruturado pela Portaria nº 64 de 2010 pelo mesmo órgão.

Docentes e discentes vinculados a qualquer Programa de Pós-Graduação (Mestrado Acadêmico e Doutorado) devem utilizar essencialmente o recurso PROAP/CAPES. Os Programas de Mestrado Profissional e pesquisadores da Universidade que não têm vínculo com os Programas de Pós-Graduação, a PRPPG busca atender as solicitações por meio do recurso PAPETEC, porém, para que possa ser beneficiado com esse recurso, o pesquisador deverá ter o projeto de pesquisa efetivamente registrado e atualizado na PRPPG. O pesquisador poderá solicitar somente um pedido por ano para participação individual em eventos científicos e dois de apoio à participação de estudantes em eventos científicos. Para que seja concedido o apoio, o pesquisador não pode estar inadimplente com relação a nenhum de seus compromissos na PRPPG, como os relatórios parciais e finais de projetos de pesquisa, Iniciação Científica e apoio à participação de eventos.

Dessa maneira, a UFES busca oferecer auxílio financeiro para a participação de pesquisadores da Universidade em eventos no país, enquanto que a CAPES, por meio do recurso PROAP provê auxílio financeiro a fim de apoiar a participação de pesquisadores em eventos científicos no exterior.

3.1.1 A RUBRICA PROGRAMA DE APOIO À PÓS-GRADUAÇÃO - PROAP

O gerenciamento dos recursos do convênio PROAP/CAPES é realizado por meio da sistemática de co-gerenciamento com as instituições participantes, com apoio ao órgão da administração superior responsável pela pós-graduação *stricto sensu*, chamado Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Para que seja disponibilizado o recurso, a universidade deve encaminhar à CAPES o Plano de Trabalho Institucional, que é a documentação com o detalhamento da distribuição de recursos nas atividades elencadas pela universidade. O Plano de Trabalho poderá financiar despesas de custeio (dotações orçamentárias que têm por objetivo atender gastos administrativos, como por exemplo, gastos com pessoal) essenciais ao atendimento das finalidades relacionadas e descritas a seguir:

Material de consumo: Entende-se por material de consumo aquele que em razão de seu uso corrente vai perdendo suas propriedades físicas, assim, não atendendo mais as necessidades as quais ele se propunha. Em média, a vida útil de um bem de consumo é de 2 anos;

Serviços de Terceiros: confecção de materiais didáticos instrucionais, editoração gráfica e material de divulgação das atividades apoiadas pela CAPES; publicação de artigos científicos no país e no exterior; serviços de tradução e revisão de artigo para periódicos; treinamento de alunos sempre que tiver relação com sua dissertação/tese (apoio a outros serviços relacionados à consecução do evento programado); serviço de manutenção em equipamentos do programa; realização de evento técnico-científico promovido pelos Programas de Pós-Graduação (aluguel de espaço físico e de equipamentos, necessários à realização dos eventos) e serviços para manutenção de laboratórios do PPG.

Participação de professores convidados em bancas examinadoras de dissertações, teses e exames de qualificação; participação de professores em eventos no país; participação de professores em eventos no exterior; despesas com passagens e diárias para técnicos ou professores que se deslocarem para realizar treinamento em novas técnicas de laboratório e utilização de novos equipamentos, vinculados com o desenvolvimento das dissertações ou teses dos alunos do programa (as despesas com os docentes visitantes convidados para ministrarem o treinamento pode-

rão ser financiadas com recursos para a aquisição das passagens e diárias de acordo com o Anexo I do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006), que trata dos valores das indenizações de diárias aos servidores públicos federais;

Participação de alunos em eventos no país; participação de alunos de doutorado em eventos no exterior; participação de professores visitantes nos Programas; participação de professores e alunos em trabalhos de campo e coleta de dados no país; pagamento de diárias a professores.

Cumprе ressaltar que, em nenhuma hipótese, a verba poderá ser utilizada para compra de material permanente. Ferramentas e materiais de escritório são considerados contrapartidas da Instituição, assim, deverão ser adquiridas com recurso do orçamento da Instituição.

A tabela 1 demonstra os valores ofertados pela CAPES no período de 2010 a 2014, os valores efetivamente utilizados pelos programas e os valores devolvidos à CAPES ao final do ano de exercícios do período pesquisado.

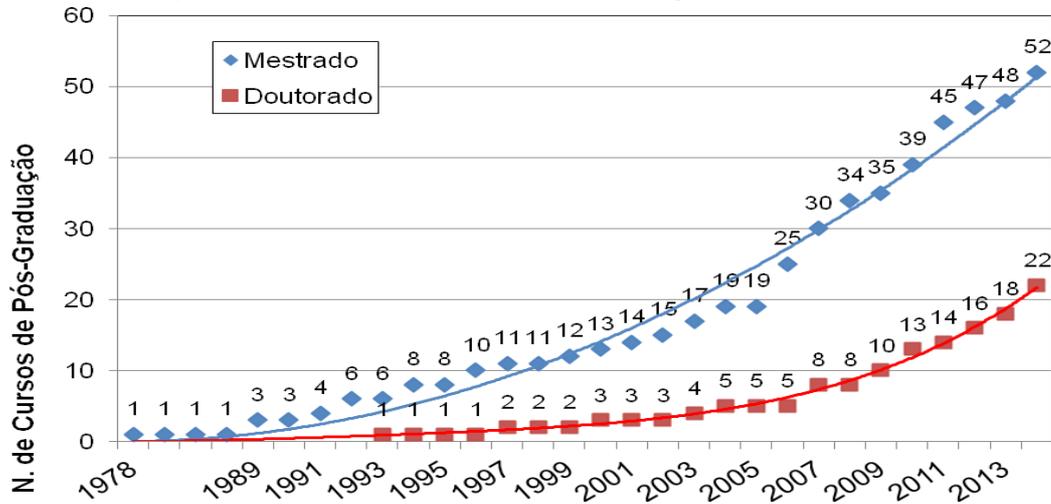
Tabela 1: Valores disponibilizados, pagos e devolvidos à CAPES

	2010	2011	2012	2013	2014
Valor disponibilizado pela CAPES	R\$ 1.283.590,00	R\$ 1.740.310,00	R\$ 2.174.480,00	R\$ 2.309.303,33	R\$ 2.548.516,66
Valor devolvido à CAPES	R\$ 920,07	R\$ 15.739,00	R\$ 168.307,75	R\$ 16.452,52	R\$ 18.214,72

Fonte: Banco de dados da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFES.

O aumento da dotação orçamentária do PROAP descentralizada para a UFES no período pesquisado é 35,58% de 2011 em relação a 2010, e de 24,95% de 2012 em relação a 2011. De acordo com o gráfico 1, é possível ainda comparar o crescimento do valor disponibilizado pela CAPES com a oferta de vagas nos Programas da Universidade.

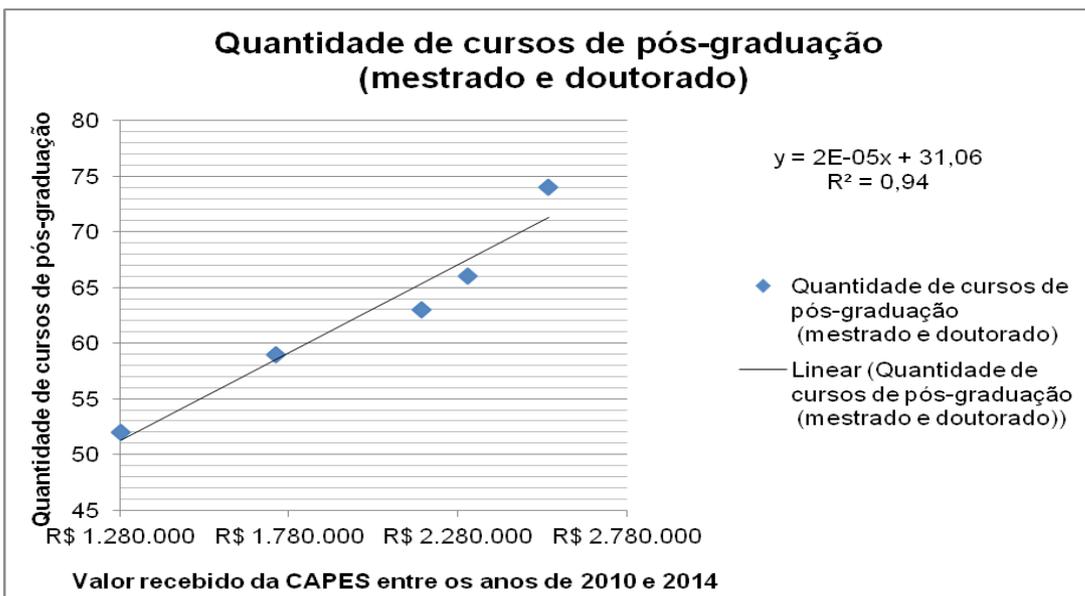
Gráfico 1: Expansão dos cursos de Pós-Graduação na UFES



Fonte: Dados disponíveis no Banco de Dados da PRPPG-UFES

A expansão da Rubrica PROAP acontece em conjunto com o aumento da criação de novos cursos de Pós-Graduação na UFES, especialmente no período estudado (triênio 2013). Para ratificar o que fora dito anteriormente, no que diz respeito à relação do quantitativo de cursos com os valores recebidos, o gráfico 2 relacionará as variáveis explicitadas.

Gráfico 2: Correlação entre a quantidade de cursos de pós-graduação e valor concedido pela CAPES



Fonte: Formulado pelo autor com base nos dados disponíveis na PRPPG-UFES

A ideia é avaliar se o aumento do investimento, a segunda variável, também irá aumentar a segunda e quão forte é essa relação. O “r” de Pearson pode variar entre -1 (quando há o que é chamado de perfeita correlação negativa, assim, a correlação é inversamente proporcional entre as variáveis) e +1 (há uma correlação perfeita entre as variáveis e é diretamente proporcional, variam no mesmo sentido).

Pelo gráfico de dispersão, o coeficiente de correlação de Pearson é de 0,969542 positiva ($R^2 = 0,94$, é o valor da correlação “r” elevado ao quadrado), segundo Triola (2005), há correlação linear significativa entre as variáveis acima, ou seja, o aumento do valor disponibilizado pela agência de fomento tem forte relação com o surgimento de novos cursos, como consequência, mais alunos. Esmiuçando a expressão da reta, $R^2 = 0,94$, colocando na forma percentual, é igual a 94%, que significa que a variável de quantidade de curso de pós-graduação é representada em 94% pela variável “valor recebido pela CAPES”. Os outros 6% da relação seriam explicados por outros fatores.

4. GESTÃO DEMOCRÁTICA EFICIENTE DO RECURSO PROAP

É obrigação do Estado conceder educação de qualidade em todos os níveis de educação, conforme previsão constitucional (do artigo 205 ao 214). É cediço que a disponibilidade de recursos é preponderante para que se tenha um curso reconhecido pela sua qualidade, porém, é imprescindível que seja realizada uma adequação das fontes de recursos aos serviços ofertados.

Há uma presença marcante do Estado nas universidades públicas, especialmente nas federais, principalmente no que diz respeito a recursos para manutenção e apoio às pesquisas, apesar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, enfrenta frequentes cortes de verbas e atrasos nos repasses, como aconteceu em julho de 2015, quando as universidades públicas de todo país tiveram 75% do recurso PROAP cortados¹. A restrição do recurso comprometeu o desenvolvimento de pesquisas em todo país. Passagens de professores externos para examinar bancas de mestrado e doutorado, passagens para alunos e docentes participarem de Congressos, tradução de artigos e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades relacionadas à pesquisa acadêmica e as demandas assumidas pelos programas de pós-graduação no sentido de ofertar melhores condições de pesquisa aos pós-graduandos foram temporariamente suspensas.

Dessa forma, a autonomia universitária, ainda que seja um preceito constitucional (art. 207 da Constituição Federal), ainda não é uma realidade para as universidades federais.

Teixeira (2005) demonstra a importância de uma dimensão financeira e de gestão educacional, ou seja, como os recursos financeiros poderiam “oxigenar” as instituições de ensino brasileiras, e então possibilitar por meio de planejamento, a ação, o controle e avaliação das práticas administrativas e pedagógicas no âmbito das instituições de ensino, a fim de alcançar um patamar de ensino de qualidade.

A captação de recursos provenientes do governo federal pressupõe a observância de preceitos e critérios, o seu uso e a prestação de contas. Segundo

1 Notícia veiculada por Paula Ferreira no sítio O Globo. Disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/universidades-federais-repudiam-corte-de-verba-para-programa-de-pos-graduacao-16730458>

Farenzena (2002), no Brasil há variados modelos de gestão democrática dos recursos destinados à área da educação. Além da autonomia financeira e da maior participação externa no controle dos recursos, esses modelos propõem o exercício da cidadania, pois a partir do momento em que é ampliada a participação da gestão dos recursos destinados à melhoria de qualidade na educação, os envolvidos se sentem copartícipes de uma melhora no ensino. O que deve ser feito é garantir a participação de todos os envolvidos no processo de gestão pedagógico e financeiro.

Entretanto, só é possível participar, envolver-se, integrar-se e colaborar de maneira efetiva e com resultados positivos se os envolvidos tiverem conhecimento sobre o universo do financiamento da educação brasileiro, neste caso, como se dá a concessão, qual a origem e como é possível a utilização do recurso PROAP/CAPES. Saber o porquê da não utilização de um recurso disponibilizado desde o início do ano e deixar que esse recurso seja recolhido pelo governo federal, deve-se à falta de conhecimento de como o recurso poderá ser utilizado. Ou ainda, a total utilização do recurso, no caso do PQUI, poderá causar um desequilíbrio na conta daquele órgão a qual o programa apela, uma vez que, concedendo o recurso ao programa, a PRPPG fica desfalcada de um valor que poderia utilizar em outro programa que produz bastante e precisa de recurso para que seus artigos e produções científicas sejam publicados.

Outra oportunidade detectada é a confecção dos formulários disponíveis nos sítios da PRPPG para a solicitação do benefício. O principal erro de preenchimento se dá no campo de dados pessoais, o que impossibilita a inserção de dados no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), e com isso os dias passam assim como o valor das passagens até que a correção solicitada é retificada, assim, aumenta o valor descontado do recurso PROAP, que poderia ser gasto em outra rubrica, principalmente aquela que tem o maior peso, que é a produção intelectual (fomentando a produção por meio de concessão de reembolso de taxa de inscrição e publicação no evento).

E por fim, para aqueles servidores que vão participar de um evento no exterior e solicitam passagens e diárias internacionais, por força legal, devem encaminhar a portaria de afastamento publicado no Diário Oficial da União à PRPPG a fim de que seja anexada à solicitação inicial (conforme prevê o

Decreto 1.387/95). Com frequência, as solicitações chegam à PRPPG sem a portaria de afastamento, com isso a Pró-Reitoria fica impossibilitada de emitir os bilhetes e dar sequência ao pagamento de diárias, o que leva ao gasto maior com essas despesas, pois são concedidas em datas mais próximas ao evento.

4.1 SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS

O governo federal, com intuito de instrumentalizar com mais eficiência o serviço público e a fim de atender ao disposto no art. 74 da Constituição Federal, objetivando ações de controle com o objetivo de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, implantou o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), que integra as atividades de concessão, acompanhamento e gestão de diárias e passagens, no âmbito do serviço público federal. O Decreto nº 5.992/2006, e modificações posteriores, tornou obrigatório o uso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP – pelos órgãos da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional a partir de 31/12/2008. A Portaria nº 505/2009, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão determina os procedimentos a serem seguidos na emissão de bilhetes de passagens aéreas para viagens a serviço pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

O SCDP foi implantado em 2004, porém, todos os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional tiveram que se adaptar ao uso até 31 de dezembro de 2008, pois, todas as solicitações de diárias e passagens no âmbito federal passaram a ser introduzidas nesse sistema.

É um sistema totalmente executado pela *web*, único para toda a administração pública federal, integrado com o Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos – SIAPE e Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Apesar das vantagens demonstradas, o sistema pode apresentar em alguns momentos lentidão, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos, além disso, em caso de greve, como ocorreu em outubro de 2015 dos servidores do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), quando o

sistema em todo Brasil ficou indisponível, o que comprometeu a garantia de emissão de passagens e pagamento de diárias. O Acesso ao Sistema é feito somente por usuários cadastrados, previamente, pelo gestor central ou gestor setorial do SCDP. Os perfis e respectivas atribuições são: solicitante, quem faz a inserção dos dados no sistema; Proponente/Concedente (exige certificação digital) é o responsável pela autorização administrativa. É ainda o responsável pela aprovação da prestação de contas. E, por fim, o beneficiário das diárias e passagens é chamado de proposto.

A aquisição de passagens, que tem grande peso nos valores descontados do recurso PROAP/CAPES. É um dos maiores gastos dos recursos recebidos pelos programas. Na tabela 2, são demonstrados os valores destinados a viagens e diárias em relação ao montante recebido por cada um dos programas.

Tabela 2: Valores gastos com passagens aéreas no PQUI

	PQUI 2010	PQUI 2011	PQUI 2012
Total investido em passagens	R\$ 11.733,10	R\$ 17.068,80	R\$ 22.335,15
Total recebido pelo PQUI	R\$ 24.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 38.000,00
Representatividade de das passagens	48,89%	60,96%	58,77%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados disponíveis no setor Financeiro da PRPPG

A partir dos dados apresentados, observa-se que o total utilizado apenas com passagens aéreas (para docentes e discentes) representa 48,89% do total que o PQUI recebeu de recurso PROAP/CAPES em 2010. Se levar em consideração a participação dos docentes e discentes em eventos no exterior (que foi o item que mais consumiu o recurso naquele ano), o valor foi de R\$ 20.941, 91 (valor que excede o total recebido pelo programa, auxiliado pela PRPPG para alcançar suas demandas), só esse valor excede em 4,71% o valor total que recebeu da CAPES. Cumpre ressaltar que do valor destinado a eventos no exterior (incluindo aí, reembolso de taxa de inscrição/publicação, passagens e diárias), R\$ 18.758,37 foram destinados aos professores e apenas R\$ 2.183,54 para os alunos, conforme dados disponíveis no Setor Financeiro da PRPPG. Sendo que em 2010, o programa

contava com 27 alunos, sendo que apenas dois desse universo foram contemplados com o custeio de passagens para o exterior.

Em 2011, registra-se um forte aumento da representatividade dos valores gastos com passagens aéreas em relação ao total disponibilizado, o percentual é de 60,96%. Vale ressaltar o gasto com docentes em eventos no exterior foi de apenas R\$ 1.460,78, bem abaixo dos números do ano anterior que foi de R\$ 20.941,91, e não houve gastos para alunos em evento no exterior.

Em 2012, A maior parte do recurso do programa foi destinado a passagem, 58,77%, desse total, R\$ 7.342,20 (32,84%) foram destinados apenas para participação de professores que compuseram banca de defesa de dissertação.

Já no PFIS, os valores gastos com passagens também são extremamente representativos, conforme demonstra a tabela 3.

Tabela 3: Valores gastos com passagens aéreas no PFIS

	PFIS 2010	PFIS 2011	PFIS 2012
Total investido em passagens	R\$ 11.444,66	R\$ 38.690,07	R\$ 30.156,77
Total recebido pelo PFIS	R\$ 78.000,00	R\$ 88.000,00	R\$ 102.000,00
Representatividade das passagens	14,67%	43,96%	29,56%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados disponíveis no setor Financeiro da PRPPG

Em 2010, do total gasto com passagens aéreas (R\$ 11.444,66), R\$ 7.780,12 (quase 68%) foram destinados apenas para professores que compuseram banca de dissertação/tese, isto é, outros itens como custeio de trabalho de campo e coleta tiveram pouco recurso destinado, aliás, naquele ano, não houve gasto em eventos no exterior (nem para docentes nem para alunos).

Assim como em 2010, no ano de 2011 não houve gasto de passagens e diárias no exterior. A percentagem do valor gasto em passagens aéreas em relação ao valor total recebido pelo programa ficou em 43,96%, sendo que o gasto com passagens para alunos também foi pequeno em relação ao total investido com passagens, R\$ 5.024,93 foram gastos com o corpo discente, o que representa 12,98% em relação ao total.

Por fim, em 2012, mais uma vez, o programa não direcionou recurso para custear docente ou discente no exterior, 29,56% do total recebido foram direcionados para passagens em eventos no país. Com os dados, observa-se o quão importante é o planejamento que envolva passagens aéreas, já que é o item que mais se gasta no PQUI e uma das mais impactantes no PFIS.

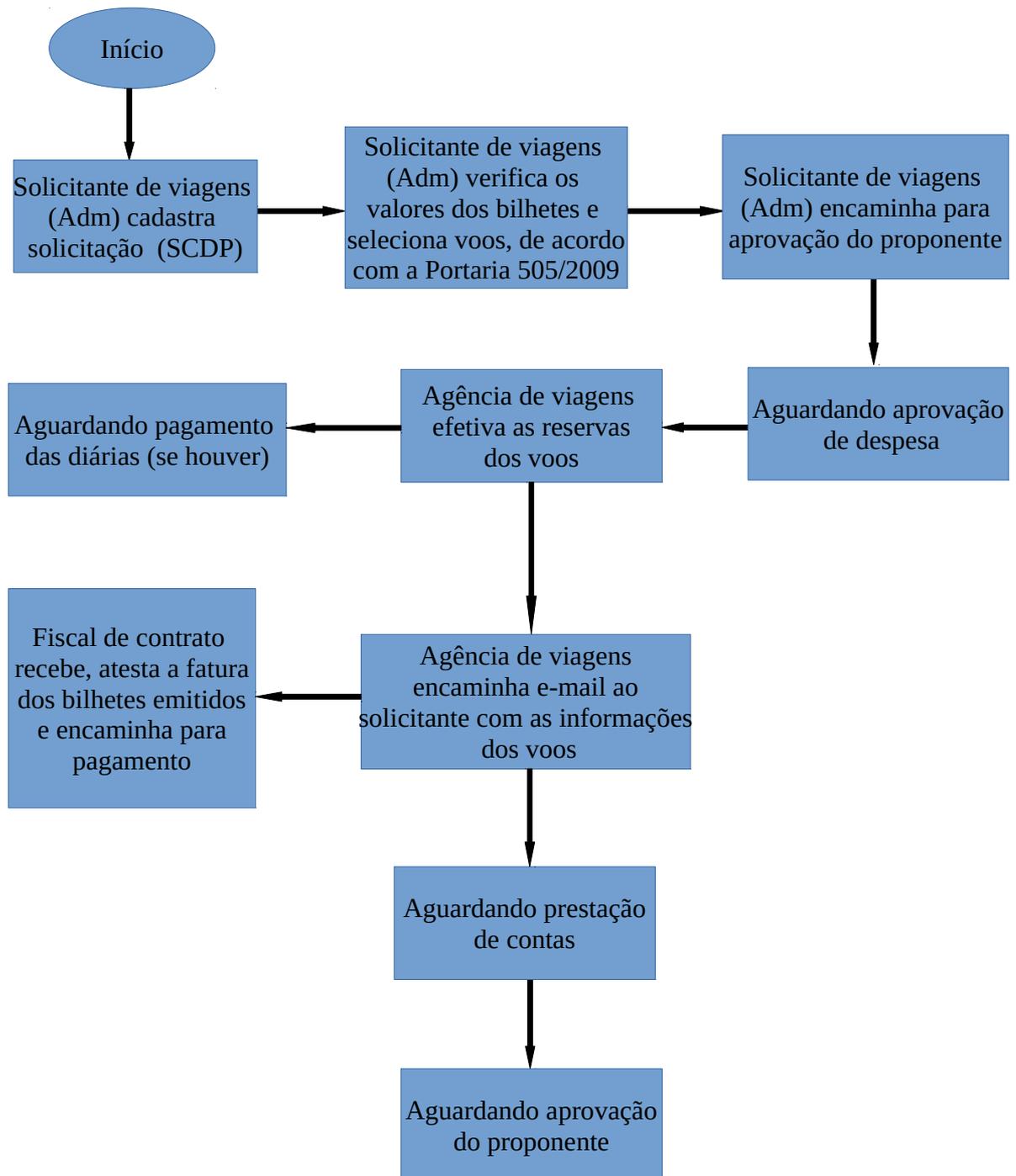
De acordo com o Ministério do Planejamento, o novo modelo de compras de passagens aéreas, em substituição às compras feitas por meio de agências de viagens, implantando em 28 de agosto de 2014, em caráter piloto, no próprio ministério.

Mediante formalização de Acordo Corporativo de Desconto com as companhias aéreas, que garante aos Órgãos Beneficiários o valor da tarifa com desconto e a disponibilidade de assento, por até 72 horas, contadas do momento da efetivação da reserva, espera-se um menor desembolso por parte da Administração Pública Federal, tal como a redução de retrabalho quanto às reservas que perdem o prazo de validade em decorrência do processo de aprovação da viagem. O pagamento das despesas relativas à compra direta das passagens aéreas é realizado por meio eletrônico, operacionalizado pelo Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), operado pelo Banco do Brasil.

A partir da adesão de compra direta, sem a figura das agências de viagens, as atividades relativas aos serviços de cotização, expedição e cancelamento de bilhetes passam a ser efetivadas diretamente por servidores da Administração, sem que surja consequências significativas nas atividades cotidianas, até porque, com essa nova maneira de aquisição de passagens, a expectativa é que haja uma redução do retrabalho quanto às reservas que perdem o prazo de validade em função do processo de aprovação da viagem, tendo que voltar ao início do processo se houver alteração no valor.

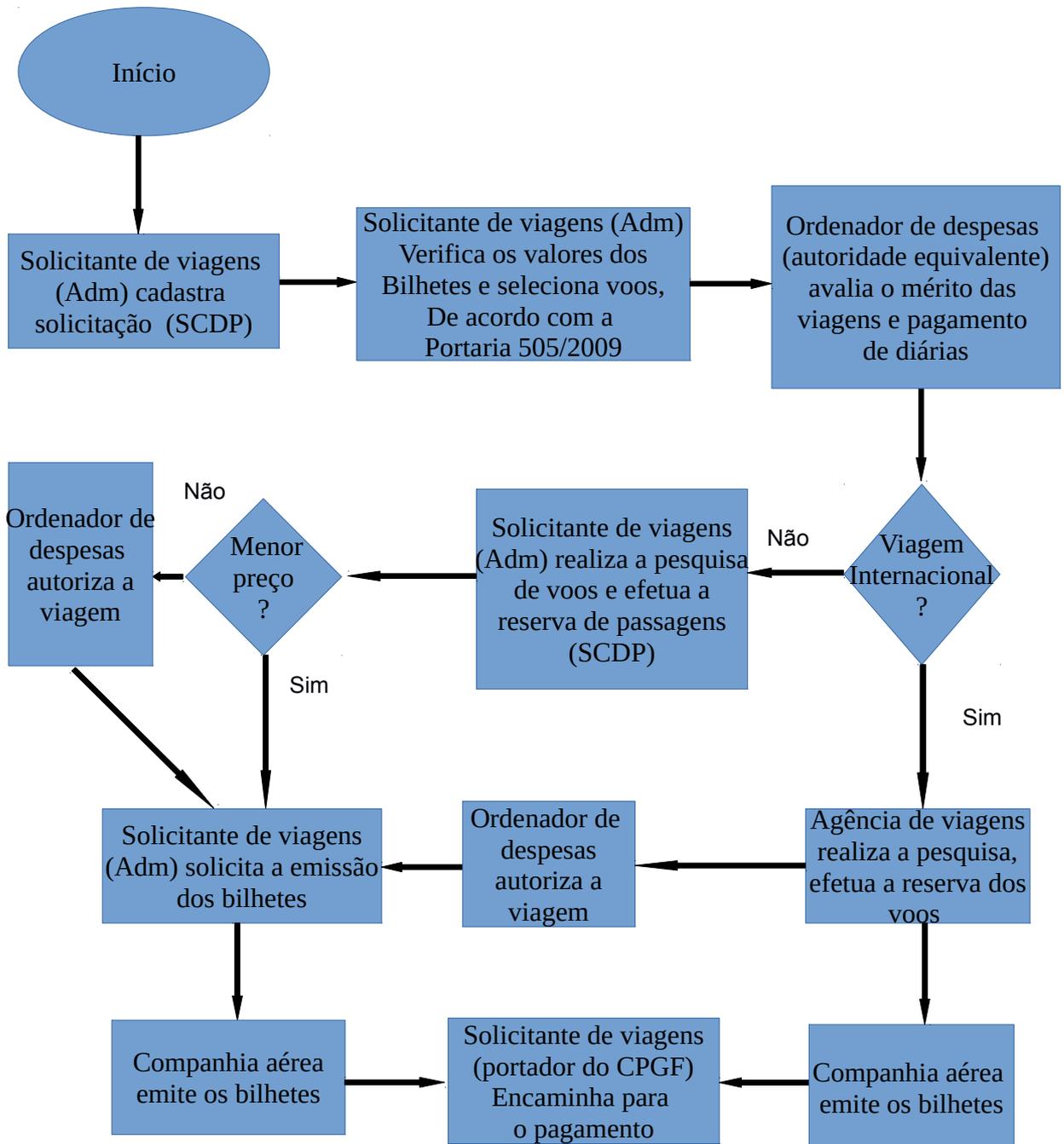
O pagamento das despesas decorrentes de compras diretas será realizado por meio eletrônico, realizado pelo Cartão de Pagamento do Governo Federal – Passagem Aérea – Banco do Brasil, sendo que o Ordenador de Despesas da instituição definirá quem irá portá-lo e os limites de utilização, observado o limite de teto orçamentário. Nos fluxogramas são destacadas as diferenças e os ganhos com o novo sistema de compra direta de passagens aéreas.

Figura 4: Atual fluxo de emissão de bilhetes



Fonte: Formulado pelo autor com base nos dados disponível na PRPPG

Figura 5: Novo fluxo de emissão de bilhetes (ainda não adotado pela UFES)



Fonte: Formulado pelo autor com base nos dados disponível no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A Universidade Federal do Espírito Santo ainda persiste com o antigo sistema de compras, isto é, a existe um intermediário na compra que é a agência de viagens, com isso a perda de recurso é considerável, já que antes da emissão do bilhete, a

solicitação deverá ser encaminhada à agência de viagem, para só então ser emitido, e se houver qualquer retificação no valor do bilhete, por menor que seja, a solicitação volta para a universidade para refazer a solicitação com os novos valores. Cumpre ressaltar que o novo sistema é válido para compras de bilhetes em território nacional e para aquelas localidades atendidas pelas companhias aéreas habilitadas no sistema.

Mais de 240 órgãos já utilizam esse novo sistema, comprando diretamente os bilhetes, sem a intermediação da agência de turismo, dentre eles, alguns IFES, como o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Com o novo modelo, conseguimos descontos nos bilhetes aéreos de, no mínimo, 3 a 5% e um tempo de reserva de assentos e preços de até 72h, garantindo preço adequado e econômico para os órgãos da administração”, explicou a diretora da Central de Compras (BRACARENSE, 2015).

Segundo o Ministério do Planejamento, a expectativa é que haja um desconto médio de 21% em relação aos bilhetes emitidos pelas agências de turismo, o que geraria uma economia de R\$ 55 milhões para os cofres públicos. O novo sistema permite ainda a reserva de assentos com manutenção das tarifas pelo prazo de 72 horas. Assim, o modelo antigo, ainda utilizado pela UFES, apresenta as seguintes fragilidades:

Falta de garantia da escolha de melhor voo;

Retrabalho daqueles servidores envolvidos na emissão;

Possível aumento de valores devido à perda de reserva e maior tramitação da solicitação e;

Processo manual, no caso de cancelamento do voo, para a solicitação do reembolso do valor gasto, porém, não utilizado pelo proposto.

Os serviços da compra direta poderão ainda ser oferecidos de maneira ininterrupta, inclusive em finais de semana e feriados, por intermédio do SCDP. A partir da implementação de uma agência ou central de compras alicerçado em um planejamento centralizado, de amplo conhecimento de todos os envolvidos com o sistema e uma política de capacitação efetiva contribuirá para uma gestão mais eficiente para esses valores direcionados à compra de passagens aéreas.

4.2 A PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

O início dos programas de pós-graduação no Brasil se deu a partir da década de 1960. A pós-graduação no Brasil data da década de 1960, quando foi aprovado o parecer n. 977, em 3 de dezembro de 1965, pela Câmara de Ensino Superior (CES) vinculado ao então Conselho Federal de Educação (CFE), que definia dois tipos de cursos de pós-graduação: o *stricto sensu* (mestrado e doutorado), que tem natureza acadêmica e de pesquisa, engajado com o avanço do conhecimento e do saber; e o *lato sensu*, que tem um significado mais técnico e profissional, correspondendo assim aos cursos de especialização e aperfeiçoamento.

Antes mesmo de entrar em vigor, já existiam cursos de pós-graduação em operação. Balbachevsky (2005) assevera que o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil decorre por meio das agências de fomento (CNPq, Finep e Capes).

Com esse apoio, a pós-graduação brasileira cresceu a passos gigantes. Em 1965, quando os primeiros estudos de pós-graduados foram reconhecidos, o Conselho Federal de Educação identificou ao todo 38 programas de pós-graduação: 27 mestrados e 11 doutorados. Dez anos depois, em 1975, o Brasil já contava com 429 programas de mestrado e 149 doutorado. Desde então esses números não pararam de crescer. Em 2002 tínhamos 1.506 programas de mestrado e 841 de doutorado. (BALBACHEVSKY, 2005, p. 281)

Contudo, não havia nenhuma descrição definida as razões e objetivos da pós-graduação. Esse, então, foi uma das razões que levaram à elaboração do citado parecer, cuja regulamentação viria suplantiar a “imprecisão que reina[va] entre nós sobre a natureza desses cursos” (Brasil, 1965).

A pós-graduação é regida pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação, por meio de um sistema fundamentado na formação de recursos e incentivo de cooperação científica internacional. Essa regulamentação tem por base o credenciamento dos cursos por meio de conceitos que variam de 3 (três) a 7 (sete), refletindo a sua composição através da análise de elementos como a estrutura básica para o funcionamento, corpo discente e docente, publicações de artigos científicos, livros e capítulos, que determinarão esses valores. A avaliação é orientada pela Diretoria de Ava-

liação/CAPES e realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc*. Cumpre ressaltar que apenas os cursos reconhecidos pelo MEC estão autorizados a emitir diplomas *stricto sensu* com validade nacional.

Quanto à avaliação e regulação ao perfil dos programas de pós-graduação da UFES é apresentado no quadro 2 a distribuição dos conceitos CAPES entre os Programas da Instituição e sua evolução média durante o período em estudo.

Quadro 2: Evolução das notas CAPES da UFES

Programa de Pós-Graduação	Triênio 2007	Triênio 2010	Triênio 2013
Administração	3	3	4
Agricultura Tropical	-	-	3
Arquitetura e Urbanismo	-	3	3
Artes	3	3	3
Atenção à Saúde Coletiva	3	4	5
Biodiversidade Tropical	-	-	3
Biologia Vegetal	3	4	4
Bioquímica e Farmacologia	-	-	3
Biotecnologia	-	3	4
Ciências e Tecnologia de Alimentos	-	-	3
Ciências Biológicas	4	4	4
Ciências Contábeis	-	-	3
Ciências Fisiológicas	3	3	4
Ciências Florestais	3	3	4
Ciências Veterinárias	-	3	3
Clínica Odontológica	-	3	3
Direito Processual	3	3	4
Doenças Infecciosas	4	5	5

Economia	4	3	3
Educação	4	5	4
Educação Física	3	3	4
Energia	-	-	3
Enfermagem	-	-	3
Engenharia Ambiental	4	4	4
Engenharia Civil	3	3	3
Desenvolvimento Sustentável	-	-	3
Engenharia Elétrica	3	4	4
Engenharia Mecânica	3	3	4
Ensino de Física	-	-	3
Filosofia	-	3	3
Física	4	4	4
Geografia	-	3	4
Gestão Pública	-	-	3
História	3	4	5
Informática	3	4	4
Letras	4	4	4
Linguística	3	3	3
Matemática	3	3	3
Medicina	-	-	3
Oceanografia Ambiental	-	3	4
Política Social	3	4	5
Produção Vegetal	4	4	4
Psicologia	5	5	5
Psicologia Institucional	-	3	3
Química	3	3	4
Saúde Coletiva	3	4	5
Ciências Sociais	-	3	3

Fonte: Formulada pelo autor com base nos dados disponível na PRPPG

No Brasil, a necessidade da efetivação dos programas de pós-graduação surgiu como uma forma de estímulo aos alunos interessados na especialização intensiva e na formação científica avançada, sem diminuir a importância dos cursos de graduação na formação profissional ou básica do pesquisador. Assim, os cursos de pós-graduação no Brasil deveriam suprir a demanda pela formação de professores competentes; estimular a pesquisa científica por meio da capacitação dos pesquisadores e assegurar o treinamento de trabalhadores intelectuais de alto padrão, responsáveis por alavancar o desenvolvimento nacional (BRASIL, 2013).

A história de ensino de pós-graduação na UFES é recente. O primeiro curso de mestrado na Universidade foi implantado em 1978, na área da Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). O segundo mestrado foi implantado em 1989, o curso de Engenharia Ambiental, no Centro Tecnológico, também naquele ano, o mestrado em Fisiologia Cardiovascular teve início, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas. Em decorrência de seu bom desempenho e conceito na CAPES, em março de 1993 foi constituído o doutorado em Ciências Fisiológicas, o primeiro doutorado da Universidade.

Com a intenção de incentivar o desenvolvimento regional e nacional, e ampliar a cooperação científica nacional e internacional, assim como a geração de inovação e transferência de tecnologias, a UFES colabora fortemente no fortalecimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em todas as suas áreas de atuação.

Como demonstra o quadro 2, a maioria dos conceitos da UFES da última avaliação está entre 3 e 4 (cerca de 89% das notas), treze programas melhoram suas notas em relação à avaliação de 2010, houve um crescimento de 31% em relação à 2010, sendo que a média nacional, registrou aumento de 23%. Vale ressaltar que a concessão do recurso proveniente da CAPES é diretamente afetada por essas médias atribuídas aos programas de pós-graduação. Por essa razão, outras rubricas destinadas ao apoio da Pós-Graduação são importantes, pois com esse conceito atribuído aos programas *stricto sensu* da UFES, a política de financiamento expressada pela PRPPG se mostra como um grande auxílio para a consolidação dos Programas, como o de Química, que historicamente, excede a cota que recebe da CAPES.

No triênio 2013, o número de cursos de mestrado passou de 39 para 47 (crescimento de mais de 21%), e os de doutorado de 13 para 16 (crescimento de mais de 23%). Este crescimento foi um dos maiores entre as universidades federais, sendo que um ponto positivo a observar é que esse aumento está ocorrendo com uma melhoria na qualidade média dos cursos. Não houve apenas aumento significativo na quantidade e cursos, a qualidade dos programas verificados pela conceituação da CAPES teve avanço extremamente relevante. Houve treze cursos que tiveram melhoria de conceito nesta avaliação em relação à anterior. Os programas com conceito 4 e 5 já representam a maioria dos programas da instituição (52%), o que indica o fortalecimento da pesquisa e pós-graduação na instituição. Já existem seis programas com conceito 5.

Um dos grandes desafios é a melhoria crescente e a consolidação da infraestrutura de pesquisa para atender as linhas de pesquisa existentes, bem como as novas linhas criadas, principalmente nos novos cursos. O importante apoio da CAPES, por meio do recurso PROAP/CAPES, tem sido extremamente valioso neste contexto. A consolidação das atividades acadêmicas e de pesquisa demonstra a extrema dependência do financiamento à pesquisa. Daí a extrema relevância de se organizar e planejar o programa de pós-graduação: O valor do PROAP será calculado a partir de uma matriz que levará em consideração o conceito do programa, nível (mestrado ou doutorado) e cotas de bolsas existentes.

Por outro lado, os programas que não tiveram melhoras no conceito da CAPES são justificados pela recente implantação de cursos, pois ainda estão sendo consolidados. A produção científica, o número de estudantes titulados e de estudantes matriculados aumentou expressivamente. A UFES figura entre as 100 melhores universidades ibero-latino-americanas, segundo o *ranking* de instituições Scimago 2014, que é um dos *rankings* mais dedicados à investigação das instituições de ensino superior ibero-americanas, leva em consideração a classificação da produção científica e de pesquisa.

De acordo com Mill, diretor do Departamento de Pós-Graduação e Capacitação de Recursos Humanos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFES,

a produção global da UFES está crescendo muito. Nós praticamente triplicamos a nossa produção científica entre 2009 e 2014 e a média de crescimento da produção brasileira é maior que a média mundial.

Ainda acerca do progresso da pós-graduação da universidade o professor Mill comenta que

nos indicadores objetivos, a UFES tem crescido muito em todos. Por exemplo, na produção científica, que eu acho que é um indicador de muita credibilidade, porque são artigos científicos publicados. Nesse aspecto de produção científica, nós temos crescido mais ou menos 15 a 20% ano após ano. A nossa pós-graduação, por exemplo, cresceu enormemente desde 2004. Nos últimos dez anos, nós quase dobramos a quantidade de cursos de mestrado e quadruplicamos o de doutorado. Dentro dos aspectos que a UFES tem eleito como seu foco de trabalho, o crescimento da gente é grande. A marca da UFES ainda carece de uma melhor afirmação no contexto nacional. E eu acho que isso reflete um pouco o ambiente do Espírito Santo. A gente tem uma inserção pequena, e muitas vezes negativa dentro do Brasil. E a UFES é uma universidade ainda de médio porte no Brasil. A instituição carece ainda de uma inserção internacional muito maior, e existe um esforço para isso. A posição que temos hoje ainda é modesta para o que a UFES poderia ter.

4.3 A PÓS-GRADUAÇÃO NAS ÁREAS DE QUÍMICA E FÍSICA NA UFES

O atual Departamento de Química da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) teve início como Departamento de Física e Química em 1972, vinculado ao Centro de Estudos Gerais. À época, o corpo docente do departamento era organizado em sua maioria por professores formados em Farmácia, proveniente da Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Espírito Santo (FAFABES).

Foi promovida uma política de contratação de pessoal formado em Química que se dispusesse a trabalhar no regime de dedicação exclusiva, com intuito de formar um núcleo de docentes voltado à pesquisa. Em decorrência do aumento do quantitativo de vagas nos cursos de graduação e aposentadoria de professores, a contratação de novos docentes foi possível, visando o crescimento de docentes.

Hoje, o Departamento conta com um corpo docente efetivo de 29 professores, sendo um dos Departamentos da UFES com maior índice de titulação: 90% de doutores e 10% de mestres, sendo que dos 26 doutores, cinco já terminaram o Pós-Doutorado.

A pós-graduação *stricto sensu* foi criada em 2006 (mestrado) e em 2014 foi implementado o curso de doutorado. O programa de Pós-Graduação em Química tem como propósito a formação de recursos humanos que cooperem com a inovação científica e tecnológica do país e capacitá-los a exercerem atividades de magistério do ensino superior e a pesquisa científica. Ao final do mestrado o aluno deverá ter oportunidades de executar funções de docência em nível de graduação e pós-graduação. O mestre já titulado deverá possuir uma visão geral da pesquisa atual em Química e deverá estar apto a compreender os principais avanços da Química. O Programa de mestrado vem melhorando ano a ano seu desempenho. Em termos de dissertações defendidas, foram 7 em 2008, 11 em 2009, 10 em 2010, 10 em 2011, 12 em 2012.

A última atualização dos dados do PQUI mostra que o programa já titulouse 61 mestres. A partir de 2012, o colegiado do programa, levando-se em conta o aumento do número de docentes no programa e a crescente procura pela entrada no programa por parte de discentes provenientes da UFES Vitória, e do *campus* do interior, IFES e das universidades particulares, além de discentes de outros estados definiu por aumento de 10 vagas por semestre para 20. Com novo modelo de prova de seleção baseada em uma prova de conhecimentos gerais de química e análise do currículo *lattes* dos candidatos resultou em um aumento considerável na entrada de discentes no programa, em 2012-1 foram 11, em 2012-2 foram 19. Todas essas ações estão em consonância com o relatório trienal 2013 da CAPES, quando foi detectada uma oportunidade de melhoramento nos programas em todo o Brasil, que é o credenciamento de novos docentes, tanto para que os programas se renovem, quanto para a ascensão profissional do recém-contratado.

A CAPES ainda recomenda em seu relatório a inclusão de disciplina de Química Inorgânica Avançada, orientação acatada pelo programa que, em 2011, passou por uma reformulação, adequação à nova realidade no que diz respeito ao corpo docente e atividades de pesquisa desenvolvidas, com escopo de que fosse criado o Programa de Doutorado em Química na UFES (fato ocorrido em 2014).

O PFIS da Universidade Federal do Espírito Santo tem sua origem no Departamento de Física. Os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Física da UFES foram criados em 1976. À época não havia professores doutores, sendo que o primei-

ro professor com doutorado (Plínio Batista) foi contratado no ano da constituição do curso de graduação em Física. No início da década de 80, os professores Carlos Larica e Klinger Marcos Barbosa Alves, contratados pela UFES em 1970, retornaram de seus doutoramentos finalizados na Inglaterra. Então, a partir da década de 1980, o departamento desenvolveu uma política de contratação com prioridade para doutores e criou mecanismos para qualificação e titulação do quadro de docentes. No segundo semestre de 1992, com um bom número de doutores efetivos no departamento, cerca de 70% do quadro permanente, teve início o curso de mestrado em Física.

A primeira titulação de mestrado do PFIS (Sérgio Vitorino de Borba Gonçalves) ocorreu em 1995. No ano da abertura do nível de mestrado em Física, a média anual de publicação de artigos científicos por docente do departamento era irrelevante (menor do que 0,05% por ano!) e os trabalhos de pesquisa eram, geralmente, desenvolvidos em outras IFES ou centros de pesquisas. Desde a sua criação, o mestrado em Física da UFES evoluiu bastante e hoje forma uma média de oito dissertações/ano e a média de publicação de artigos científicos atingiu um patamar de aproximadamente três artigos por docente ano. Atualmente, o PFIS da UFES possui os dois níveis da pós-graduação *stricto sensu* (doutorado e mestrado), sendo que o nível de doutorado foi implantado em 2003 e a média de três teses/ano.

O Programa de Pós-Graduação em Física tem objetivo de qualificar profissionais para o exercício da pesquisa e da docência em nível superior, bem como preparar profissionais capazes de desenvolver projetos de pesquisa científica básica.

O Programa também auxilia na qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do Estado do Espírito Santo, do Brasil e de países em desenvolvimento, com os quais o Programa mantém parcerias como em alguns países da América Latina e África. Em âmbito nacional, esta contribuição perpassa pela qualificação de recursos humanos para atuar não só na crescente demanda de expansão dos cursos superiores, tanto públicos, quanto privados do Brasil, mas também para satisfazer à demanda cada vez maior de mestres qualificados para atuarem nas escolas públicas e privadas da rede de ensino médio do Estado do Espírito Santo.

O programa já formou 90 mestres e 51 doutores e conta com 54 alunos regularmente matriculados, sendo 20 no mestrado e 34 no doutorado.

A área é extremamente internacional, os primeiros doutores foram formados fora do país e todas as revistas em que são publicadas os artigos são de língua estrangeira. A área tem como um ponto de destaque a participação efetiva em colaborações internacionais.

A CAPES, na avaliação da internacionalização dos programas de pós-graduação, examina indicadores de internacionalização, como projetos de grande porte com equipes internacionais; realização de grandes conferências internacionais no Brasil; atração e estudantes de pós-graduação, inclusive de países com grande experiência e expertise na área; visitas de professores estrangeiros e a participação de docentes com membro de corpo editorial de revistas e na organização de eventos internacionais.

4.4 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR *STRICTO SENSU*:

No Brasil, a ciência é relativamente recente. No final do Período Colonial, no século XIX, o Rio de Janeiro passa a contar com um aparato, ainda incipiente, para as ciências, as atividades científicas brasileiras estavam muito centralizadas na cidade. Alguns creditam à vinda da família real portuguesa, em 1808, como marco símbolo do desenvolvimento educacional e científico brasileiro. A partir de então, instalaram-se algumas instituições, em 1810, a Academia Militar do Rio de Janeiro; em 1818, o Museu Real, depois Museu Nacional de História Natural; e a Faculdade de Medicina, em 1832.

A primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo, é fundada apenas em 1934. No mesmo ano, já havia várias universidades na América Latina. O que expressa o desinteresse governamental em instituições científicas e na educação no Brasil.

Com um mundo cada vez mais competitivo, o mercado demanda cada vez mais demanda por profissionais mais capacitados, em decorrência disso, o ensino superior *stricto sensu* no país tem evoluído de forma constante. Assim, o aumento

da produtividade acadêmica mostra-se de extrema importância para a sobrevivência dessas empresas no mercado.

Por isso a importância das universidades, em especial as públicas, pois dali saem os pesquisadores e a maior parte da produção científica no Brasil. As agências de fomento a pesquisas, como a CAPES, representam as principais fontes de financiamento das atividades de pesquisa, e para que se tenha a manutenção do financiamento, o número de pesquisas e publicações e também a qualidade das publicações têm grande valor.

No processo de avaliação dos cursos de pós-graduação, quatro fatores são tomados como indicadores de produção científica: 1) artigos em periódicos; 2) trabalhos apresentados em congresso; 3) livros (capítulos, texto integral, ou organização); 4) Dissertações e teses. Desse conjunto, certamente há um incentivo maior à comunicação científica expressa em artigos em periódicos. (YAMAMOTO; SOUZA; YAMAMOTO, 1999).

O Brasil ocupa o 13º lugar no ranking de países de maior produtividade científica. Entre 2007 e 2008, a produção científica brasileira aumentou 56%. O número de artigos científicos publicados no Brasil, em 2008, foi de 30.451, em comparação com os 19.436 publicados no ano anterior. Estados Unidos, China, Alemanha, Japão e Inglaterra são os cinco primeiros colocados no ranking da produção científica, seguidos de França, Canadá, Itália, Espanha, Índia, Austrália e Coreia do Sul. A expectativa da CAPES é alcançar a 9ª ou a 10ª posição nos próximos anos. (CAPES, 2011).

Severino (2006) assevera que a pós-graduação tem auxiliado para um maior conhecimento dos obstáculos provenientes dos mais variados campos da nossa realidade.

Sem nenhuma dúvida, a pós-graduação no País se transformou numa sementeira de pesquisadores, o que contribuiu para a consolidação do quadro de recursos humanos para todos os setores da vida nacional. Pode-se afirmar com segurança que a pós-graduação é um dos melhores segmentos do sistema educacional brasileiro sob o critério do nível de qualidade alcançado e vem contribuindo significativamente para a construção de um retrato mais fiel da realidade nacional, graças à sistematização e à institucionalização da prática científica de investigação, ao mesmo

tempo em que forma novas gerações de pesquisadores. (Severino, 2006, p. 51-52)

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* objetivam auxiliar a produção e a difusão de novas ideias e conhecimento.

A informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Esse tipo de informação, resultado das pesquisas científicas, é divulgado à comunidade por meio de revistas. Os procedimentos para a publicação dessa informação foram estabelecidos pelo sistema de comunicação científica, o qual vem se consolidando ao longo de mais de três séculos.

(KURAMOTO, 2006)

O Brasil não tem um relevante número de publicações científicas, os principais *papers* são publicados em revistas científicas internacionais, isso faz com que o Brasil permaneça dependente das publicações estrangeiras. A mais relevante revista científica do mundo, a *Nature*, publicou o *ranking* de países que mais publicaram artigos em publicações científicas de renome em 2013. O Brasil, em âmbito mundial, está na 23ª colocação, atrás da Índia e Rússia. Os pesquisadores brasileiros, segundo a publicação da revista, publicaram 670 artigos em revistas científicas de grande importância, enquanto os chilenos, no mesmo período, publicaram 717 artigos. O quantitativo entre os países é próximo, entretanto, o que deve ser ressaltado é o valor investido pelos países em ciências, enquanto o Brasil despendeu U\$ 30 bilhões, o Chile investiu somente U\$ 2 bilhões, Israel publicou 1.008 artigos gastando cerca de US\$ 9 bilhões, ou seja, o Chile e Israel foram muito mais eficientes que o Brasil.

O cálculo é realizado pela divisão do número de artigos publicados em 68 revistas científicas internacionais de alta relevância pelo valor dos investimentos nas pesquisas. Se comparado com a grandeza do Brasil, o resultado é pequeno, pois o país ocupa a sétima economia do mundo.

Apesar de, em uma escala mundial, a produção científica não ter muita representatividade, os dados de produção intelectual brasileira apontam um aumento de 34% na publicação de artigos em periódicos científicos (171.969, em 2012) e o

número de estudantes que obtiveram título de mestre ou doutor saltou de 50.411, em 2010 para 60.910, em 2012.

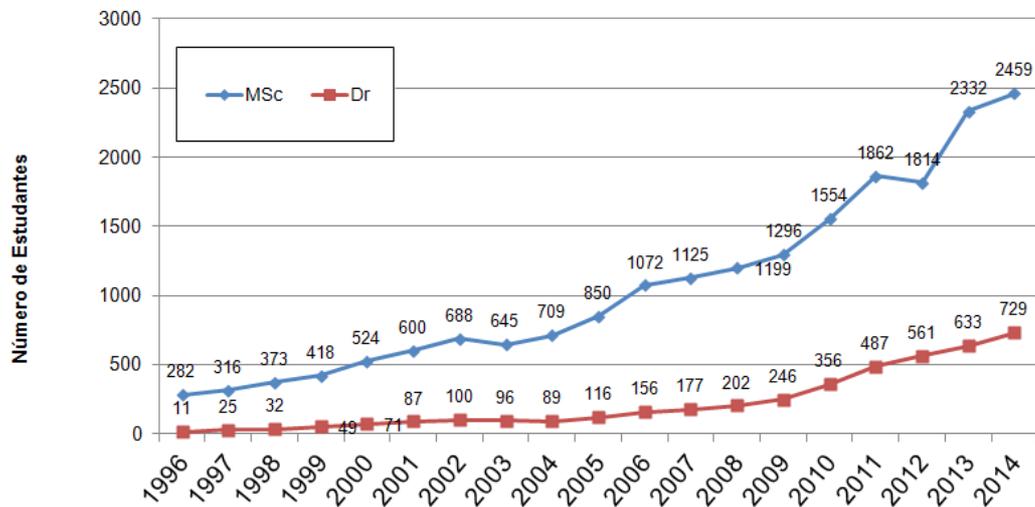
É necessário verificar se as academias brasileiras estão produzindo um número de pesquisas de baixa qualidade do que de qualidade aceitável e produzindo-as com um custo maior.

Para que um programa de pós-graduação esteja mais bem classificado no sistema de avaliação da CAPES, urge a necessidade de se rever alguns conceitos, quais sejam: corpo docente e discente e infraestrutura do programa. Dispor de uma adequada infraestrutura para a pesquisa é extremamente significativo para que trabalhos de qualidade e reconhecidos sejam realizados. Não apenas instrumentos, local de pesquisa e aparelhos de ponta, senão, uma equipe técnica competente para coordenar e auxiliar na pesquisa e docentes motivados a treinar e a pesquisar. A partir de então, o projeto de pesquisa fica mais factível e facilita a captação de recursos em agências de fomentos, como a CAPES e CNPq.

Entretanto, sem ter um corpo discente comprometido, o objetivo dos programas torna-se muito difícil. Um dos grandes desafios das instituições e de seus docentes é atrair pós-graduandos interessados, dispostos e a fim desenvolver publicações científicas. Neste contexto, o obstáculo não é necessariamente a insuficiência de pessoas competentes, senão, a falta de material humano interessado em ingressar na pós-graduação *stricto sensu*.

A expansão de oferta de cursos na pós-graduação deverá ser acompanhada por padrões mínimos de qualidade. Na UFES, a expansão se deu principalmente a partir de 2010, quando houve um aumento de 23,87%, em relação ao ano anterior, do quantitativo de alunos matriculados nos cursos de mestrado e doutorado na Universidade, conforme demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3: Quantitativo de estudantes matriculados em mestrado e/ou doutorado



Fonte: PRPPG da UFES

Não apenas se foi registrado um aumento do quantitativo de alunos nos programas de mestrado e doutorado, mas também a quantidade de programas de pós-graduação vem se acentuando fortemente. Em 2005 havia 19 cursos de mestrado, em 2014 a Universidade chegou ao quantitativo de 52 programas de mestrado, ou seja, um crescimento de 173%. Já os programas de doutorado, em 2005 eram 5, em 2014 já são 22 programas, um aumento de 340%.

O relatório da Avaliação Trienal da CAPES 2010-2012 ainda indica que, no último triênio analisado, o número de programas de pós-graduação da UFES aumentou 31%, ultrapassando a média nacional que foi de 23%. Um aumento significativo levando em consideração a média nacional. Além do aumento quantitativo do número de programas, a UFES também teve os quesitos que compõem a nota aferida. A qualidade dos programas teve relevante crescimento. 13 cursos obtiveram melhoria no conceito nesta avaliação em relação à anterior. Os programas com conceito 4 (bom) e 5 (muito bom) agora são maioria na instituição. 52% dos programas têm um desses conceitos, o que aponta consolidação da pós-graduação, os programas que têm conceito 5 já são 7 na instituição.

Parte significativa dos programas que não obtiveram melhora, é formada pelos programas recém-criados, aqueles que estão se consolidando, como por

exemplo Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Comunicação e Territorialidades, Ciências Farmacêuticas, entre outros.

4.4.1 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS PROGRAMAS DE QUÍMICA E FÍSICA DA UFES

O sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação executado pela CAPES é constante. Cada curso é avaliado nas avaliações trienais, com intuito de verificar se as metas estabelecidas na proposta inicial foram atingidas pelos Programas. Caso as metas não sejam atingidas seguidamente, correm o risco de ser descredenciados. Esse sistema de avaliação tem por base a estratificação dos cursos por meio de conceitos que variam de três a sete, cuja composição dessa nota é levado em conta, principalmente, a estrutura básica para o funcionamento do programa, corpo discente e docente, publicações de artigos científicos. Assim, vale destacar o valor das publicações e trabalhos científicos nas avaliações da CAPES, o que reflete a qualidade do corpo de docentes e discentes dos Programas.

O mecanismo utilizado pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação é chamado Qualis.

O Qualis é uma classificação de veículos de divulgação da produção intelectual (bibliográfica) dos programas de pós-graduação *stricto sensu* definida e utilizada pela CAPES para a fundamentação do processo de avaliação. Foi implantado em 1998 e desde então vem sendo utilizado por esta Agência para a composição de indicadores fundamentais para a avaliação da pós-graduação (CAPES, 2004).

Esse mecanismo foi implementado para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação da agência. Assim, o Qualis confere qualidade dos artigos e produções científicas a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, isto é, dos periódicos científicos.

Esses veículos são ajustados em estratos que indicam qualidade, desde o A1, que é o mais elevado, passando por A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (de peso zero). O aplicativo para a classificação dos veículos de divulgação, produção científica e consulta ao Qualis das áreas é chamado WebQualis.

Para auxiliar a visualização de resultados da produção científica dos programas, optou-se por exibi-los em tabelas e gráficos, ordenando-os em tipologia documental e produtividade de seus autores.

Tabela 4: Tipos de produção bibliográfica dos docentes do PQUI

Publicações	Triênio 2007	Triênio 2010	Triênio 2013	TOTAL	%
Artigos Completos	14	30	93	137	57,3
Livros	0	1	3	4	1,7
Capítulo de Livros	0	0	8	8	3,4
Anais Completos	0	23	55	78	32,6
Anais Resumidos	0	0	0	0	0
Outras produções	0	0	12	12	5
TOTAL	14	54	171	239	100
Nº de docentes permanentes	18	14	21	-	-

Fonte: Formulada pelo autor com dados extraídos do PQUI

Tabela 5: Tipos de produção bibliográfica dos docentes do PFIS

Publicações	Triênio 2007	Triênio 2010	Triênio 2013	TOTAL	%
Artigos Completos	81	92	95	268	82,5
Livros	3	1	0	4	1,2
Capítulo de Livros	2	2	5	9	2,7
Anais Completos	0	13	21	34	10,5
Anais Resumidos	0	0	0	0	0
Outras produções	0	0	10	10	3,1
TOTAL	86	108	121	325	100
Nº de docentes permanentes	15	18	15	-	-

Fonte: Formulada pelo autor com dados extraídos do PFIS

A tipologia mais usada pelos docentes do PQUI foi “artigos completos”, com 57,3% do total de publicações, pelo PFIS o percentual foi de 82,5% do total. Cumpre ressaltar que a produção com maior peso para a avaliação da CAPES é o artigo completo publicado em periódico. Sabendo desse peso, o PFIS concentrou sua

produção especialmente em artigos completos, que trazem novos conhecimentos e, geralmente, são publicados com menor espaço de tempo, o que reflete uma boa pontuação no quesito para o programa.

Observa-se ainda um contínuo crescimento das produções, entretanto, o que se destaca no PQUI é que no triênio 2007, havia 18 professores permanentes, que realizaram um quantitativo de produção científica de 14, em 2010, apesar da diminuição do quantitativo de professores (14), a produção científica aumentou, saltou para 54, registrando um crescimento da ordem de 385% para o triênio anterior, ou seja, mesmo com menos professores a produção foi maior. No PFIS também é observado fato semelhante. No triênio 2010 havia 18 professores permanentes, a produção científica do programa naquele triênio foi de 108, já no triênio seguinte (2013), a produção científica aumentou cerca de 112%, apesar da diminuição do quantitativo de docentes. Cumpre ressaltar que agência considera a produção científica o indicador mais expressivo da qualidade de um programa de pós-graduação. Portanto, deverá haver grande estímulo à produção científica a fim de que o programa receba uma nota considerável da CAPES.

O quantitativo de produções científicas do PFIS supera o do PQUI em cerca de 136% devido ao tempo em que o doutorado foi instituído no PFIS. No Programa de Física, o doutorado teve início em 2002, por outro lado, o doutorado no Programa de Química iniciou suas atividades 12 anos depois, em 2014.

A tabela 6 é apresentada com o intuito de demonstrar a produtividade científica do programa.

Tabela 6: Disposição anual dos artigos científicos publicados pelos docentes do PQUI e PFIS

TRIÊNIO	PQUI		PFIS	
	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	%	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	%
2007	14	10,2	81	30,2
2010	30	21,9	92	34,3
2013	93	67,9	95	35,5
TOTAL	137	100	268	100

Fonte: Formulada pelo autor com base nos dados extraídos dos PPGs em Química e Física

Pode-se observar que no PQUI, há um esforço para que a produção aumente exponencialmente. De 2007 para 2010 o aumento foi de 214%, de 2010 para 2013, registrou-se aumento de 310% (mesmo sem contar com o curso de doutorado, instituído apenas 2014). Já a produção do PFIS, a frequência é praticamente uniforme, isto é, o número de artigos científicos não vem aumentando de maneira substancial, isso pode ser explicado pela diminuição do número de docentes no último triênio (de 18 para 15). As tabelas 7 e 8 apresentam a distribuição de artigos científicos por autores no PQUI e PFIS, respectivamente, no período estudado.

Tabela 7: Distribuição de artigos científicos por autores (docentes) no PQUI no período estudado

Autor	2010	2011	2012	Frequência absoluta	Frequência relativa %
A	Não permanente	Desligado	Desligado	0	0%
B	0	Não permanente	Não permanente	0	0%
C	0	Não permanente	Não permanente	0	0%
D	3	0	2	5	5,95%
E	1	0	2	3	3,57%
F	0	Não permanente	Desligado	0	0%
G	0	2	1	3	3,57%
H	1	1	4	6	7,14%
I	Não permanente	Desligado	Desligado	0	0%
J	1	2	4	7	8,34%
K	0	Não permanente	Não permanente	0	0%
L	4	2	4	10	11,90%
M	Não permanente	Desligado	Desligado	0	0%
N	2	Não permanente	Não permanente	2	2,38%
O	0	Não permanente	0	0	0%
P	0	0	1	1	1,19%
R	0	1	0	1	1,19%
S	0	Desligado	Desligado	0	0%
T	4	1	0	5	5,95%
U		1	2	3	3,57%
V		1	0	1	1,19%
X		0	1	1	1,19%
Z		0	2	2	2,38%
AA		2	4	6	7,14%

ABJ		1	2	3	3,57%
AC		1	1	2	2,38%
AD		2	0	2	2,38%
AE		1	0	1	1,19%
AF		5	12	17	20,24%
AG		1	1	2	2,38%
AH			1	1	1,19%
TOTAL	16	24	44	84	100%

Fonte: Formulada pelo autor com base nos dados extraídos do PQUI

Tabela 8: Distribuição de artigos científicos por autores (docentes) no PFIS no período estudado

Autor	2010	2011	2012	Frequência absoluta	Frequência relativa %
A	1	1	3	5	4,39%
B	1	1	0	2	1,75%
C	4	1	3	8	7,02%
D	2	2	2	6	5,26%
E	1	0	4	5	4,39%
F	2	4	2	8	7,02%
G	3	2	2	7	6,14%
H	1	0	1	2	1,75%
I	2	5	5	12	10,53%
J	1	1	5	7	6,14%
K	6	9	8	23	20,17%
L	2	4	1	7	6,14%
M	1	0	3	4	3,51%
N	0	1	1	2	1,75%
O	5	5	6	16	14,04%
TOTAL	32	36	46	114	100%

Fonte: Formulada pelo autor com base nos dados extraídos do PFIS

A partir de observação das tabelas 7 e 8, é possível verificar que existem professores, tanto em um Programa, quanto no outro, que nos três anos observados, não fizeram nenhuma produção ou, no máximo, um artigo publicado. Isso pode ser explicado com a dedicação dos professores em outro tipo de

documento, ou ainda, dedicação maior ao acompanhamento acadêmico dos alunos em detrimento à produção de artigos.

A tabela 9 demonstra a relação quantidade de dissertações e de teses concluídas. Essa razão tida como indicativo de consistência para o programa. Em tese, quanto menor for essa razão, maiores são os sinais de que há grande empenho e diligência ao curso de doutorado, o que pode elevar a nota do programa para 5 ou mais, desde que outros requisitos para aumento da nota sejam observados.

Tabela 9: Relação quantidade de dissertações e de teses concluídas

Dissertações e Teses	Triênio 2007	Triênio 2010	Triênio 2013
Dissertações PFIS (1)	26	38	28
Teses PFIS (2)	4	14	20
(1) / (2)	6,5	2,71	1,4

Fonte: Dados extraídos do PFIS

Não foi possível relacionar as dissertações e teses do PQUI, uma vez que o doutorado só foi instituído em 2014. É razoável esperar que um curso de doutorado e mestrado forme até 2 ou 2,5 mestres para cada doutor que titula, e cursos para notas 6 e 7, a proporção entre teses e dissertações foi de 1,55, segundo assevera o Conselho Técnico Científico - CTC (2014). De acordo com a tabela 9, o PFIS, ao longo dos 3 triênios, vem diminuindo consideravelmente essa proporção. Sendo que no último triênio, a proporção chegou a 1,4, média, de acordo com o CTC, programas de nota 6 e 7, apresentam a proporção 1,55 em média, é claro que para chegar a essa nota isso não é o bastante, existem outras variáveis a serem observadas.

Nas universidades públicas a exposição dos trabalhos é uma maneira de compensar o valor investido, já que em sua imensa maioria, o financiamento é realizado por agências de fomento governamentais, como a CAPES. No triênio estudado, a produção científica se encontra em crescimento contínuo, ainda que o número de professores tenha diminuído no PFIS. A expansão se deve ao fato de o Programa ter conseguido agrupar um corpo docente com boa experiência e titulações na área.

A partir da avaliação do triênio 2010 (2007 a 2009), a CAPES reestruturou o Qualis. Ao contrário da classificação pioneira, os veículos de comunicação são agora classificados a partir de uma única classificação. A estratificação de periódicos era segmentada em Internacional, Nacional e Regional e nos estratos A, B e C. A nova categorização é aferida a partir de oito resultados: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Classificados com a melhor e a pior avaliação são classificados como A1 e B5, respectivamente. Os periódicos não indexados no Qualis recebem a classificação C.

Os quadros 3 e 4 demonstram a quantidade de artigos publicados a partir da estratificação da CAPES em cada programa.

Quadro 3: Classificação dos artigos publicados do PQUI

PQUI								
TRIÊNIO	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C
2007 ⁽¹⁾	6		8			0		
2010	1	3	7	5	5	1	1	6
2013	13	13	11	27	9	2	11	7
TOTAL ⁽²⁾	14	16	18	32	14	3	12	13

Fonte: Dados disponibilizados pelo PQUI

Quadro 4: Classificação dos artigos publicados pelo PFIS

PFIS								
TRIÊNIO	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C
2007 ⁽¹⁾	32		26			23		
2010	3	13	19	11	15	10	7	6
2013	9	27	18	4	9	5	10	13
TOTAL ⁽²⁾	12	40	37	15	24	15	17	19

Fonte: Dados disponibilizados pelo PFIS

Levando-se em consideração o triênio 2013 do PQUI, percebe-se que os artigos classificados em “A1” somam 13, mais que o dobro daqueles classificados em “C” (que não tem peso algum, ou seja, aqueles que são considerados publicados em periódicos irrelevantes para a área e não recebem pontuação), que somam 7 publicações. Nota-se um esforço do programa para publicação naqueles estratos que conferem maior pontuação para o programa.

Por outro lado, o PFIS no triênio 2013, 9 artigos foram publicados naqueles periódicos classificados como “A1”, porém, tempo, dedicação, e recursos financeiros foram empenhados para a publicação de 13 artigos em periódicos classificados como “C”, isto é, os artigos de nenhum fator de impacto (C) superam em 11% a publicação em periódico com alto fator de impacto (A1). É possível identificar então problema como a qualidade das produções, uma vez que ela é identificada por meio de onde estão sendo publicados os trabalhos. Depreende-se então que a organização e gestão daqueles que gerem o PFIS como também pelos docentes participantes devem intervir a fim de que esse quadro seja alterado.

Essa situação pode contribuir para compor uma nota abaixo do esperado pelo programa. Uma provável consequência do baixo conceito na avaliação está relacionada à evasão de docentes bem qualificados e competentes, que por motivo de vantagem ofertada por outra instituição mais prestigiada acaba solicitando a transferência. Garcia et al. assevera que

No geral, observamos que os problemas apontados têm origem comum, a gestão da informação, entendida como processo sistêmico em que estratégias e ações são acionadas, contando com recursos humanos, tecnológicos, financeiros, materiais e físicos, tendo em vista sua aplicação para o bem-estar de indivíduos, grupos e organizações. A gestão informacional é ferramenta para as instituições que se preocupam com o desenvolvimento eficiente e eficaz de todas as atividades propostas pelos Programas de Pós-Graduação. Portanto, espera-se que os órgãos responsáveis pela gestão da pós-graduação delimitem estratégias que colaborem com os Programas, nos aspectos aqui analisados, e que cada docente se responsabilize pelo fornecimento e pela gestão de suas informações, em atendimento ao solicitado pelas agências de fomento. (GARCIA et al., 2009, p. 15)

A fim de resguardar a integridade física e mental dos pesquisadores, a CAPES orienta que cada professor participe como membro permanente apenas em dois programas de pós-graduação, assim, contribui com mais efetividade para o programa ao qual esteja vinculado, evitando a sobrecarga e possibilidade de aumentar a produção científica de boa qualidade.

Verificar-se-á a seguir a relação entre algumas variáveis com o auxílio de um gráfico, chamado de diagrama de dispersão, e de uma medida chamada de coeficiente de correlação linear. Se uma variável estiver, de alguma maneira, relacionada a outra, pode-se inferir que existe uma correlação. Deve-se ter cuidado

na análise de correlação, pois as variáveis correlacionadas, não necessariamente, estão sujeitas a uma relação de causa e efeito.

4.5 A UTILIZAÇÃO DO RECURSO PROAP/CAPES NOS PROGRAMAS

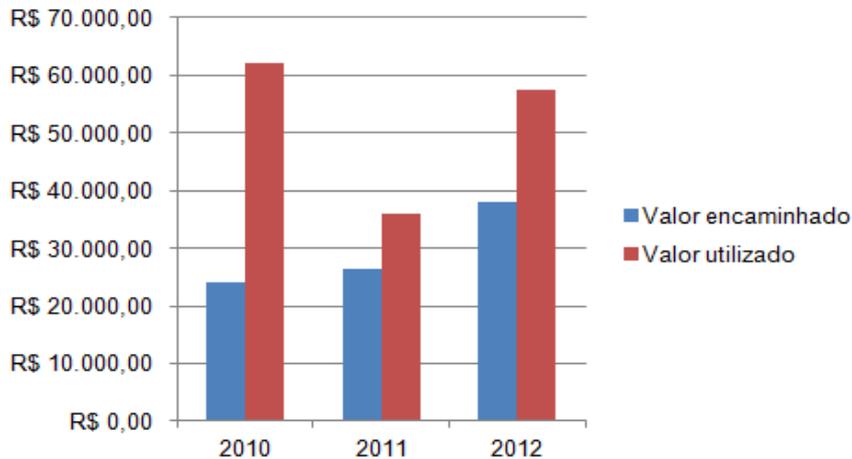
Apesar dos seguidos aumentos do recurso repassado aos programas, o seu uso não é integral por parte do PFIS, por outro lado, o PQUI sempre o utiliza em sua totalidade, tendo que recorrer à PRPPG para custear outras demandas. Os saldos “negativos” anuais são recorrentes em todos os períodos. Provenientes de falhas no processo de gerenciamento nos processos que abrangem a outorga e uso dos valores disponibilizados.

O relatório que informa os conceitos (nota) CAPES conferido aos PPGs de Química e Física afeta na oferta do recurso liberado pela CAPES. A descrição dos conceitos CAPES atribuídos aos programas de pós-graduação da UFES interfere na oferta da verba disponibilizada pela própria Agência CAPES. Conforme já demonstrado, no período de 2010 a 2012 houve grande aporte e aumento significativo dos valores do PROAP para a universidade. Acompanha este crescimento a quantidade de mestres e doutores titulados pelos PPGs da UFES.

A progressão está ligada à oferta de recurso da CAPES. Entretanto, observando um dos programas estudados, nota-se que há grande volume de recurso devolvido, por outro lado, o outro programa utiliza sempre todo o recurso e ainda conta com o apoio da PRPPG para dar seguimento às suas atividades. Há de se preocupar com a gestão desse recurso. Saber o valor que recebem, planejar de que maneira, quando e por que utilizá-lo para que não falte e também seja utilizado em sua totalidade.

Quanto à parcela que cabe aos programas, o de Química, em 2010, recebeu R\$ 24.000,00, em 2011, R\$ 28.000,00 e em 2012, R\$ 38.000,00. Utilizou a verba em 2010, 2011 e 2012 nos valores de R\$ 62.177,22, R\$ 36.027,45 e R\$ 57.463,92, respectivamente, conforme demonstra o gráfico 4.

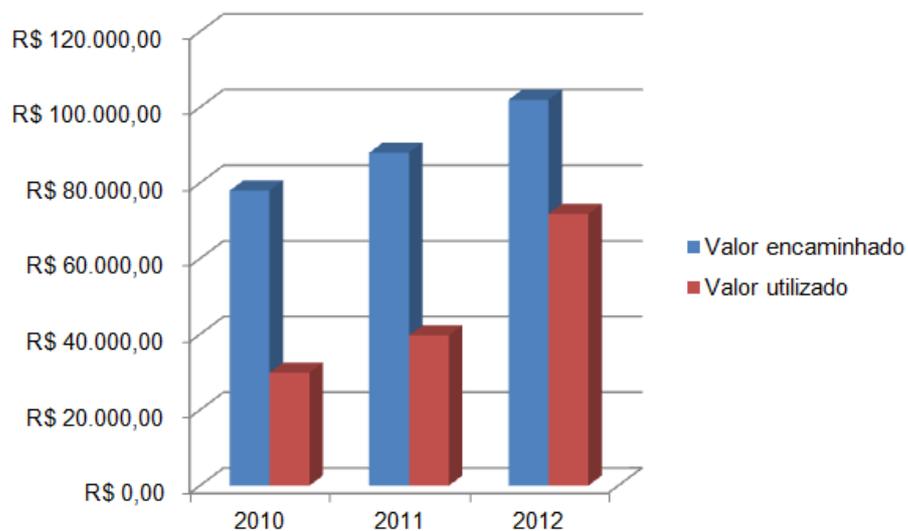
Gráfico 4: Detalhamento do uso verba PROAP/CAPES pelo Programa de Química



Fonte: Dados extraídos do banco de dados da PRPPG-UFES

O Programa de Física recebeu em 2010 R\$ 78.000,00, em 2011 R\$ 88.000,00 e em 2012 recebeu R\$ 102.000,00. Utilizou a verba em 2010, 2011 e 2012 nos valores de R\$ 29.869,43, R\$ 44.096,37 e R\$ 71.806,06, respectivamente, conforme demonstra o gráfico 5.

Gráfico 5: Detalhamento do uso verba PROAP/CAPES pelo Programa de Física



Fonte: Banco de dados da PRPPG

O recurso destinado ao PQUI vem sendo ofertado com crescimento substancial. Aumento de 2010 para 2011 de 16,67% e de 2012 em relação ao ano de 2011, registrou-se aumento de 35,71%.

Por sua vez, o PFIS teve um aumento no valor ofertado pela agência de 2011 em relação a 2010 de 12,82%, e de 15,90% de 2012 em relação ao ano de 2011. Entretanto, há uma grande diferença na utilização da verba pelos programas. Enquanto o de Física não chega nem perto da utilização do recurso destinado ao programa, o de Química sempre excede o recurso a que ela tem direito. Invariavelmente, utiliza o recurso disponível da Pró-Reitoria de Pesquisa de Pós-graduação para dar seguimento às pesquisas de seus docentes e discentes.

Destarte, de acordo com o que foi exposto, urge a necessidade de ter uma gestão organizada e eficiente, de modo a dar celeridade às demandas de cada programa para que gastos desnecessários deixem de consumir a verba destinada aos programas. A importância na comunicação e acesso às informações entre os atores envolvidos provocará o fortalecimento dos programas de pós-graduação da UFES.

Tabela 10: Uso do recurso PROAP/CAPES no triênio 2013 do PQUI

RUBRICA	DESPESAS 2010	DESPESAS 2011	DESPESAS 2012
Manutenção em equipamentos	R\$ 9.140,00	-	-
Funcionamento de laboratórios de pesquisa	R\$ 2.830,00	R\$ 1.670,00	-
Participação de professores convidados em banca de defesa de dissertação	R\$ 2.904,00 (R\$ 1.570,92 apenas com passagens)	R\$ 923,13 (R\$ 741,65 apenas com passagens)	R\$ 14.158,96 (R\$ 7.342,20 apenas com passagens)
Participação de professores em eventos no país	R\$ 10.035,93 (R\$ 1.680,72 com passagens)	R\$ 19.888,44 (R\$ 9.110,86 com passagens)	R\$ 14.248,16 (R\$ 6.765,99 com passagens)
Participação de professores em eventos no exterior	R\$ 18.758,37	R\$ 1.460,78 (taxa de publicação no exterior)	R\$ 3.994,27 (valor integral em reembolso de inscrição, porém, R\$ 0 em publicação)
Participação de alunos em eventos no país	R\$ 12.498,00 (R\$ 4.493,00 com passagens)	R\$ 12.085,10 (R\$ 6.474,64 com passagens)	R\$ 24.676,96 (R\$ 8.226,96 com passagens)
Participação de alunos em eventos no exterior	R\$ 2.183,54 (valor integral em passagens)	-	R\$ 385,57
Participação de professores visitantes no programa	R\$ 3.767,38 (R\$ 1.804,92 apenas com passagens)	-	-
TOTAL UTILIZADO	R\$ 62.117,22	R\$ 36.027,45	57.463,92
TOTAL REPASSADO PELA	R\$ 24.000,00	R\$ 28.000,00	38.000,00

CAPES			
SALDO	R\$ - 38.177,22	R\$ - 8.027,45	R\$ - 19.463,92

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da PRPPG

Percebe-se a utilização total do recurso disponibilizado. Para atender toda a demanda, o programa solicita ajuda financeira da PRPPG. No período pesquisado, observa-se um decréscimo significativo na participação de professores em eventos no exterior. Para avaliação, de desempenho dos programas. A CAPES opta por cinco quesitos na composição da nota aferida ao programa: proposta do programa (1); corpo docente (2); corpo discente, teses e dissertações (3); produção intelectual (4) e inserção social (5). Os pesos dos quesitos são arbitrados pela agência em 0%, 20%, 30%, 35% e 10%, respectivamente, e podem ser alterados entre os relatórios trienais.

Como informado acima, o maior peso para composição a nota CAPES é a produção intelectual. Excetuando 2010, o quesito de maior importância (no que se refere à visibilidade e à nota CAPES), foi pouquíssimo explorado. A participação de professores em eventos no exterior teve decréscimo de 92,21% e 78,71% em 2011 e 2012, respectivamente, em relação a 2010. Foi anotado também forte decréscimo na participação de alunos em eventos no exterior. Em 2010, o valor investido foi de R\$ 2.183,54, em 2011, não houve nenhum investimento nessa rubrica, e em 2012 houve uma diminuição de 82,34% em relação a 2010.

Por outro lado, no último ano pesquisado, houve forte investimento em passagens e diárias para professores comporem bancas de defesa de tese/doutorado. Um aumento de cerca de 487,50% em relação a 2010 e 1.533% em relação a 2011. Entretanto, apesar de o valor da despesa com passagens aumentar exponencialmente, o quantitativo de defesa de mestrado (não havia doutorado no PQUI à época) não acompanha esse rápido crescimento. De acordo com o Apêndice III, houve dez defesas de dissertação no PQUI em 2010, outras dez em 2011 e outras doze em 2012, isto é, uma média de menos de onze defesas no PQUI, praticamente o mesmo quantitativo para aumento excessivo na rubrica de “participação de professores convidados em banca de defesa de dissertação”.

Tabela 11: Uso do recurso PROAP/CAPES no triênio 2013 do PFIS

RUBRICA	DESPESAS 2010	DESPESAS 2011	DESPESAS 2012
Manutenção em equipamentos	-	-	R\$ 2.460,00
Funcionamento de laboratórios de pesquisa	-	-	
Participação de professores convidados em banca de defesa de dissertação/tese	R\$ 13.807,79 (R\$ 7.780,12 em passagens)	R\$ 23.478,36 (R\$ 15.294,05 em passagens)	R\$ 36.543,56 (R\$ 19.399,31 em passagens)
Participação de professores em eventos no país	R\$ 3.780,61 (R\$ 1.160,92 em passagens)	R\$ 5.369,45 (R\$ 3.077,04 em passagens)	R\$ 7.676,76 (R\$ 3.165,04 em passagens)
Participação de professores em eventos no exterior	-	R\$ 1.187,13	R\$ 4.345,82
Participação de alunos em eventos no país	R\$ 7.404,71(R\$ 365,70 em passagens)	R\$ 14.061,43 (R\$ 5.424,93 em passagens)	R\$ 20.779,92 (R\$ 507,50 taxa de publicação no país e R\$ 7.592,42 em passagens)
Participação de alunos em eventos no exterior	-	-	-
Participação de professores visitantes no programa	R\$ 4.876,32 (R\$ 1.687,92 em passagens)	-	-
TOTAL UTILIZADO	R\$ 29.869,43	R\$ 44.096,37	R\$ 71.806,06
TOTAL REPASSADO PELA CAPES	R\$ 78.000,00	R\$ 88.000,00	R\$ 102.000,00
SALDO	R\$ 48.130,57	R\$ 48.268,56	R\$ 30.193,94

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da (PRPPG)

Vale ressaltar no caso do Programa de Física, que em nenhum dos anos estudados o valor total foi utilizado, pelo contrário, em 2010 foram utilizados apenas 38,29% do valor recebido (nas rubricas especificadas na tabela); em 2011, esse percentual aumentou para 50,11%; e, por fim, em 2012, chegou a 70,39% do valor total. Os recursos não utilizados implicam perda para o programa, uma vez que, ao final do ano de exercício, caso haja saldo, e neste caso historicamente há, o valor é integralmente recolhido pelo Ministério da Educação (ou ainda utilizado pela PRPPG, a fim de promover a produção e conhecimentos de outros programas de pós-graduação *stricto sensu*). Assim, no triênio observado, R\$ 145.771,86 foram devolvidos, deixando de ser revertidos em pesquisas para o programa. Ademais, de acordo com a tabela 11, o principal pontuador na nota CAPES (produção intelectual) em 2012 não foi atingida a contento, uma vez que apenas R\$ 507,50 foram utilizados em despesa com publicação de artigos e trabalhos científicos, o que representa 0,49% do total recebido naquele ano.

Outro ponto é a solicitação de passagens para professores e alunos do programa. As solicitações são encaminhadas por protocolados e levam cerca de 2 dias até chegar ao Setor Financeiro da PRPPG. Há grande desperdício, pois há demora nas solicitações, às vezes formulários pouco inteligíveis e ainda algumas vezes retificações nos voos. O percentual do total utilizado na aquisição de passagens em 2010 foi de 36,80%; em 2011, R\$ 59,9%; e em 2012, 42% do total utilizado. Os valores das passagens são voláteis, hoje têm um valor, amanhã podem sofrer alterações. Por isso a importância de se fazer um planejamento para utilização melhor da verba, prevendo quando as viagens acontecerão e solicitá-las o quanto antes. O problema em foco tem como base os princípios de gestão.

5 . PROPOSTA DE GESTÃO EFICIENTE DO RECURSO POR MEIO DO MODELO DE GESTÃO ELABORADO POR MINTZBERG

A universidade pública não possui propósito meramente tecnicista, mas, sobretudo, de produzir conhecimento que seja orientado para atender à demanda de uma sociedade e que ela se beneficie desse conhecimento. Porém, para cumprir essa função, deverá possuir os recursos apropriados e o capital humano competente a fim de realizar suas atividades com eficiência e eficácia. Uma gestão exitosa em universidades públicas não pode ser medida somente pela eficiência com que os recursos são geridos, senão pela qualidade das pessoas que ali desempenham suas funções.

As universidades são constituídas por profissionais que tendem por não aceitar ordens superiores, em decorrência de os profissionais possuírem alto nível de conhecimento e formação e, assim, reivindicar maior autonomia para realização de suas atividades. A consequência é uma tendência a ser estabelecida uma diminuição na pirâmide da organização, isso significa que os níveis hierárquicos são diminuídos. De acordo com Borges e Araújo (2001, p. 25), existem algumas características da universidade que dificultam uma gestão e planejamento eficientes:

- a) Coexistência de concepções distintas de universidade trazendo dificuldades para definição única de missão, visão de futuro, objetivos e metas;
- b) O poder é ambíguo e disperso - as concepções distintas levam os indivíduos a lutar para que prevaleçam suas concepções;
- c) Há reduzida coordenação de tarefas – as estruturas são debilmente articuladas;
- d) Os papéis da universidade são ambíguos e vagos: pesquisar?, ensinar?, servir à comunidade? Não há concordância em como alcançá-los.

Corroborando com essa ideia Meyer (2002), quando assevera que

não é fácil implantar processos de mudança dentro de um ambiente onde um dos principais pilares institucionais é a autonomia do professor/pesquisador, o qual está fortemente inclinado a perceber qualquer interferência externa como uma ameaça a sua independência. É verdade que, quando se trata do funcionamento de uma organização, nada pode ser considerado imutável e despojado de caráter inovador. Porém, é realista admitir as grandes dificuldades em se desencadear um processo de mudança em estruturas complexas de grande poder normativo.

Essas características fazem com que as organizações acadêmicas sejam reconhecidas por vários pesquisadores como sistemas frouxamente articulados (BIRNBAUM, 2000; PRATES, 2003; REBELO; ERDMANN, 2007), profissionais e os programas nessas estruturas, ainda que guardem relação entre si, mantêm alto grau de independência.

Concomitantemente, as universidades públicas têm algumas peculiaridades inerentes ao setor público, como realizar suas atividades dentro do universo de normas e leis as quais deverão obedecer, letargia no recebimento de recursos públicos e, muitas vezes, escassez de recursos. Por isso, é necessária uma mudança de um padrão estritamente burocrático para um focado nos resultados.

Os fatores que prejudicam bastante a execução do planejamento é o contingenciamento do recurso PROAP, como ocorreu em 2015, quando 75% do recurso foram suspensos, e o que comprometeu o funcionamento dos cursos de pós-graduação, e a falta de precisão quanto à data de liberação da verba pela CAPES. A aquisição de materiais de consumo, viagens do coordenador a seminários, diárias para docentes e ajuda de custo para discentes participarem de congressos e apresentarem trabalhos em eventos ou realizarem pesquisas de campo, dentre outras atividades, também fica comprometida.

O planejamento tem como propósito a promoção de processos e práticas administrativas que possibilitem avaliar as consequências futuras de decisões, a fim de reduzir as oscilações envolvidas no processo decisório, maximizando resultados e reduzir falhas. O planejamento estratégico em universidades públicas é direcionado para a materialização e estabelecimento dos objetivos sociais, assim como projetos e serviços que irão beneficiar a toda uma comunidade.

Apesar da importância de se definir a direção de uma instituição, ou de um programa de pós-graduação, raras são as universidades (na verdade, instituição pública em geral) que utiliza o planejamento estratégico como mecanismo de gestão universitária, ainda que o processo seja determinado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que preconiza que toda Instituição de Ensino Superior possua o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), estabelecendo a missão, as diretrizes pedagógicas que orientam seu funcionamento e a sua estrutura organizacional.

Entretanto, nem todas as ações executadas resultam de planejamento estratégico realizado pelas instituições de ensino. Algumas ações estratégicas executadas pelas instituições de ensino superior são um corolário das ações cotidianas presentes nesse tipo de organização. A não realização de um planejamento em longo prazo para os programas de pós-graduação pode levar seus coordenadores e gestores a despendem bastante tempo na solução de problemas cotidianos e o recurso recebido para o funcionamento dos programas. O recurso principal dos programas de pós-graduação, o PROAP, geralmente é disponibilizado no início o ano. No caso do PFIS, esse valor como já dito na pesquisa nunca é utilizado em sua totalidade, sendo que as solicitações de diárias, passagens, ajuda de custo são demandadas principalmente no final do ano, pois, ao final do ano corrente, os valores que não são utilizados a CAPES recolhe. Assim, fica claro que as solicitações são pedidas à medida que ocorre um evento, não há um planejamento para o gasto racional do valor.

A falta de planejamento traz muitos prejuízos ao sistema organizacional envolvido, pois os valores solicitados são uma necessidade administrativa momentânea, sem uma análise das necessidades ao longo do ano acadêmico. Como consequência, tem-se uma sobrecarga funcional nos departamentos que gerenciam o recurso financeiro proveniente da CAPES no período de final de ano, obrigando a esses setores a despendem grande esforço a fim de harmonizar a alocação do recurso PROAP/CAPES.

Essa disparidade de utilização do recurso PROAP é determinada pela carência de um processo de gestão baseado no planejamento estratégico e na visão sistêmica, que implica a redução do potencial de resultados da política de financiamento definido pelo recurso pesquisado. Essa situação incide diretamente na consolidação dos programas de pós-graduação em Química e Física, que para seu desenvolvimento necessitam de investimentos como compra de materiais que visam a consecução das atividades dos programas, equipamentos, realização de eventos voltados para atividades essenciais e publicações de trabalhos. Os Programas necessitam dispor de habilidade gerencial para introduzir mudanças e aptidão para ajustes mediante as adversidades. Assim, de acordo com as circunstâncias em que foram descri-

tas a utilização e maneira do uso de recurso, justifica-se a implementação de sistema gerencial pleno, apropriado e eficiente do recurso.

Para ratificar e ilustrar o que fora dito acima, foram selecionadas, de maneira aleatória, dezoito solicitações de cada programa de pós-graduação de diárias e passagens (itens mais utilizados pelos programas) em cada ano do triênio de 2013. Por meio da tabela 12, verificar-se-á o prazo em que o pedido é feito e a data da realização do evento, dessa maneira, será possível analisar o prazo da solicitação. A PRPPG recebe as solicitações com no mínimo 20 dias de antecedência da data da viagem. Pedidos encaminhados fora desse prazo deverão conter justificativa, a ser aceita pelas instâncias que autorizam o pedido.

Nesta pesquisa há um item que aborda o SCDP, nele são inseridas quaisquer solicitações de diárias e passagens em âmbito federal, quanto maior o prazo para a aquisição de passagem, há uma tendência de que o valor seja menor, o que atende o princípio da economicidade.

Tabela 12: Íterim entre o encaminhamento da solicitação e o início do evento (PQUI)

Programa de Pós-Graduação em Química			
	Solicitação com prazo de até 15 dias para o evento (a partir da entrada na PRPPG)	Solicitação com prazo de 16 a 20 dias para o evento (a partir da entrada na PRPPG)	Solicitação com prazo maior que 20 dias para o evento (a partir da entrada na PRPPG)
2010	8	5	5
2011	15	0	3
2012	3	7	8

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados disponíveis na PRPPG

Das dezoito solicitações encaminhadas pelo PQUI no ano de 2010, apenas 27,7% foram encaminhadas com prazo superior a 20 dias da data do evento, em 2011, apenas três do total analisado, ou seja, 16,6% foram encaminhadas com mais de 20 dias e, por fim, em 2012, houve um significativo aumento das solicitações encaminhadas por um prazo mais razoável, cerca de 44,4%. O que pode ser

explicar essa situação é a nova coordenação do Programa de Química que assumiu em 2012. Encaminhar pedidos de passagens com prazos mais elásticos significa uma diminuição considerável no valor pago às companhias aéreas. As próprias companhias aéreas recomendam a compra de passagens aéreas com o máximo de antecedência, isso se reflete num volume menor de valores gastos com passagens. A ausência de rotina de planejamento foi percebida no PQUI, principalmente nos anos de 2010 e 2011, quando a maioria dos bilhetes era comprada com menos de 20 dias para o evento.

De acordo com os dados obtidos na PRPPG, o valor do empenho destinado apenas para passagens e diárias no PQUI em 2010 foi de R\$ 31.476,85, sendo que o programa recebeu da CAPES naquele ano R\$ 24.000,00, ou seja, teve que recorrer à PRPPG para suprir suas necessidades. Em 2011 esse valor diminuiu para R\$ 22.750,67 (tendo recebido da CAPES R\$ 28.000,00) e em 2012, o valor foi de R\$ 33.384,08, tendo recebido da CAPES R\$ 38.000,00.

Pelo PFIS, a tabela 13 demonstra o prazo que o programa encaminhou para ser realizada a compra das passagens e pagamento de diárias.

Tabela 13: Íterim entre o encaminhamento da solicitação e o início do evento (PFIS)

Programa de Pós-Graduação em Física			
	Solicitação com prazo de até 15 dias para o evento (a partir da entrada na PRPPG)	Solicitação com prazo de 16 a 20 dias para o evento (a partir da entrada na PRPPG)	Solicitação com prazo maior que 20 dias para o evento (a partir da entrada na PRPPG)
2010	13	4	1
2011	10	2	6
2012	4	3	11

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados disponíveis na PRPPG

De acordo com os dados disponíveis na PRPPG, o valor da despesa em diárias e passagens em 2010 foi de R\$ 23.369,43, em 2011 esse valor subiu para R\$ 35.059,87, e em 2012, R\$ 55.658,56, sendo que em nenhum dos anos o programa chegou próximo do total recebido pela CAPES.

Percebe-se pelas tabelas que tanto um programa quanto outro encaminha a maioria das solicitações com prazo bem curto, com consequência o gasto em passagens tem grande impacto no recurso PROAP/CAPES. Porém, em 2012, houve forte declínio nessa quantidade de pedidos realizados por um período curto. A fim de mitigar essa perda, o Financeiro/PRPPG convidou a todos os Programas que recebiam recurso PROAP/CAPES em 2014. Todas as orientações sobre bolsa e utilização do recurso PROAP/CAPES foram ressaltadas. Assim, houve uma economia de recurso por essa diminuição.

Portanto, faz-se necessário o entendimento desse sistema para que se verifique por onde o recurso é desperdiçado. Há de se ressaltar ainda o valor perdido apenas pela não utilização dos bilhetes aéreos. Em 2010, na PRPPG, onde circulam a imensa maioria das solicitações de bilhetes aéreos, houve 68 solicitações canceladas após os bilhetes serem emitidos. Em 2011, esse número foi de 91, já em 2012, o número diminuiu para 53.

O planejamento bem previamente idealizado e realizado é imprescindível para a excelência na gestão de compras de passagens aéreas. É possível verificar fragilidades na gestão de planejamento dos voos bem como na estratégia para aquisições eficientes nas demais unidades. Estas fragilidades acarretaram cancelamentos, remarcações dos voos e, na maioria dos casos, aquisição de passagens com pouca antecedência, fato que usualmente eleva os preços das passagens. A indicação do voo pelo beneficiário, é um exemplo. Por várias oportunidades ambos os programas encaminham as solicitações em voos mais caros, sendo que em outro horário, às vezes, com poucas horas de diferenças e valores bem mais atrativos.

A solicitação da emissão do bilhete de passagem aérea deve ser ao menor preço, prevalecendo, sempre que disponível, a tarifa promocional em classe econômica, conforme prevê a Portaria nº 505, de 29 de dezembro de 2009:

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, para racionalização de gastos com a emissão de bilhetes de passagens aéreas para viagens a serviço, deverão observar os seguintes procedimentos:

(...)

III - a autorização da emissão do bilhete deverá ser realizada considerando o horário e o período da participação do servidor no

evento, o tempo de traslado, e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente utilizando os seguintes parâmetros:

a) a escolha do voo deve recair prioritariamente em percursos de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões;

b) o embarque e o desembarque devem estar compreendidos no período entre sete e vinte e uma horas, salvo a inexistência de voos que atendam a estes horários;

c) em viagens nacionais, deve-se priorizar o horário do desembarque que anteceda em no mínimo três horas o início previsto dos trabalhos, evento ou missão; e

d) em viagens internacionais, em que a soma dos trechos da origem até o destino ultrapasse oito horas, e que sejam realizadas no período noturno, o embarque, prioritariamente, deverá ocorrer com um dia de antecedência.

IV - a emissão do bilhete de passagem aérea deve ser ao menor preço, prevalecendo, sempre que possível, a tarifa em classe econômica, observado o disposto no inciso anterior e alíneas, e no art. 27 do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973.

Apesar da orientação da portaria, muitas vezes os próprios programas insistem em encaminhar pedidos flagrantemente desproporcionais, ou seja, com valores altíssimos, sendo que existiriam outros voos bem mais interessantes financeiramente. Fato apenas acatado apenas em casos extremos.

Uma prática de extrema importância que a PRPPG passou a utilizar apenas em 2015, a fim de mitigar esse desperdício de verba, foi o controle de planilha eletrônica em tempo real em que todos os programas de pós-graduação têm alcance. O controle do deslocamento de todos os solicitantes, assim como confirmação de presença, até mesmo quando os solicitantes não comparecem ao evento, o coordenador e o secretário dos programas passam a ter conhecimento dos valores instantaneamente, ferramenta que facilita o controle de gastos dos programas. Os resultados devem ressaltar a confirmação da maior eficácia, eficiência e redução de gastos.

Será analisada a situação dos programas estudados, com base nos processos de gestão apontados por Mintzberg (2010), um dos maiores estudiosos em estratégia, em relação aos ganhos de eficiência na gestão de recursos em benefício da instituição. Segundo o pesquisador, a gestão ocorre em três planos: do conceitual ao concreto: o das informações, o das pessoas e diretamente para a ação.

A opção do autor é justificada pelo modelo de gestão elaborado por ele. Para Mintzberg (2010) a prática gerencial perpassa por diferentes níveis de operação em que se encontram os processos informacionais, a gestão de pessoas e realização de ações. O modelo retrata a gestão como um processo não linear, ou seja, que não se apresenta em um único sentido, ou sequência lógica. Demonstrando a gestão como um processo dinâmico.

A intenção para se entender o modelo do pesquisador é a ideia de gestão como prática, opondo-se à ideia de gestão como ciência, pois não representa somente o emprego de um conjunto de instrução sistemático resultante de pesquisa, isto é, o conhecimento científico não é garantia da eficácia e sucesso da gestão. A gestão também não é uma profissão: é uma prática, aprendida principalmente com a experiência e enraizada no contexto, mas a gestão eficaz depende mais da arte (MINTZBERG, 2010).

A gestão, segundo o autor, deve ser vista como prática, cuja execução é resultante da arte, ciência e habilidade prática, isto é, a gestão é resultante dessa interseção. Assim, a gestão como prática depende da capacidade de análise do líder (neste caso o coordenador do curso de pós-graduação), organizada em um conjunto de conhecimento sistemático e formal (ciência), da habilidade prática, que procede da experiência adquirida por ele em sua rotina de trabalho, e da arte, que procede da capacidade criativa.

Mintzberg (2003) classifica a universidade como uma burocracia profissional, ou seja, as organizações se tornam um mecanismo de coordenação que permite, concomitantemente, a padronização e a descentralização. Na burocracia profissional, presente nas universidades, alguns aspectos da burocracia weberiana (coordenação por meio da divisão do trabalho, atividades padronizadas, critérios impessoais, hierarquia administrativa, regras e regulamentos formais) convivem com a falta de supervisão direta, de regras operacionais e de centralização

Para Mintzberg (2003) a burocracia profissional tem como objetivo a mudança da autoridade hierárquica pela autoridade de competência, isto é, a autoridade fundamentada no profissionalismo. Além disso, a padronização dos procedimentos de trabalho cedeu à padronização das qualificações dos profissionais envolvidos.

Esse tipo de abordagem burocrática advém da necessidade de valorização e reconhecimento de profissionais competentes, gabaritados e especializados.

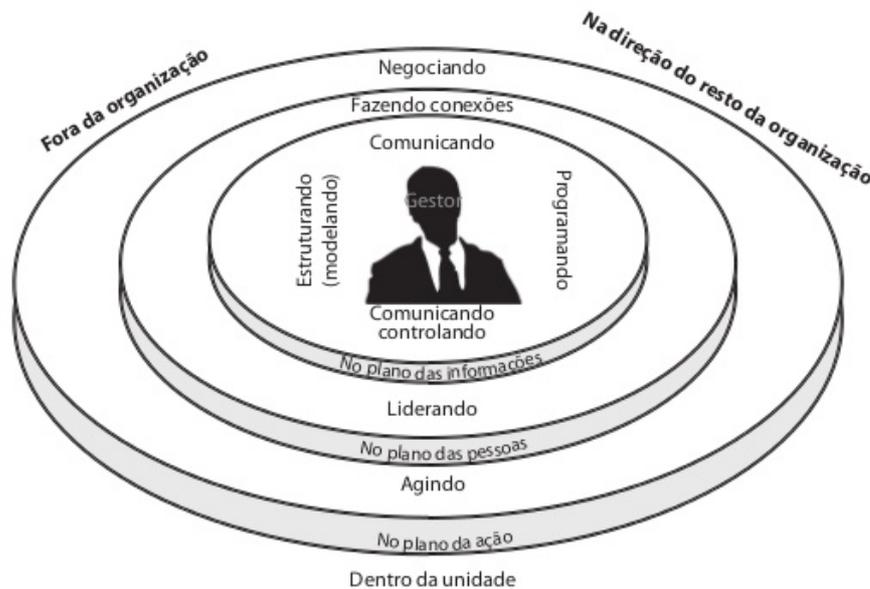
Os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação enfrentam certa dificuldade para exercerem a função gerencial, o que torna mais difícil de se alcançar uma gestão eficiente. Especialmente nos programas estudados, além das concepções distintas dentro da UFES que levam dificuldades para definição singular de missão, objetivos e metas, existe ainda a presença de um poder ambíguo, isto é, modo de ver certas situações diferenciadas dentro do próprio programa, o que leva aos indivíduos a lutar apenas por aquilo que creem. A definição do uso do recurso PROAP é determinada pelo Programa de pós-graduação, acompanhado e supervisionado pela PPPG. Os coordenadores dos programas são professores efetivos do quadro da UFES e são encaminhados ao cargo administrativo por meio de eleição no próprio programa.

A UFES é uma entidade autárquica federal da administração pública indireta, que goza de autonomia administrativa e financeira. Por ter autonomia, isso confere setores administrativos da UFES uma administração própria e independente, dentro da legalidade. Não há um programa de treinamento gerencial para os gestores que preencherão as funções de gestão nos programas de pós-graduação. O uso de um treinamento gerencial possibilitaria readequação e realocação da verba em algumas atividades poderia contemplar a utilização eficiente nas despesas.

O desempenho e exercício no à frente do programa requer grande dedicação, além de continuar a ministrar aulas no curso, o coordenador orienta seus alunos, se dedica às produções científicas, elabora exames dentre outras atividades, o professor terá que lidar com toda a burocracia existente nas rotinas administrativas.

O modelo de gestão apresentado por Mintzberg (2010) evidencia as funções de um gestor, ele propõe um modelo em três planos: o da informação, das pessoas e da ação, conforme figura abaixo. Esse processo é imprescindível para que se consiga êxito na gestão.

Figura 6: Modelo de Gestão de Mintzberg (2010)



Fonte: Mintzberg (2010, p. 60)

No plano das informações, o gestor adota as atribuições de comunicação e de controle. Os gestores sempre cruzam informações com as pessoas de dentro e de fora de seu departamento e em todas as direções (horizontal e vertical) e as acompanha. No plano das pessoas, o gestor executa atribuições de liderança e de ligação. O papel de liderança está voltado para as pessoas no interior de seu departamento. Como líder ele adota a responsabilidade de desenvolver seus pares e manter equipe sintonizada com seu objetivo. O papel de ligação exige que o gestor esteja ligado a pessoas de fora de sua unidade mantendo uma rede de relacionamentos. No plano da ação, o gestor exerce os papéis de negociação. A ação é aptidão do gestor de fazer com que as coisas se concretizem. Já o papel de negociador implica no trabalho que o gestor tem que realizar com pessoas de fora da instituição.

Após a alocação dos recursos aos programas, nos anos estudados não havia nenhum mecanismo de acompanhamento sobre o uso dos valores. Os programas, à medida que o valor se esgotava, entravam em contato com a PRPPG para saber sobre o valor restante. Despendendo tempo do programa e da PRPPG. Mais uma falha no controle dos programas. O inter-relacionamento entre as atividades internas e externas é um elemento de extrema relevância para uma gestão bem-sucedida. Essas

lacunas pesquisadas são provenientes de uma estrutura organizacional estabelecida há muito tempo e por longos anos seguem as mesmas, porém, não atendem e acompanham mais a evolução dos cursos pesquisados. O auxílio financeiro encaminhado pela CAPES a fim de contribuir para a expansão da Pós-Graduação se perde com a falta de uma padronização e gestão para utilização dele.

Dessa maneira, os elementos de uma boa gestão segundo Mintzberg (2010) não se desenvolvem. O que se observa nos programas são resultados administrativos não eficientes, descontrole do que se gasta, processos de comunicação bastante desarmônico. Além disso, observam-se as características funcionais dos professores que operacionalizam a gestão, geralmente, os gestores são designados pelo próprio Conselho de professores aos quais pertencem, não atendendo a uma formação específica e técnica para controlar todo o processo, o que tende a gerar resultados desarticulados.

Para que o planejamento seja instituído com sucesso, alguns elementos precisam ser observados pelos gestores dos programas, dentre eles a liderança e estabelecer com clareza os objetivos do programa. A escolha da liderança nos cursos de pós-graduação geralmente é apoiada pela comunidade acadêmica. A falta de liderança no processo asfixia a imagem e a confiança política do planejamento. É necessário também a definição clara dos objetivos do programa e destacá-los, um objetivo de “produtividade científica” não pode ser considerado claro, pois deve ser identificado em qual revista, se é uma revista de impacto para que o programa tenha uma pontuação maior, quantificar também esse número é interessante. É fundamental que todos aqueles envolvidos no programa entendam os objetivos e a contribuição para a sociedade.

Para que seja esclarecido como é realizado o controle interno do PQUI e PFIS, uma entrevista foi realizada nos programas, exposta no Apêndice I, cujos resultados serão disponibilizados no item a seguir.

5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A maneira com que o recurso recebido pelos programas é utilizado é determinada pelos coordenadores (ou decisão conjunta de seus pares). No período estudado, o sistema de monitoramento, controle e de *feedback* era de certa forma deficien-

te, pois não havia como os programas verificarem em tempo real os valores gastos e o quanto do recurso restava. Dessa maneira, a capacidade de análise do líder (neste caso o coordenador do curso de pós-graduação) não se intensifica, como consequência, os resultados administrativos não são eficientes, isto é, a gerência é feita às escuras, pois não se sabe o valor real disponível e processos de comunicação entre os setores envolvidos ficam muito desarmônicos. O uso do recurso repassado aos programas pesquisados ocorre sem retorno de informações.

Foram reunidos dados a fim de atender as necessidades específicas desta pesquisa, por meio de informações de documentos, tabelas e planilhas disponíveis no setor Financeiro da PRPPG e de considerações suscitadas nas entrevistas e pesquisa de campo. Nos itens anteriores foi explorado o ônus provocado pela falta de controle e gestão do recurso PROAP. Foi constatado que o processo de controle é realizado por uma estrutura unilateral, cuja detentora de informação é apenas a PRPPG e não os programas, ou seja, para qualquer consulta sobre valores restantes, pendência e até mesmo orientação sobre aquisição com o recurso PROAP ficava a cargo da PRPPG, conforme o controle que exercia. Fato que poderia gerar alguma inconsistência uma vez que a Pró-Reitoria, no período estudado, controla gastos e valores de quase 50 cursos de pós-graduação. Conforme a figura 5 demonstra, o gestor, neste caso o coordenador do curso, deve estar no centro do processo de gestão (planejamento, organização, comando e controle), porém, nos programas estudados os coordenadores não estão no centro do processo administrativo.

A pesquisa de campo proporcionou identificar a complexidade da dinâmica de trabalho dos coordenadores de cursos de pós-graduação de Química e Física, em função da natureza das atividades do cargo em que ocupam e do dia a dia da universidade. Os coordenadores têm que se envolver com decisões estratégicas, implementação de políticas acadêmicas e acompanhar aspectos do cotidiano do programa, ajustando a gestão estratégica e a operacional do programa, a fim de terem resultados satisfatórios na gestão financeira. Para Cislighi e Luz Filho(2006), no setor público, o sucesso é medido conforme o grau de eficiência e eficácia com que as necessidades de seus participantes são atendidas.

Com intuito de analisar algumas variáveis concernentes ao planejamento dos programas, propósito para melhoramento na formação de alunos e infraestrutura

para o ensino, serão elencadas percepções de docentes e discentes verificados na pesquisa de campo. Um questionário semiestruturado, composto de 16 perguntas, que não seguiu um modelo rígido de entrevista, o que permitiu aprofundar as questões e colhimento de dados com maior profundidade (disponibilizado no Apêndice I), foi preparado e aplicado aos coordenadores dos cursos pesquisados. Além do questionário, não apenas os coordenadores, mas aqueles envolvidos ou que são beneficiados com o recurso PROAP/CAPES responderam ao questionário fechado (Apêndice II).

A primeira variável do questionário aborda a diferença do calendário do programa e a data em que o recurso é disponibilizado pela CAPES. O calendário acadêmico em ambos os programas, geralmente, tem início em fevereiro e o recurso liberados pela CAPES não tem uma data certa para liberação, em 2010, por exemplo, foi liberado em abril daquele ano. De acordo com o questionário realizado com o coordenador do PQUI, ele discorda totalmente que as datas não coincidentes de repasse do recurso PROAP e o calendário do PQUI afete a gestão financeira. Por outro lado, o coordenador do PFIS crê que isso seja um grande problema para que uma gestão financeira seja implantada. Entretanto, a resolução dessa questão é um pouco difícil, uma vez que, o repasse de independe da vontade da universidade, já que o repasse é feito pela CAPES.

Todos os entrevistados afirmam que existe uma boa interação entre os docentes e discentes nos programas. No que se refere ao conhecimento do Regulamento da PROAP e os instrumentos utilizados para acompanhamento e controle (SIAFI e SCDP), todos ratificaram a importância desse conhecimento para uma gestão mais controlada, porém, poucos têm acesso ao SIAFI e ao SCDP, nem sequer para consulta. A utilização do SIAFI se faz importante, pois é um instrumento para acompanhamento e administração da execução orçamentária financeira. A assertiva de trazer professores de outras instituições de ensino para ministrar palestras e colóquios, como uma maneira de emprego do recurso, agrada a todos os entrevistados.

O questionamento feito ao coordenador do PQUI sobre o problema da data de repasse do PROAP com o calendário dos Programas demonstra não acreditar que isso seja um fator importante para um gerenciamento mais efetivo do recurso. Por sua vez, o secretário afirma que acarreta alguns problemas. Já pelo lado do PFIS, a

divergência de opiniões ocorre no que diz respeito a atrasos e postergações nas defesas de dissertação/tese. Na visão do coordenador isso demonstra ser um dos principais problemas para o planejamento de recursos financeiros, uma vez que o recurso previsto para a utilização é resgatado pelo governo ao final do exercício, e as defesas canceladas e/ou postergadas (despesas com diárias e passagens) só poderão ser custeadas no exercício seguinte, com nova disponibilização do PROAP. Foi ressaltada na pesquisa a importância do controle de gastos no pagamento de diárias e passagens para professores que compõem banca de defesa de dissertação/tese (item 4.1 - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens). O atraso/postergação de bancas eleva as perdas com passagens compradas e diárias pagas. Cumpre ressaltar que durante o período estudado, todas as bancas eram realizadas com os professores presentes no local da apresentação.

Para solucionar e diminuir os gastos com locomoção de professores, a partir de 2015 a PRPPG comunicou a todos os programas de pós-graduação a oportunidade de se realizar defesa de dissertação/tese por meio de videoconferência, cujas reservas deverão ser feitas exclusivamente pela Coordenação ou Secretaria do Programa de Pós-Graduação com, no mínimo, 7 dias de antecedência, com essa iniciativa, a expectativa é que o valor de despesa com passagens aéreas para trazer professores seja diminuído, além de evitar a perda de valores quando os bilhetes são emitidos, porém, não utilizados, os valores não são reembolsados em sua totalidade, e ainda, evitando retrabalho de servidores no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.

A própria UFES poderia diminuir os valores gastos em passagens aéreas. Ainda persiste com o antigo sistema de compras de passagens com intermediação de agência de viagens. O novo modelo, implantando no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 28 de agosto de 2014 tem como objetivo conter os gastos com passagens e tornar a operação de aquisição mais eficiente, eliminando os agentes de viagem, que recebem comissionamento das empresas aéreas. Para ser implementado, o sistema é constituído do Termo de Compromisso, documento assinado pela União e as companhias aéreas com vistas ao provimento de passagens aéreas sem a intermediação da agência de turismo, e o Cartão de Pagamento do Governo Federal (passagem aérea) para uso das unidades Gestoras.

Aos discentes também foram direcionados três questionamentos: Sobre relacionamento com docentes, se a presença de professores externos enriquece o programa e se conhecem o regulamento do recurso. Os alunos do PQUI responderam à variável “há boa interação entre docentes e discentes no programa?” Um concorda parcialmente, o outro, discorda parcialmente. A segunda variável, que se refere à importância do emprego do recurso PROAP para “Convidar professores externos para palestras e colóquios”, o primeiro respondeu que concorda totalmente com essa prática, o segundo, concorda parcialmente. Por fim, a terceira variável direcionada aos alunos foi “Conhecimento do regulamento do recurso e dos instrumentos utilizados para acompanhamento e controle”. O primeiro julga que é indiferente conhecer o regulamento do recurso, já o segundo, concorda parcialmente que há relevância em conhecer o regulamento.

De acordo com os dados obtidos no questionário semiestruturado realizado com os coordenadores dos programas estudados (Apêndice I), verifica-se algumas diferenças entre como o recurso é utilizado.

No PQUI, não existe planejamento para utilização do recurso. Há apenas uma resolução do Programa estabelecendo em que o recurso vai ser utilizado, ou seja, não leva em consideração o processo dinâmico e as possíveis mudanças em decorrência de contingenciamento de recurso ou novas situações.

Pelo PFIS, segundo o coordenador, há um planejamento anual sobre como desenvolver os trabalhos com o recurso recebido. Porém, apesar de os cenários durante o ano serem analisados no planejamento do Programa, vale ressaltar que a despeito de o volume recebido ser vultoso, esse planejamento não tem atendido a contento seus mestrandos e doutorandos. De acordo com a tabela 3, do valor total recebido em 2010 (R\$ 78.000,00), apenas dez alunos (sendo que havia 27 matriculados) foram beneficiados com custeio para algum evento (alguns desses alunos receberam mais de uma ajuda de custo no ano), sendo que o total de passagens direcionado para alunos foi de apenas R\$ 904,71, o que representa 1,16% do total. Por outro lado, gasta-se um volume considerável com passagens para professores que participam de banca defesa de dissertação/tese, em 2010 foram R\$ 13.807,79, o que representa 17,70% do total recebido, é fato que essas participações são importantes para o Programa e para o aluno, já que o número de mestres e doutores titu-

lados é avaliado pela CAPES, porém, valor direcionado a passagens para discentes é bem inferior em relação ao valor total recebido.

No que se refere à produção intelectual, item de grande fator para aumento da nota CAPES, cujo peso é de 35%, nenhum recurso foi destinado reembolso de taxa de publicação de discente no PFIS, ou seja, não houve solicitação para pagamento de taxa de publicações de alunos com recurso PROAP em 2010 e 2011 essa despesa foi a mesma, zero. Já em 2012 esse valor ficou em R\$ 507,50, com apenas uma publicação de discente, em um universo de 31 alunos regulares. O que pode evidenciar pouco estímulo aos discentes para que publiquem em revistas e periódicos relevantes. No PQUI, esse cenário muda. Em 2010, houve a participação de dois alunos em eventos no exterior com custeio do recurso PROAP. Apesar de não haver publicação em artigos e revistas de publicação, com esse estímulo, o Programa se promove em inserção internacional, agregando valores ao crescimento pessoal e profissional do aluno e propiciando a visibilidade internacional da produção científica, cultural e tecnológica ao Programa. E esse apoio sistemático a eventos no exterior se perpetuou também em 2012, quando houve cinco participações de docentes e uma de discente no exterior, totalizando um valor de R\$ 4.379,84.

Ainda respaldo nas informações obtidas do questionário (apêndice I), verifica-se ainda que há grande concentração dos trabalhos em poucos docentes. Corrobora com a afirmativa a tabela 7, quando demonstra que o docente “L” produziu quase dez vezes mais que outros seis docentes (se comparado individualmente), ou seja, há uma concentração extrema em um único professor. Verifica-se ainda uma ausência de publicação de alguns docentes ao longo dos anos. Ainda observando a tabela, percebe-se que o autor “AF” tem a maior média de produção científica, 8,5 por ano. Entretanto, há de se levar em consideração o desvio-padrão e variância, pois no primeiro ano não houve produção. O autor “AF” publica, em média, 8,5 artigos por ano, nenhum outro autor se aproxima dessa quantidade, o que mais se aproxima é o autor “L” com 3,33 publicações em média por ano. Existe um afastamento extremo do autor “AF” em relação à média aritmética, o valor da variância é 24,5, isto é, ele é o que mais se distancia em média em relação aos outros docentes, no período pesquisado, suas publicações foram flutuantes. Como a variância é uma medida de

dispersão influenciada por valores que estão bem afastado da média, é conveniente calcular o desvio-padrão, cujo valor é de 4,94 artigos científicos por ano.

No PFIS, verifica-se também uma variância considerável, é certo que bem menor que a observada no PQUI. O autor “K” produziu em média 7,66 artigos por ano, enquanto que dos 15 autores observados na tabela, menos da metade publica até 2,6 artigos em média por ano.

Tanto o PFIS quanto o PQUI devem incentivar aos professores permanentes a atuarem de maneira uniforme para que não haja superconcentração em um único, ou em poucos professores, e assim, uma produção científica maior. Para tanto, os Programas devem usar o recurso para fomentar esse tipo de despesa que, conforme dito anteriormente, é pouco utilizado para tanto.

Observa-se ainda um cenário de carência de capacitação e procedimentos que prepare aqueles que estão à frente dos programas de desempenhar uma gestão responsável financeiramente e que produza bons frutos. Aqueles que gerem os recursos nos programas não tem conhecimento do SIAFI, por exemplo, ou seja, sempre precisam entrar em contato com o Financeiro da PRPPG para saber se o recurso está disponibilizado e os valores, com isso, há grande força de trabalho despendida para realizar a tarefa, já que eram, à época do estudo, cerca de 47 cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Um dos grandes gargalos dos programas estudados é a emissão de passagens. Historicamente, ambos os programas encaminham a solicitação com menos de 15 dias para o evento. O prazo solicitado pela PRPPG é de, no mínimo, 20 dias (da entrada da solicitação no Setor Financeiro da PRPPG, onde os dados são introduzidos no sistema) até a data do evento. Esse prazo é estipulado para atender, minimamente, o Princípio da Economicidade, que é a consecução do melhor resultado estratégico possível de um estipulado aporte de recursos financeiros, pois a demanda é extremamente alta no setor, que exerce outras atividades. A emissão do bilhete de passagem aérea deve ser ao menor preço, prevalecendo, sempre que possível, a tarifa em classe econômica. Além disso, recebe cerca de 80% das solicitações que a Universidade demanda. Assim, quanto antes forem encaminhadas as solicitações, tem-se um prazo maior para efetuar a aquisição dos bilhetes a um custo razoável.

Todos os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional que fizerem solicitação de passagens, obrigatoriamente, deverão solicitar por meio do SCDP, conforme Decreto 6.258/2007. O valor das passagens é extremamente volátil, à medida que os dias passam, geralmente, o bilhete fica mais caro. Portanto, a orientação da PRPPG é que se faça um planejamento desde o início do ano, estipulando a quantidade e as datas de quando as passagens serão solicitadas, especialmente aquelas de bancas de dissertação e de tese que tem um volume maior, porém, isso não é realizado, o que desencadeia um gasto expressivo nessa rubrica.

Esse gargalo se torna mais evidente quando a passagem é internacional, porque aí envolve, além da volatilidade dos valores das passagens, existem dois outros problemas, o primeiro deles é que o compra sempre é na moeda americana, ou seja, ainda sofre influência cambial do dólar.

Até meado de 2015, os dados acerca dos valores gastos pelos programas estavam concentrados na PRPPG sem um acesso direto pelos programas pesquisados. Isto é, se o programa quisesse conhecer determinado valor gasto em uma passagem aérea, teria que entrar em contato com o Financeiro da PRPPG a fim de saber a resposta, o que despendia tempo e muitas vezes a informação não era obtida no momento da solicitação. As planilhas com todos os gastos dos programas a partir de então, são atualizadas assim que a despesa ocorre e são disponibilizadas a todos os programas instantaneamente a fim de que tenham um controle melhor, conhecendo o saldo exato disponível, com isso se torna possível um planejamento mais assertivo e completo. Nos anos estudados essa estratégia não era utilizada.

O resultado já começa a aparecer. Há um dispêndio de serviço menor na PRPPG, o que significa que os servidores possam se dedicar a outros assuntos com mais eficiência e, para os programas, especialmente o de Química que historicamente excede o valor a ele destinado, pois com informações disponibilizadas instantaneamente, o programa sabe o que pode disponibilizar para os docentes e discentes sem lançar mão de ajuda da PRPPG. Assim, os programas de pós-graduação, especialmente o de Química, devem planejar as despesas com as defesas, evitando o seu cancelamento e postergação.

A proposta em pauta se inicia com a necessidade de se fazer um planejamento desde o início do ano, antes mesmo de receber o recurso PROAP/CAPES. Os programas devem observar outras fontes de recurso, evitando o acúmulo de demanda quando da liberação do recurso da CAPES. Para tanto, a PRPPG idealizou a Portaria Normativa 01/2013, de 14 de maio de 2013. Mesmo disponibilizando o recurso próprio, os programas não lançam mão dela o tanto que poderiam, evitando com isso a diminuição do PROAP/CAPES, ou seja, deixam de utilizar o recurso da própria instituição por falta de conhecimento e de como utilizá-lo. Isso reforça a ideia de que as pessoas envolvidas no processo não têm conhecimento das normas e sistemas utilizados para pagamento de benefícios de professores e alunos, como SCDP e SIAFI. É de extrema importância que os servidores conheçam e saibam utilizar esses sistemas, pois são ferramentas que permitem a observação das execuções financeiras, bem como a possibilidade de avaliar o uso dos recursos públicos, proporcionando transparência aos gastos do governo federal.

Outra estratégia para uma utilização de recurso de maneira eficiente, foi a disponibilização de planilhas *online* de gastos dos programas envolvidos. Os gestores dos recursos de cada um dos programas estudados, já conhecem os valores gastos em cada item da planilha. Com este procedimento será possível potencializar o uso dos valores e de maneira mais rápida, sem necessidade de entrar em contato com a PRPPG para saber sobre os valores gastos e disponíveis, o que também diminuiria a demanda dos servidores lotados no Setor Financeiro da PRPPG. A utilização dessa ferramenta propiciou aos programas estudados uma maior confiabilidade e dinamismo aos números disponibilizados. Cumpre ressaltar que esse procedimento realizado pela PRPPG não representou custo adicional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das atividades acadêmicas nos Programas de Pós-Graduação de Química e Física na UFES é extremamente dependente da gestão do recurso PROAP, oriundo da CAPES, por isso, pode-se constatar que o oferecimento do recurso pesquisado é condição *sine qua non* para a evolução dos programas. A descentralização de recursos promovida pela instituição se destina a fomentar a pós-graduação no Brasil, com isso, pretende conferir mais autonomia às universidades públicas e, como consequência, aumentar a eficiência e a importância dos programas de pós-graduação. A partir do momento em que há autonomia para a gerência do recurso recebido, faz-se necessário também, ressaltar os aspectos relacionados ao comando dessa instituição incumbido da gestão. Nesta conjuntura, a pesquisa apresenta a maneira de gestão de cada programa e a distribuição do recurso nas despesas previstas para o financiamento das atividades da pós-graduação. No desenrolar desta pesquisa, foram analisadas as maneiras pelas quais o recurso é destinado e utilizado em dois programas de Pós-graduação, quais sejam: Programas de Química e de Física.

Nesse prisma, foram realizadas pesquisas diretamente nos programas estudados e na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a fim de efetuar uma análise da gestão na utilização do PROAP/CAPES, que é a principal fonte de recurso dos Programas de Pós-Graduação em Química e Física. O oferecimento desse auxílio financeiro e, principalmente, seu eficiente emprego, por meio de uma gestão que prime pelos processos de informação, controle e decisão, é primordial para o atingimento de metas e desenvolvimentos dos programas.

Um processo de planejamento que ampare e dê suporte para o crescimento de indicadores do desempenho acadêmico é fundamental para uma universidade pública que almeje prestar serviço de qualidade reconhecida à sociedade e atingir altos padrões de ensino e pesquisa. Com um planejamento institucional integrado é plausível desenvolver um modelo de gestão participativa que se antecipe às demandas problemáticas e compreenda predisposições futuras. Dessa maneira, as práticas, com intuito de otimização na utilização do recurso, têm como sustentáculo a ên-

fase nos processos de informação e comunicação, o que auxilia o gestor quanto ao controle e decisão.

Os dados, tabelas e gráficos explorados na pesquisa permitiram afirmar que o recurso estudado auxilia as metas e objetivos dos programas. Entretanto, há algumas particularidades que devem ser ressaltadas. No PQUI, mais da metade do valor recebido tem como destino a aquisição de passagens aéreas, porém, o tempo para adquirir essas passagens é o grande fator de consumo desse recurso. No PFIS a maior parte do recurso utilizado também tem como destino a compra de passagens. Segundo a tabela 9, boa parte das solicitações de passagens chega com menos de 20 dias para o evento, o que gera forte impacto no consumo do recurso. Os programas precisam aperfeiçoar seu sistema de informação. No período estudado as informações de gastos mantidas pela PRPPG não ofereciam um detalhamento profuso aos programas. Os programas carecem de um aprimoramento no sistema de informação, pois as planilhas com as informações financeiras não estavam *online*.

A partir de 2015, as planilhas foram disponibilizadas *online*, o que facilita o conhecimento por parte dos programas de tudo aquilo gasto e do disponível. Com isso, os programas ganharam na qualidade da informação e na rapidez para obtê-la, o que facilita a tomada de decisões.

Outro ponto que merece atenção é o valor investido para que os programas se tornem mais voltados para a inserção internacional e como consequência sua melhora na nota CAPES. A pesquisa mostra que há uma grande diminuição nos valores investidos em participação no exterior por docentes no PQUI, assim como a rubrica de participação de alunos no exterior, cujo investimento chegou a ser nulo no ano de 2011. Já no PFIS, por sua vez, houve uma visão um pouco diferente. O valor investido em participações cresce anualmente. Apesar de ter um aumento gradual, o PFIS utilizou apenas 2,06% do total repassado nos anos estudados para essa rubrica (participação de professores em eventos no exterior) e 0% para alunos, ou seja, o recurso que poderia auxiliar o programa em sua imagem no exterior, assim como, docentes e discentes terem a oportunidade de apresentarem seus trabalhos desenvolvidos na UFES foi desperdiçado, da mesma maneira, deixaram de despertar o interesse entre outros alunos e professores.

Cumpramos ressaltar que os gestores dos programas são os docentes, que se deparam com uma certa dificuldade para exercerem a função gerencial, o que pode se tornar um óbice à gestão mais adequada. De acordo com Mintzberg (2010), quando se refere a gestor, deve-se ter em mente aquela pessoa técnica, de conhecimento específico e com toda a capacidade e destreza necessárias para executar determinada tarefa. Além disso, não há programa de treinamento gerencial para aqueles que acumularão as funções de coordenadores e professores nos programas.

Pelos resultados e análises verificadas, faz-se necessário realizar alguns ajustes nos programas estudados, a fim de que os recursos obtidos sejam investidos com mais responsabilidade e efetividade, como consequência de lograr conceitos mais altos. Com o trabalho, a expectativa é de que tenha contribuído para uma melhor gestão nesses programas de pós-graduação, recomenda-se que sejam feitas novas análises dos investimentos realizados e do desempenho dos programas em questão no triênio seguinte (2013 a 2015), a fim de se verificar se as sugestões foram úteis e que o PFIS melhore a nota CAPES e o PQUI mantenha a qualidade de ensino especialmente no novo curso de doutorado. A pesquisa ainda permite sugerir trabalhos que aprimorem o processo de planejamento nos Programas, assim como o entendimento desse processo contínuo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÚCIO, Fernando Luiz. A Coordenação Federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n24, p. 41-67, jun. 2005.

ALMEIDA, Maria Hermínia Teresa de. Recentralizando a Federação? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n 24, p. 29-40, jun. 2005.

BACELAR, Inalda Vieira. A Gestão Escolar e o Financiamento da Educação. **Revista de Administração Educacional**. Recife: v. 1, n. 4, jul./dez., 1999.

BALBACHEVSKY, E. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida**. In: BROCK. C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005

BELTRÃO, Hélio. **Descentralização e Liberdade**. Rio de Janeiro. Record, 1984.

BERTOLIN, Júlio. **Qualidade em educação superior: da diversidade de concepções à inexorável subjetividade conceitual**, *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 14 n. 1, p. 127-149, mar. 2009.

BIRNBAUM, R. **The Life Cycle of Academic Management Fads**. *Journal of Higher Education*, v. 71, n.1, pp.1-16, 2000.

BLAUG, M., (1968) **“The Productivity of Universities”**, in Blaug, M. (ed.) *Economics of Education*, Penguin Books, vol. 2, p. 313-325.

BORGO, Antonio Ivantir. **UFES: 40 ANOS DE HISTÓRIA**. 2ª ed. Vitória: Edufes, 2014.

BRACARENSE, Virgínia. **Central de compras detalha projeto de contratação a secretarias de administração.** Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/inovacao/noticias/central-de-compras-detalha-projeto-de-contratacao-a-secretarias-de-administracao>>. Acesso em: 24 de setembro de 2015.

BRASIL. CAPES. **Produção bibliográfica distribuída segundo a estratificação Qualis, Teses e Dissertações defendidas e número de Docentes permanentes, triênio 2010-12, e Nota final da Avaliação 2013. Brasília, 01 de abril de 2014.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/permanencia-no-snpg-avaliacao/planilhas-comparativas>>.

BRASIL, Conselho Federal de Educação. Parecer 977/65. Resgatado do artigo: **Motivadores e Expectativas na Pós-Graduação: Um Estudo no Mestrado em Administração da Universidade de Caxias do Sul.**

BRASIL. Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5992.htm>. Acesso em 07 de maio de 2015.

BRASIL. Parecer nº 977/65. Aprovado em 3 de dezembro de 1965. Brasília: MEC/CEF, 1965. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf>. Acesso em 25 de jul. de 2015.

BRASIL. Portaria nº 505, de 29 de dezembro de 2009. Disponível em <https://www.scdp.gov.br/manual/fo_inicial.htm>. Acesso em: 30 mai. 2015.

BRASIL. Portaria Normativa nº 01, de 14 de maio de 2013. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Disponível em <<http://www.prppg.ufes.br/sites/prppg.ufes.br/files/field/anexo/PORTARIA-PROAP->

[PRPPG.pdf#overlay-context=normas-e-resolu%25C3%25A7%25C3%25B5es>](#).

Acesso em 22 de dez. 2015.

CAPANEMA, Clélia de Freitas. **Experiência: balanço social como critério custo-benefício**. Em Aberto. Brasília, V. 17, n.74, p. 147, dez. 2001.

CAPES. Avaliação da pós-graduação. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 19 abr. de 2015.

_____. Critérios de avaliação 2001-2003. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/permanencia-no-snp-g-avaliacao/avaliacoes-antteriores/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6868-avaliacao-trienal-2004-trienio-2001-2003>>. Acesso em 16 jun. 2015.

_____. História e missão. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em 17 de jun. de 2015.

_____. Instituições brasileiras são reconhecidas por contribuição científica. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pnews&component=NewsShow&view=pnewsnewsshow&cid=185&mn=0>. Acesso em 16 de jul. de 2015.

_____. Portaria nº. 10, de 27 de março de 2002. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 61, 1 abr. 2002a. Seção 1, p. 13. Disponível em: <www.capes.gov.br/programas>. Acesso em: 30 dez. 2014.

_____. Portaria nº. 64, de 24 de março de 2010. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/relatorios/Regulamento_PROAP_Portaria64_240310.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2015.

CASASSUS, J. **Descentralización de la Gestión a las Escuelas y Calidad de la Educación: Mitos o Realidades?** In: COSTA, V. L. C. **Descentralização da Educação**. 2 ed., São Paulo: Cortez Editora, 2001. p.13-30,

CASTRO, Jorge Abrahão. **Em Aberto**, Brasília, v. 18, n. 74, p. 1-164, dez. 2001.

CASTRO, J.A. **Financiamento da educação: necessidades e possibilidades**. Brasília, DF: IPEA, 2004.

CISLAGHI, R.; LUZ FILHO, S. S. da. **Balanced Scorecard em Instituições Públicas do Ensino Superior: Benefícios, Limitações e Desafios**. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRUZ, C.H.B. **Medir, Mostrar, Debater**. SP GOV 03: versão eletrônica. Disponível em: <<http://www.revista.fundap.sp.gov.br>>. Acesso em 22 nov. 2014.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo**. RAP- Revista de Administração Publica, v.35, n.1, p.119-144, jan.fev. 2001.

FARENZENA, Nalú. **Espaços de Democratização na Gestão Financeira da Educação**. Boletim Salto Para o Futuro, Rio de Janeiro, p. 13-18, 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro et al. **Gestão da informação em programas de pós-graduação**. Interciências, Teresina, v. 1, n. 2, jul. / dez. 2009. Disponível em: <

http://www.uespi.br/revista/pdf/v1n2/artigo_01_v1_n2_2009.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2010.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 297.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. **O Serviço público e a constituição brasileira de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 298-299.

Guia de Orientação – Adesão ao modelos de Compra Direta de Passagens Aéreas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/guia-de-orientacao-adesao-a-compra-direta/download>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

KURAMOTO, Hélio. **Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil**. Ci. Inf., Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. Comentários à Reforma Administrativa: de acordo com as Emendas Constitucionais 18, de 05.02.1998, e 19, de 04.06.1998. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1998, p. 108.

MEIRELLES, Hely L. (1995), **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 20. ed., p. 90

MEYER, H. D. *The New Managerialism in Education Management: Corporatization or Organizational Learning?* **Journal of Educational Administration**, v. 40, n.6, p.515 – 520, 2002.

MILL, José Geraldo. Ufes cai 30 posições em ranking avaliação de universidades. **Gazeta On Line**, Vitória, 12 jun 2015. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2015/06/cbn_vitoria/reportagens/3899798-ufes-cai-30-posicoes-em-ranking-avaliacao-de-universidades.html>. Acesso em: 04 nov 2015.

MINTZBERG, Henry. **Criando organizações eficazes: estrutura em cinco configurações**. Ed. Atlas, 2003.

_____, Henry. **Managing: desvendando o dia a dia da gestão**. Porto Alegre, Bookman, 2010.

PARO, V. H. Administração Escolar: **Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PASCOALINO, Hélio e GOMES, Candido Alberto. Recursos financeiros: indispensáveis, mas não suficientes - um estudo de caso FUNDEF. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 18, n.74, p.136-146. dez. 2001.

PERONI, V. Breves Considerações sobre a redefinição do papel do Estado. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003. p.21-134.

PRATES, A. A. P. Organização e Gestão das Instituições Universitárias no Brasil: o caso das IFES. **Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 4, pp. 9-20, 2003.

REBELO, L. M. B.; ERDMANN, R. H. Modelo de Formação de Estratégias de Gestão em Instituições de Ensino Superior sob o Enfoque da Teoria da Complexidade. **Revista de Administração e Inovação**, v. 4, pp. 5-20, 2007.

Revista Em Aberto. Brasília, v.18, n.74, p.1-164, dez. 2001. ISSN 0104 -1037

REZENDE, Flávio da Cunha. Razões da Crise de Implementação do Estado Gerencial. **Revista de Sociologia e Política**, n.19.Nov, 2002a. pp. 111-121.

RIBEIRO, J. Q. **Ensaio de uma teoria da Administração Escolar**. São Paulo: Saraiva, 1986.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **A avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Líber Livro, 2006. p. 51-74.

SGUISSARDI, V. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 29, n. 105, dez. 2008. ISSN 0101-7330 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf> > Acesso em: 21 mai. 2015.

TEIXEIRA, A. S. **Autonomia para educação na Bahia**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.11, n.29, jul./ago. 1947. p.89-104. Disponível em <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/auto.htm>. Acesso em 17 fev 2015.

TRIOLA, Mário F. **Introdução à estatística**. Editora LTC, p. 408-417, 2008.

YAMAMOTO, O. H.; SOUZA, C. C. e YAMAMOTO, M. E. A produção científica na psicologia : uma análise dos periódicos brasileiros no período 1990-1997. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 12, n 2, p. 549-565, 1999.

ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel (Orgs). **Direito & Economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 83.

APÊNDICE I

Questionário Semiestruturado

1 – O Programa elabora um planejamento estratégico como instrumento de gestão para a utilização dos recursos recebidos? Quais as necessidades que devem ser enfrentadas?

1.1 – Quem é(são) o(s) responsável(is) pelo planejamento?

1.2 – O Programa possui algum manual de controles internos?

2 - As atribuições e responsabilidades dos servidores e gerência estão claramente definidas nos manuais internos do programa (caso o tenha)?

3 - Os controles internos estão sujeitos a uma verificação periódica de funcionamento?

4- Existe alguma pessoa responsável por encaminhar as solicitações de alunos e professores à PRPPG para concessão de benefícios?

5 - Antes de encaminhar a solicitação de passagens aéreas, é realizada nova verificação para saber se haverá alguma desistência ou cancelamento?

6 - Qual sua leitura acerca do objetivo previsto e o resultado obtido no programa?

7 - Quem detém o processo decisório no programa?

8 - Como é realizado o controle dos processos realizados no programa?

a) Pelo coordenador do programa

b) todos têm senso de responsabilidade e fazem as atividades a seu modo

c) pelos profissionais competentes para aquelas determinadas atividades

d) Apenas por aqueles que detêm o poder de decisão no programa

9 - Você considera que o planejamento de tudo aquilo que deve ser feito durante o ano já é estabelecido desde o início do ano, evitando assim, gastos com algo não planejado?

10 – Os recursos disponibilizados têm proporcionado ao programa e aos alunos uma melhor qualidade de ensino?

11 – Você considera que a dedicação e conhecimentos dos docentes do Programa agrega valor ao curso? () Discordo totalmente () Discordo () Nem concordo nem discordo () Concordo () Concordo totalmente

12 – O número de dissertações/teses defendido pelos alunos do Programa, no período de avaliação da CAPES, seja o almejado?

() Discordo totalmente () Discordo () Nem concordo nem discordo () Concordo () Concordo totalmente

13 – Na sua concepção a Produção Intelectual é um indicativo de performance relevante para avaliação do Programa? () Sim () Não

14 – As publicações científicas dos docentes e discentes do Programa estão de acordo com o quantitativo de alunos matriculados no Programa? () Sim () Não

15 – O corpo docente executa de forma proporcional a distribuição de publicações qualificadas? () Sim () Não

16 - As produções técnicas (livros e patentes) são tão significativas quanto as publicações qualificadas? () Discordo totalmente () Discordo () Nem concordo nem discordo () Concordo () Concordo totalmente

APÊNDICE II

Questionário destinado ao Coordenador do PQUI

Variáveis	Frequência absoluta				
	DT	DP	I	CP	CT
Problema com as datas não coincidentes de repasse do recurso PROAP (não conhecido) e calendário do PQUI					
Há boa interação entre docentes e discentes no programa					
Conhecimento do regulamento do recurso e dos instrumentos utilizados para acompanhamento e controle (como SIAFI e SCDP)					
Convidar professores externos para palestras e colóquios					
A quantidade de atrasos e postergação nas defesas de dissertação/tese provoca prejuízo ao planejamento do programa					

Legenda: DP - Discordo totalmente; DP – Discordo parcialmente; I – Indiferente; Concordo parcialmente; CT – Concordo totalmente

Questionário destinado ao Secretário do PQUI

Variáveis	Frequência absoluta				
	DT	DP	I	CP	CT
Problema com as datas não coincidentes de repasse do recurso PROAP (não conhecido) e calendário do PQUI					
Há boa interação entre docentes e discentes no programa					
Conhecimento do regulamento do recurso e dos instrumentos utilizados para acompanhamento e controle (como SIAFI e SCDP)					
Convidar professores externos para palestras e colóquios					
A quantidade de atrasos e postergação nas defesas de dissertação/tese provoca prejuízo ao planejamento do programa					

Questionário destinado ao Coordenador do PFIS

Variáveis	Frequência absoluta				
	DT	DP	I	CP	CT
Problema com as datas não coincidentes de repasse do recurso PROAP (não conhecido) e calendário do PFIS					
Há boa interação entre docentes e discentes no programa					
Conhecimento do regulamento do recurso e dos instrumentos utilizados para acompanhamento e controle (como SIAFI e SCDP)					
Convidar professores externos para palestras e colóquios					
Atrasos e postergação nas defesas de dissertação/tese, como consequência, os recursos sobram ao final do ano e são devolvidos. Isso demonstra ser um dos principais problemas para o planejamento de recursos financeiros para o programa.					

Questionário destinado ao Secretário do PFIS

Variáveis	Frequência absoluta				
	DT	DP	I	CP	CT
Problema com as datas não coincidentes de repasse do recurso PROAP (não conhecido) e calendário do PFIS					
Há boa interação entre docentes e discentes no programa					
Conhecimento do regulamento do recurso e dos instrumentos utilizados para acompanhamento e controle (como SIAFI e SCDP)					
Convidar professores externos para palestras e colóquios					
Atrasos e postergação nas defesas de dissertação/tese, como consequência, os recursos sobram ao final do ano e são devolvidos. Isso demonstra ser um dos principais problemas para o planejamento de recursos financeiros para o programa.					

APÊNDICE III

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO																						
PÓS-GRADUAÇÃO - CURSOS DE MESTRADO																				EXERCÍCIO: 2010		
Programa/Área de concentração - Documento legal de criação/nº - Data da criação - Avaliação CAPES - Vagas - Inscrições - Matrículas - Afastamentos - Defesas e Bolsas Concedidas por Curso																						
PROGRAMA	DOCUMENTO	DATA DA CRIAÇÃO	ÚLTIMA AVALIAÇÃO CAPES	VAGAS	MATRÍCULAS REGULARES						AFASTAMENTOS ³				DEFESAS			BOLSAS				
					INSCRIÇÕES			NOVAS ¹			ACUMULADAS ²			TOTAL	EVASÃO	TRANCA- MENTO	TRANS- FERÊNCIA	DISSERTAÇÕES			CONCEDIDAS	
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	LEGAL DE CRIAÇÃO/ Nº				TOTAL	MAS	FEM	TOTAL	MAS	FEM	TOTAL	MAS	FEM					TOTAL	EVASÃO	MENTO	FERÊNCIA	TOTAL
Química	Port MEC 524	01/03/2006	3	10	45	20	25	14	9	5	27	16	11	0	0	0	0	10	4	6	0	2
Física	Res 11/1992	27/02/1992	4	20	18	16	2	10	8	2	27	24	3	1	0	1	0	10	10	0	6	10
TOTAL				30	63	36	27	24	17	7	54	40	14	1	0	1	0	20	14	6	6	12

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO																						
PÓS-GRADUAÇÃO - CURSOS DE MESTRADO																				EXERCÍCIO: 2011		
Programa/Área de concentração - Documento legal de criação/nº - Data da criação - Avaliação CAPES - Vagas - Inscrições - Matrículas - Afastamentos - Defesas e Bolsas Concedidas por Curso																						
PROGRAMA	DOCUMENTO	DATA DA CRIAÇÃO	ÚLTIMA AVALIAÇÃO CAPES	VAGAS	MATRÍCULAS REGULARES						AFASTAMENTOS ³				DEFESAS			BOLSAS				
					INSCRIÇÕES			NOVAS ¹			ACUMULADAS ²			TOTAL	EVASÃO	TRANCA- MENTO	TRANS- FERÊNCIA	DISSERTAÇÕES			CONCEDIDAS	
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	LEGAL DE CRIAÇÃO/ Nº				TOTAL	MAS	FEM	TOTAL	MAS	FEM	TOTAL	MAS	FEM					TOTAL	EVASÃO	MENTO	FERÊNCIA	TOTAL
Química	Port MEC 524	01/03/2006	3	10	47	20	27	15	10	5	35	20	15	4	2	2	0	10	4	6	0	2
Física	Res 11/1992	27/12/1992	4	26	21	21	0	12	12	0	29	26	3	0	0	1	0	7	6	1	6	10
TOTAL				36	68	41	27	27	22	5	64	46	18	4	2	3	0	17	10	7	6	12

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO																						
PÓS-GRADUAÇÃO - CURSOS DE MESTRADO																				EXERCÍCIO: 2012		
Programa/Área de concentração - Documento legal de criação/nº - Data da criação - Avaliação CAPES - Vagas - Inscrições - Matrículas - Afastamentos - Defesas e Bolsas Concedidas por Curso																						
PROGRAMA	DOCUMENTO	DATA DA CRIAÇÃO	ÚLTIMA AVALIAÇÃO CAPES	VAGAS	MATRÍCULAS REGULARES						AFASTAMENTOS ³				DEFESAS			BOLSAS				
					INSCRIÇÕES			NOVAS ¹			ACUMULADAS ²			TOTAL	EVASÃO	TRANCA- MENTO	TRANS- FERÊNCIA	DISSERTAÇÕES			CONCEDIDAS	
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	LEGAL DE CRIAÇÃO/ Nº				TOTAL	MAS	FEM	TOTAL	MAS	FEM	TOTAL	MAS	FEM					TOTAL	EVASÃO	MENTO	FERÊNCIA	TOTAL
Química	Port MEC 524	01/03/2006	3	40	31	15	16	31	17	14	60	40	20	7	1	6	0	12	9	3	0	0
Física	Res 11/1992	27/12/1992	4	28	14	10	4	8	7	1	31	30	1	1	0	1	0	11	11	0	0	0
TOTAL				68	45	25	20	39	24	15	91	70	21	8	1	7	0	23	20	3	0	0

FONTE: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

(*) Documento Legal de criação/Nº (Parecer, Decreto, Resolução, Portaria e o respectivo nº).

(1) Matrículas novas - é a quantidade de alunos regulares ingressantes no corrente ano.

(2) Matrículas acumuladas - é a soma dos alunos regulares ingressantes + os alunos que já estavam regularmente matriculados no curso e os que se diplomaram dentro do corrente exercício

(3) Afastamentos - os alunos em afastamentos não poderão estar incluídos em matrículas acumuladas.